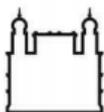


Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)
CADERNOS CRIS 49

**Informe quinzenal sobre Saúde Global e Diplomacia da
Saúde – 01 a 20 de fevereiro de 2021**



Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2021



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
03	Apresentação	<i>Paulo Buss e Luiz E. Fonseca</i>
04	ONU na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Santiago Alcazar</i>
10	OMS/OPS na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Luiz Augusto Galvão</i>
14	OEA na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Luana Bermudez</i>
17	Instituições Financeiras Multilaterais na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Isis Pillar Cazumbá e Miryam Minayo</i>
23	G77 e MNA na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Regina Ungerer</i>
28	G20 e OCDE na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Luiz Eduardo Fonseca</i>
37	BRICS na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Claudia Hoirisch</i>
42	América Latina e Caribe na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Sebastián Tobar e Carlos Linger</i>
49	Região Africana na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg</i>
59	Europa na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Ilka Vilaro e Ana Helena Gigliotti de Luna Freire</i>
62	Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Lúcia Marques</i>
71	China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>André Lobato</i>
74	EUA na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Luiz Augusto Galvão</i>

RESPOSTA DA SAÚDE GLOBAL E DA DIPLOMACIA DA SAÚDE

Uma visão do ponto de vista socioeconômico, diplomático e sanitário

Sumário do CRIS-Fiocruz sobre diplomacia da saúde - 01 a 20 de fevereiro de 2021

Apresentação

Completo-se um ano desde o diagnóstico do primeiro caso pela Covid-19 no Brasil. Coincidindo com essa data histórica, o Brasil ultrapassou 10 milhões de casos registrados e a triste marca de 250 mil mortos. Antes de mais nada, nossa solidariedade aos familiares que perderam seus entes queridos.

Em termos globais, a OMS vem registrando, há 40 dias, uma pequena mas sustentada redução de novos casos e óbitos diários de Covid-19 no mundo, embora o ritmo seja diferente em cada país. Estados Unidos e Brasil ponteiaram os casos e óbitos nas Américas. Desde 21 de janeiro, o Brasil registra mais de 1 mil óbitos diariamente. Em 26/02, o mundo registrava oficialmente 112,6 milhões de casos e mais de 2,5 milhões de mortes. No mesmo dia, foram 427,6 mil novos casos e cerca de 10 mil óbitos. Certamente o número real de casos e mortes é bem mais elevado do que o registrado. De outro lado, a OMS assinala que uma em cada 10 pessoas que contraiu o vírus permanece doente 12 semanas após (a 'Covid longa').

No excelente seminário avançado do CRIS sobre vacinas e vacinação, realizado no dia 17/02 (<https://www.youtube.com/watch?v=R8rhybaRySQ>), concluiu-se que a imunização ampla, geral e irrestrita, além de equitativa, é imprescindível para a retomada da vida social e econômica. Ficou também muito claro a lamentável desigualdade no acesso a vacina pela população mundial, com o açambarcamento das doses disponíveis pelos países ricos e o grande vazio, ou o percentual muito mais reduzido de população vacinada, nas regiões e países mais pobres do globo.

As respostas da diplomacia da saúde à pandemia em cada região do mundo ou por relevantes atores do cenário internacional, como as Nações Unidas, o sistema interamericano, os arranjos plurilaterais – como G20, BRICS ou Não-Alinhados – ou, ainda, as instituições financeiras internacionais e outros atores, se encontra analisada nos capítulos que se seguem à esta apresentação. Invoca-se a possibilidade de BRICS ser um fator moderador no 'festim pantagruélico' dos ricos no banquete das vacinas. Confira!

As respostas no campo da saúde influenciam e são influenciadas por condições políticas e também pelas negociações político-diplomáticas mais amplas. Por isso, registra-se aqui a priorização que a nova administração estadunidense tem conferido às relações com Europa, China e Rússia e, diferente do governo anterior, também para à África e América Latina, procurando resgatar seu papel diante do avanço diplomático e econômico chinês nestas duas regiões. Um seminário sobre a administração Biden e a saúde global será realizado pelo CRIS no dia 03 de março próximo.

Na América Latina, o resultado da eleição presidencial no Equador poderá reforçar o retorno da 'onda rosa', com as chances altas do candidato Arauz vir juntar-se aos governos da Argentina, Bolívia, Venezuela e México, localizados mais à esquerda no espectro político regional. Esta tendência poderá reforçar senão o ressurgimento da UNASUL, pelo menos o reforço à uma CELAC ainda procurando firmar-se como arranjo multilateral.

A pandemia continua a ser uma ameaça real na região, com casos e óbitos em números muito altos, falências dos sistemas de saúde, vacinas escassas e diversos governos manejando as medidas sociais e econômicas de forma erráticas e, por isso mesmo, ineficazes.

Rio de Janeiro, Mangueiras, 21 de fevereiro de 2021

Paulo Buss e Luiz Eduardo Fonseca

ONU e a Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Santiago Alcázar

Este relato deveria começar com as notícias provenientes das Nações Unidas, o mundo de que venho me ocupando no CRIS. Seria o esperado e seria o normal. Há mais de ano, entretanto, estamos à procura de um normal para estes novos tempos. Ainda não o encontramos. Com relação ao primeiro termo, bem, o que marca o momento é o desespero, que quebra a lógica do esperado.

Nesse estado de coisas, a notícia de maior impacto, porque reverbera em todas as demais, é o tempo dedicado pela mídia internacional ao segundo impeachment do ex-Presidente Donald Trump. Seria, portanto, natural que um informe sobre diplomacia da saúde, que é o que nos interessa, fizesse menção ao fundo daquela questão, que sem sombra de dúvida capturou a atenção de quase todo o mundo.

De que se trata? Como todos se recordarão, as eleições para Presidente dos EUA aconteceram em 3 de novembro. Em 14 de dezembro, o Colégio Eleitoral reconheceu a vitória de Joe Biden com 306 votos, contra os 232 obtidos por Donald Trump. Como se sabe, a metade mais um dos votos do Colégio Eleitoral são necessários para declarar o vencedor da corrida presidencial. No voto popular, Biden obteve 81.268.924 votos e Trump 72.216.154. Na relação percentual, Biden conseguiu 51.3% e Trump 46.9 do total dos votos válidos. A diferença não é grande se fixamos o olhar nas porcentagens. Ela é colossal se estendemos o olhar para o grande quadro.

O Estado é responsável pelo estabelecimento de normas, regras, procedimentos e leis, bem como pela criação de instituições encarregadas de observar aquelas primeiras. Em democracia, tanto o primeiro grupo quanto o segundo são objeto de debates e de acordos. Quanto mais assentada a democracia, maior o alcance dos debates e dos acordos, ademais de maior legitimidade, essencial para a sobrevivência daquela.

No plano externo, ao menos após a Segunda Guerra, a ideia era a mesma. O tempo verbal é importante, pois sempre houve tensões para alterar o equilíbrio alcançado com a criação das Nações Unidas e permanece em aberto a questão de saber se aquele ideal se cumpre na atualidade.

Não há dúvida de que a Organização das Nações Unidas é o projeto civilizatório mais importante da humanidade. Evitar o caos, tentar resolver problemas de maneira conjunta e estabelecer condições para uma melhor governança sempre foram os objetivos da ONU. É importante ressaltar, ainda que evidente, que governança não é o mesmo que governo. A governança multilateral é o exercício de propor soluções para problemas comuns. É o esforço coletivo de criar perspectivas desde um ponto de vista compartilhado, ou como se diz informalmente, pensar a partir da mesma página. Governo é outra coisa e nunca foi o propósito das Nações Unidas estabelecer-se como um governo acima dos governos.

Recentemente, durante a Administração do então Presidente Trump, os ideais, princípios e objetivos das Nações Unidas foram postos em xeque. Não seria um problema se o ataque viesse de um Estado membro sem projeção internacional. De fato, não custa imaginar que, hipoteticamente, algum Estado membro pária, isto é, marginalizado por seus pares, e sem expressão internacional, contestasse as próprias normas de convívio entre as nações. Ninguém seria incomodado e muito provavelmente ninguém tomaria conhecimento.

O ataque ao sistema das Nações Unidas por parte da maior potência econômica e militar do planeta causa alarme, sobretudo porque vem de uma circunstância histórica que revela a preocupante fragilidade da democracia, justamente no país que, nos tempos modernos, definiu

e sustentou por mais de duzentos anos essa forma de governo. Ainda que a experiência norte-americana com a democracia tenha exibido nódoas e dificuldades, não se pode negar a sua validade, em contraste com as alternativas que se sucederam ao longo daquele período.

A pandemia da Covid-19 pôs à mostra desigualdades e inequidades, já se disse à exaustão. O que talvez não se tenha dito com a mesma insistência é que ela, a pandemia, tenha revelado quão frágil é a democracia, não somente nos EUA, mas em quase todos os quadrantes onde ela fixou residência. O caso da Covid-19 é emblemático. O que se viu nas respostas à pandemia, e o que se vê agora na distribuição das vacinas, é uma ausência de planos de contenção e recuperação. Frente à maior crise sanitária dos tempos modernos e ao seu brutal impacto em todas as esferas da vida não há planos. É quase inacreditável que o Estado, essa notável invenção para evitar o caos, dirimir diferenças, disciplinar as atividades e proteger os cidadãos se veja na contingência de ter de improvisar. No começo não se sabia ao certo o que fazer. Na confusão perderam-se empregos, parentes, amigos. O mundo parou, literalmente, como num passe de mágica. Em seguida surgiu um coro de vozes dissonantes e discordantes que alguns, de mais fino ouvido, já haviam identificado, quase em surdina. De dentro do Estado vinham.

O que antes parecia uma unidade, hoje é um desagregado. A soma é mais que as partes é hoje contrastado pela afirmação inversa; as partes são mais que a soma. O Estado é hoje uma realidade dissolvida em seus vários componentes. A falta de planos para conter a pandemia não é um sintoma da falência do Executivo, é uma causa da desagregação do Estado. Localmente, cada um põe em execução ações para responder às urgências do momento, sem visão de conjunto, sem conhecimento do impacto que aquelas ações podem ter sobre as demais realidades. O resultado é uma pluralidade de ações, às vezes contraditórias, e de atores políticos dividindo um espaço que antes era reservado com exclusividade para o Estado.

O fenômeno é relativamente novo. Não é relevante para o que segue tentar entender a sua origem, mas sim apontar para alguns elementos que sobressaem e se mostram evidentes.

O primeiro elemento é deslocamento do poder, antes reservado aos Estados, para uma pluralidade de entidades, de que são exemplo notáveis corporações multinacionais, com grande capacidade de decisão sobre níveis de emprego e de investimentos; as cinco grandes companhias de tecnologia – Amazon, Apple, Facebook, Google e Microsoft têm juntas valor de mercado superior a todos os PIBs do mundo, com a exceção de EUA e China – com decisiva capacidade de definir, influenciar e estabelecer comportamentos; as grandes fundações, como por exemplo a Bill & Melinda, que praticamente orientam a produção global de vacinas por meio de iniciativas de que fazem parte, numa lógica circular. São capazes de fazer alianças de grande impacto. A GAVI (Global Alliance for Vaccine) engloba a Bill& Melinda, a OMS, a UNICEF e o Banco Mundial, entre outros; a grande mídia, por onde transitam opiniões que podem ser decisivas. O novo em todos os exemplos acima é pelo lado da escala adquirida por essas entidades. Não há na história nada parecido.

O deslocamento, ou a difusão, do poder implica um cenário com uma multiplicidade de vozes, a mais das vezes dissonantes e discordantes. Não podem, contudo, ser ignoradas no exercício de formulação de políticas. O problema é que as normas, procedimentos, regras, leis e instituições em vigor foram estabelecidas num tempo em que o papel predominante recaía sobre os Estados, tanto no plano interno, quanto no plano externo.

É ilustrativo chamar a atenção para a conformação do orçamento da Organização Mundial da Saúde, criada no pós-Guerra para guiar os países em questões de saúde. Hoje, as contribuições obrigatórias dos países à OMS representam uma pequena fração do montante deslocado para a Organização por grandes fundações. Não é preciso enfatizar que a composição do orçamento tem grande importância na forma em que a agenda é constituída. Os interesses

dos Estados devem dividir-se com os interesses dos doadores voluntários. Adotar resoluções nunca foi um processo sem entraves. Mas antes era restrito às políticas dos Estados. Agora, ademais daquelas, tem que se contar com diversas forças, do setor privado, da sociedade civil, de movimentos diversos, que conformam um conjunto de vetores em sentidos diversos, às vezes opostos. Nesse sentido, a OMS não é mais o que fora proposto em 1946. Assim como a OMS, as Nações Unidas e todo o complexo sistema de agências, programas e fundos¹ sofrem de uma certa desatualização que tem que ser considerada. Não se trata de fazer tábula rasa e começar do zero. Como bem diz Antônio Guterres, Secretário-Geral da ONU, *não precisamos de novas burocracias, mas de um multilateralismo em rede, que vincule as instituições globais e regionais e interaja com o empresariado, cidades, universidades e movimentos.*

A desagregação do Estado, no plano interno, e a multiplicidade de atores não convencionais, no plano externo, alteram a própria concepção da democracia. As plataformas digitais das companhias de tecnologias, o poder econômico e financeiro das grandes corporações, as grandes fundações, as academias, instituições e a mídia invadem o espaço antes reservado aos representantes do Estado e reclamam direito de voz. Num cenário assim é difícil saber como se dá o processo de decisão, sem excluir a possibilidade que as decisões possam ser contraditórias. O exemplo das vacinas pode ser usado para ilustrar.

Em 2020, a Assembleia Geral das Nações Unidas, a Assembleia Mundial da Saúde, o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) concordaram, em grandes linhas, declarar a vacinação extensiva como um bem público global. Contraste-se com essa linha virtuosa a compra antecipada de vacinas contra a Covid-19 por parte de dez países, muito além de suas respectivas necessidades, que representa na prática um bloqueio de 75% das vacinas disponíveis, segundo afirmação Secretário-Geral Guterres em recente reunião virtual do Conselho de Segurança². A contradição salta aos olhos, mas talvez não seja o resultado de uma hipocrisia incontida. Não é improvável que seja a resultante dos distintos vetores em jogo na complexidade de interesses hoje presentes de maneira caótica em foros concebidos em outra realidade histórica.

A mesma situação pode ser encontrada na defesa do meio ambiente por parte de países campeões em políticas verdes financiadas, contudo, com a venda de carvão e petróleo. Trata-se da mesma contradição, talvez provocada pelo mesmo fenômeno.

Não ajuda que essa democracia comprometida pela entrada em cena de atores de fora da polis, seja sujeita à pressão de tribalismos contestatários da ciência e de fatos estabelecidos.

O melhor remédio para uma democracia combalida é mais democracia. No plano externo, os problemas globais, cada vez mais numerosos e complexos, parecem hidras da mitologia grega. Nenhum Estado, de maneira isolada, pode tratar dos temas da mudança climática e de pandemias. As estruturas do pós-Guerra tampouco. O que é preciso é ampliar a participação de atores reconhecidos que podem, cada um, contribuir na busca de soluções.

No primeiro informe do CRIS deste ano, registramos a volta dos EUA ao Acordo de Paris e à OMS. Faltava mais por fazer, no entanto. Era questão de tempo. Em fim de fevereiro, a Casa Branca anunciou a volta ao Fundo de População das Nações¹ Para ter uma visão de panorâmica do sistema das Nações Unidas ver o capítulo Prelúdio em dó maior do e-book da Editora Fiocruz: *Diplomacia da Saúde e Covid-19: Reflexões a Meio do Caminho* (<https://news.un.org/en/story/2021/02/1084962> *Unidas (UNFPA)*). Como se sabe, os Republicanos opõem-se a contribuir para iniciativas suspeitas de favorecer abortos e esterilizações forçadas. Os Democratas fazem o contrário. O movimento pendular, que vem se repetindo desde o Governo de Ronald Reagan, cria incertezas na condução do Fundo, bem como na vida de milhões de mulheres. A volta anunciada ao Conselho de Direitos Humanos, também pareceria sujeita ao movimento pendular. A questão é saber se a ampliação do espaço democrático poderia deter o pêndulo em uma posição legítima.

O Conselho de Segurança representa hoje, com a entrada da Índia como membro não permanente, 3.5 bilhões de pessoas. Buss, Hoirisch e Alcázar³ apontam para a circunstância de três membros dos BRICS estarem naquele Conselho. É, sem dúvida, como enfatizam, uma oportunidade para direcionar políticas de vacinas que favoreçam os países em desenvolvimento, uma vez que aqueles países respondem por metade das vacinas contra a Covid-19, bem como os IFAs, produzidas no mundo. O problema é que o Conselho de Segurança tem reservas para cuidar de temas que extrapolem a estrita definição de segurança, como estabelecida na Carta das Nações Unidas.

A Alemanha, que completou no início de janeiro o seu mandato de dois anos como membro não permanente no Conselho de Segurança, tentou deixar a sua marca em julho de 2020 por meio de um projeto de resolução que criaria o cargo de representante das Nações Unidas para clima e segurança (UN envoy on climate and security). Algumas delegações seriam favoráveis a tal iniciativa tendo em conta o vínculo que imaginam existir entre uma coisa e outra. Como disse recentemente uma delegada sobre o tema: mudança de clima desencadeia uma série de processos que resultam em fome, que gera conflito e, pasmem, temos um problema de segurança. Acontece que para outros aquele vínculo não parece o suficientemente claro. Espera-se, contudo que a ciência predomine e estabeleça de maneira precisa a relação entre mudança climática e segurança.

Muitos recordarão a Declaração de Oslo – Saúde global, um tema urgente de nosso tempo, adotada em março de 2007 por chanceleres de 7 países (Brasil). A Declaração de Oslo, realizada em decorrência da iniciativa franco-brasileira Saúde global e Política Exterior, lançada durante a 61ª sessão da AGNU, em setembro de 2006, reconhecia o vínculo entre saúde e segurança de maneira vaga – *it is generally acknowledged that threats to health may compromise a country's stability and security*. Mais de treze anos depois, ainda existem dúvidas, ao menos de ordem processual. Na reunião do Conselho de julho, de 2020 o tema foi considerado. Dois membros do Conselho, China e Rússia manifestaram objeções de procedimento. Para o primeiro, clima é assunto vinculado ao desenvolvimento, não à segurança. Para o segundo, clima não pode ser tratado como uma questão de segurança genérica. Nem um nem outro fizeram objeções de natureza substantiva. Os EUA, não fizeram comentários, mas é possível que compartilhassem as mesmas reservas.

Todos os olhos estão sobre o Governo Biden, que promete trazer de volta os EUA ao multilateralismo. As reuniões no Conselho de Segurança sobre Covid-19 foram pontuadas na Administração passada por duras críticas à China e à OMS. Este ano, o ambiente parece um pouco mais desanuviado com o tom mais conciliador assumido pelos seus representantes, com reconhecimento do papel central da OMS na resposta à Covid, bem como no anúncio de que irá apoiar as iniciativas multilaterais de acesso a vacinas. Recorde-se que os EUA não faziam, até o presente, parte da iniciativa COVAX, o mecanismo mais democrático para uma distribuição de vacinas justa e equitativa. (<https://diplomatie.org.br/vacinas-pantagruel-e-a-diplomacia-da-saude-de-brics/>). Naquele mês de julho a Alemanha ocupou o assento rotativo de presidente do Conselho

Num mundo de fragilidades democráticas é difícil imaginar como serão as ações que podem reverter o quadro de descaso com a Natureza que nos trouxe esta pandemia. Como diz Paulo Buss em recente entre vista ao Blog da Conjuntura Econômica: *caminhamos rumo a um apocalipse ambiental, com um modelo predatório e insustentável de exploração de ambiente, de grande redução de biodiversidade, de destruição de floresta* – elementos todos para uma nova pandemia de consequências desconhecidas, mas certamente não animadoras.

ADENDO: Início da 46ª sessão do Conselho de Direitos Humanos

Na segunda-feira, dia 22 de fevereiro de 2021, teve início a 46ª sessão do Conselho de Direitos Humanos (CDH). Como se sabe, o Conselho é órgão que depende da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Estabelecido em 2006, o Conselho substituiu a antiga Comissão de Direitos Humanos, que dependia do ECOSOC.

O CDH tem 47 Estados membros, eleitos pela AGNU, por um período de três anos. São os seguintes os países latino-americanos que fazem parte do Conselho: Argentina (2021), Bolívia (2023), Brasil (2022), Cuba (2023), México (2023), Uruguai (2021) e Venezuela (2022). Os anos entre parênteses referem-se ao período de conclusão dos respectivos mandatos.

O CDH reúne-se, todo ano, em três sessões ordinárias. Este ano, a 46ª sessão, que se estende de 22 de fevereiro a 23 de março, será seguida pela 47ª sessão, de 21 de junho a 9 de julho e pela 48ª sessão, de 13 de setembro a 1 de outubro. Cabe registrar que a última sessão do ano coincide com a abertura dos trabalhos da nova sessão da AGNU, inaugura na segunda semana de setembro.

O Secretariado do Conselho é o Escritório da Alta Comissária para Direitos Humanos (OHCHR, nas siglas em inglês), cargo atualmente ocupado por Michelle Bachelet.

A agenda da 46ª sessão tem 107 itens. Dois deles referem-se à Covid-19: item 16, intitulado implicações da Covid-19 sobre os direitos humanos, é o relatório da OHCHR sobre aquele tema, conforme solicitado pela presidência do Conselho; e item 86, que deverá considerar nota do OHCHR sobre relatório produzido na terceira sessão do Foro de Direitos Humanos, Democracia e Observância da Lei. Este Foro foi criado em 2015 com vistas a estabelecer plataforma de diálogo e cooperação nesses campos e procurar melhores práticas, desafios e oportunidades para os Estados na busca de respeito aos direitos humanos, democracia e observância da lei.

Ademais daqueles dois temas de Covid-19, caberia registro dos temas de meio ambiente e direitos humanos e a agenda 2030, que os relaciona entre si e com a saúde.

A sessão inaugural contou com a participação da Presidente do Conselho, Embaixadora Nazhat Shameem, Representante Permanente de Fiji junto às Nações Unidas; Embaixador Volkan Bozkir, Representante Permanente da Turquia; Antônio Guterres, Secretário-Geral da ONU; Michelle Bachelet, Alta Comissária para Direitos Humanos e Ignazio Cassis, representante do país sede (Suíça) e Diretor do Departamento Federal de Negócios Estrangeiros, equivalente a Ministro de Negócios Estrangeiros.

Entre as intervenções realizadas, caberia destacar ao do SG pelo tom de indignação com o obscuro abocanhamento das vacinas contra a Covid-19 por parte de grupo de países desenvolvidos. Com efeito, após considerações sobre os efeitos nefastos da pandemia – aumento das desigualdades e inequidades, perda de empregos, dívidas em ascensão e redução de salários, *inter alia* – somente 10 países controlam 75% de todas as vacinas, enquanto mais de 130 países ainda não receberam uma única dose. A equidade em vacina era o objetivo dos direitos humanos. O nacionalismo de vacinas o frustrou.

Nenhum outro participante da mesa foi tão enfático, nem mesmo a Alta Comissária, que repetiu o que todos já sabem: a pandemia tirou a máscara das terríveis realidades de discriminação, injustiça e inequidade. Enquanto a pandemia está longe de terminar, o seu impacto sobre as economias, liberdades, sociedades e pessoas apenas inicia.

É interessante a menção à liberdade feita pela Alta Comissária, repetida pelo Chanceler da Suíça nos seguintes termos: a pandemia revelou como as liberdades são frágeis. A liberdade de amar, a liberdade à saúde e a liberdade de movimento.

Tanto no caso da Alta Comissária, quanto no caso do Chanceler da Suíça, o conceito de liberdade é mencionado pelos efeitos de distanciamento, de lockdown e, em alguns casos, de privação, por abusos de poder. Nenhum, nem outro, fizeram daquela menção uma crítica às prescrições sanitárias, que ademais são de bom senso como se sabe.

É importante, pela atualidade do assunto, fazer menção à fala do SG no que respeita ao poder das cinco grandes companhias de tecnologia. Aquelas companhias, recorda o SG, armazenam comportamentos de compras do grande público para depois vendê-los como commodities. As tecnologias digitais podem ser usadas, como de fato foram, para propagar mentiras e todo tipo de ódios, racismos, discriminações, etc. O SG talvez tivesse presente a cadeia de eventos que levou à invasão do Capitólio em Washington. É provável, mas não há como negar o paralelismo com o genocídio em Ruanda, em 1994. Como se recordará, em poucos meses tutsis assassinaram centenas de milhares de hutus. A campanha de ódio contra uma das etnias do país, no entanto começara muito antes. Jornais e, sobretudo, a empresa de comunicação RTLM (Rádio Télévision Libre de Mille Collines) foram destilando a conta gota mensagens que tinham como objetivo preparar a população hutus para a selvageria contra os seus irmãos. Qualquer semelhança com a propagação de fake news por parte do ex-Presidente Donald Trump e seus acólitos é mera coincidência.

Resposta da OMS - OPS e EUA à Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Luiz Augusto Galvão

O lançamento da campanha “Recover better together” do Global Citizen (<https://bit.ly/3dGMGOo>) marca o ingresso da OMS em uma nova fase, aonde ela vai buscar influenciar a reconstrução de um mundo que mudou de uma forma inimaginável há um ano atrás. Essa nova etapa terá de recuperar do tempo perdido pelos sistemas de saúde que foram interrompidos, os milhões de empregos que foram perdidos, a geração de escolares que ficarão com as marcas da ausência de escolas e o aumento da pobreza e da fome.

No lançamento da campanha da Global Citizen, participaram, além do Diretor-Geral, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, a Presidente da Comissão Europeia, Dr. Ursula von der Leyen, John Kerry, Enviado Presidencial Especial dos EUA sobre Clima, Angela Merkel, primeira-ministra da Alemanha, Cyril Ramaphosa, Presidente da África do Sul e outros artistas e empresários como Hugh Evans, fundador da Global Citizen.

Todos foram unânimes em apoiar o plano da Global Citizen que consiste em cinco pilares:

1. Acabar com a pandemia COVID-19;
2. Parar a crise da fome;
3. Retomar o aprendizado para todas as crianças;
4. Proteger o planeta;
5. Promover equidade e a justiça para todos.

O Enviado Especial John Kerry aproveitou para anunciar e reforçar um dos pontos mais relevantes da Administração Biden que é o combate à crise climática e anunciou que a COP de Glasgow é a última oportunidade de agir concretamente e que os EUA estão comprometidos com essa ação que deve ser global. A fala pode ser vista na gravação da cerimônia no youtube: <https://youtu.be/qS77QX0gySQ?t=1994>

O Dr. Tedros afirmou que as vacinas ajudarão a controlar a pandemia, mas como não há vacina para a pobreza, nem vacina para a fome, nem nenhuma vacina para as mudanças climáticas e para a desigualdade, essas questões deverão ser enfrentadas com todos os países juntos, tendo a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como o compromisso mundial que deve servir de roteiro para construir um mundo melhor. Também reconheceu que “Já estávamos fora dos trilhos para os ODS antes da pandemia; agora estamos ainda mais para trás.”

O Diretor-Geral Tedros Adhanom Ghebreyesus lançou um movimento de pessoas e organizações sob a bandeira da “equidade vacinal”. Cerca de 7.000 pessoas e centenas de organizações já assinaram uma declaração sobre a equidade de vacinas (<https://bit.ly/3snga8d>) que solicita aos governos e fabricantes que acelerem os processos regulatórios, impulsionem a fabricação compartilhando know-how e tecnologia e garantam que as doses sejam compartilhadas de forma equitativa, incluindo a recomendação de iniciar a vacinação pelos profissionais de saúde que estão na linha de frente desta pandemia há mais de um ano.

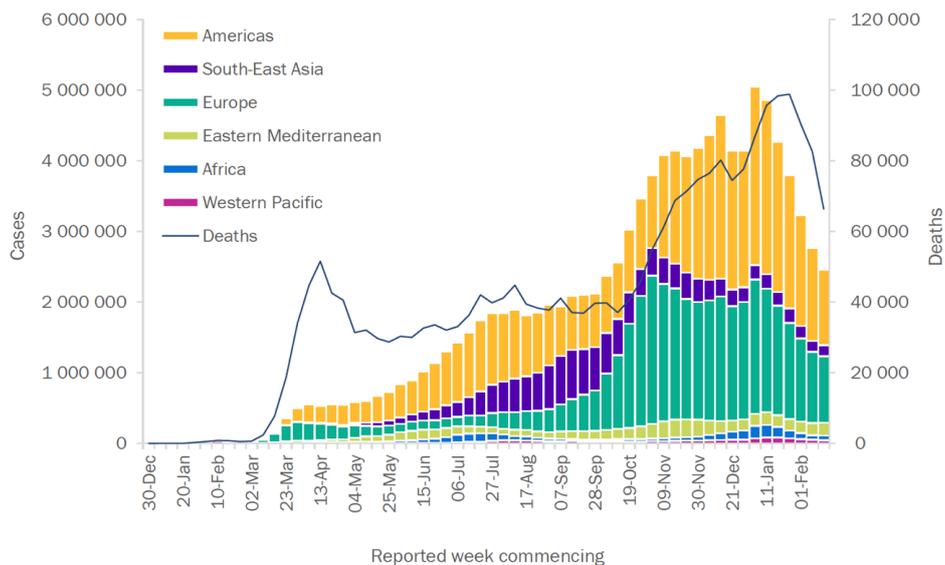
A OMS também saudou os compromissos assumidos por países ricos como a França, Alemanha, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e Estados Unidos da América para a alocação equitativa das vacinas no mecanismo COVAX (<https://bit.ly/3sngZxP>) que está apoiado por 190 e é o mais bem posicionado para distribuir a vacinas globalmente.

Dr. Tedros discursando sobre esse tema disse:

"Há um movimento crescente por trás da equidade vacinal e eu saúdo aos líderes mundiais que estão assumindo novos compromissos para acabar efetivamente com essa pandemia, compartilhando doses e aumentando os fundos para o COVAX. Isso não pode ser um negócio como de costume. Existe uma necessidade urgente dos países compartilharem doses e tecnologia, ampliem a fabricação e garantem que haja um fornecimento sustentável de vacinas para que todos, em todos os lugares, possam receber uma vacina."

As notícias sobre a epidemiologia da pandemia são positivas e esperançosas. Segundo o relatório de 23 de fevereiro da OMS, o número de novos casos globais notificados continuou a cair pela sexta semana consecutiva, com 2,4 milhões de novos casos na semana passada, uma queda de 11% em relação à semana anterior (Figura 1). O número de novas mortes também continuou a cair nas últimas três semanas, com quase 66 mil novas mortes registradas na semana passada, uma queda de 20% em relação à semana anterior. Quatro das seis regiões da OMS relataram declínios em novos casos (Tabela 1). As Américas continuam a ver as maiores quedas em números absolutos de casos. Enquanto isso, o número de novas mortes diminuiu em todas as regiões, menos no Pacífico Ocidental (aumento de 6%).

Figure 1: COVID-19 cases reported weekly by WHO Region, and global deaths, as of 21 February 2021**



**See Annex: Data, table and figure notes

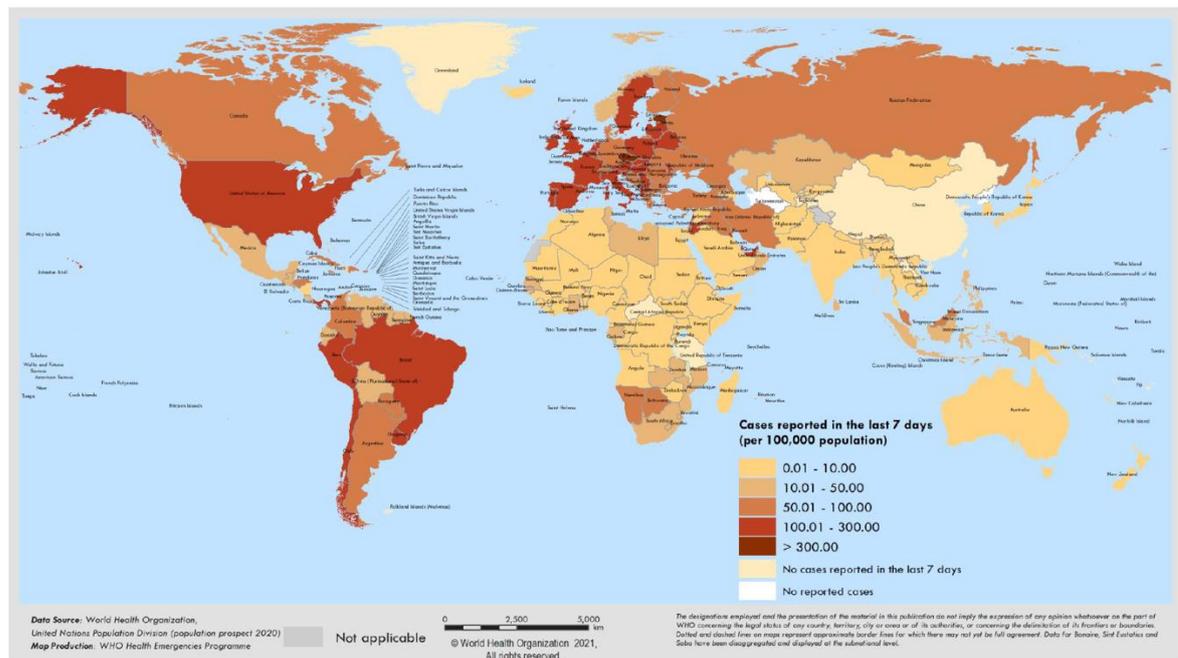
Table 1. Newly reported and cumulative COVID-19 confirmed cases and deaths, by WHO Region, as of 21 February 2021**

WHO Region	New cases in last 7 days (%)	Change in new cases in last 7 days *	Cumulative cases (%)	New deaths in last 7 days (%)	Change in new deaths in last 7 days *	Cumulative deaths (%)
Americas	1 066 990 (43%)	-19%	49 296 115 (45%)	34 386 (52%)	-23%	1 171 294 (48%)
Europe	939 271 (38%)	-7%	37 574 211 (34%)	24 102 (36%)	-19%	838 761 (34%)
South-East Asia	157 379 (6%)	2%	13 345 590 (12%)	2 189 (3%)	-6%	204 796 (8%)
Eastern Mediterranean	181 969 (7%)	7%	6 181 023 (6%)	2 443 (4%)	-3%	141 915 (6%)
Africa	66 453 (3%)	-2%	2 789 884 (3%)	2 038 (3%)	-20%	70 332 (3%)
Western Pacific	44 964 (2%)	-9%	1 576 330 (1%)	1 201 (2%)	6%	28 220 (1%)
Global	2 457 026 (100%)	-11%	110 763 898 (100%)	66 359 (100%)	-20%	2 455 331 (100%)

*Percent change in the number of newly confirmed cases/deaths in past seven days, compared to seven days prior. Regional percentages rounded to the nearest whole number; global totals may not equal 100%.

**See Annex: Data, table and figure notes

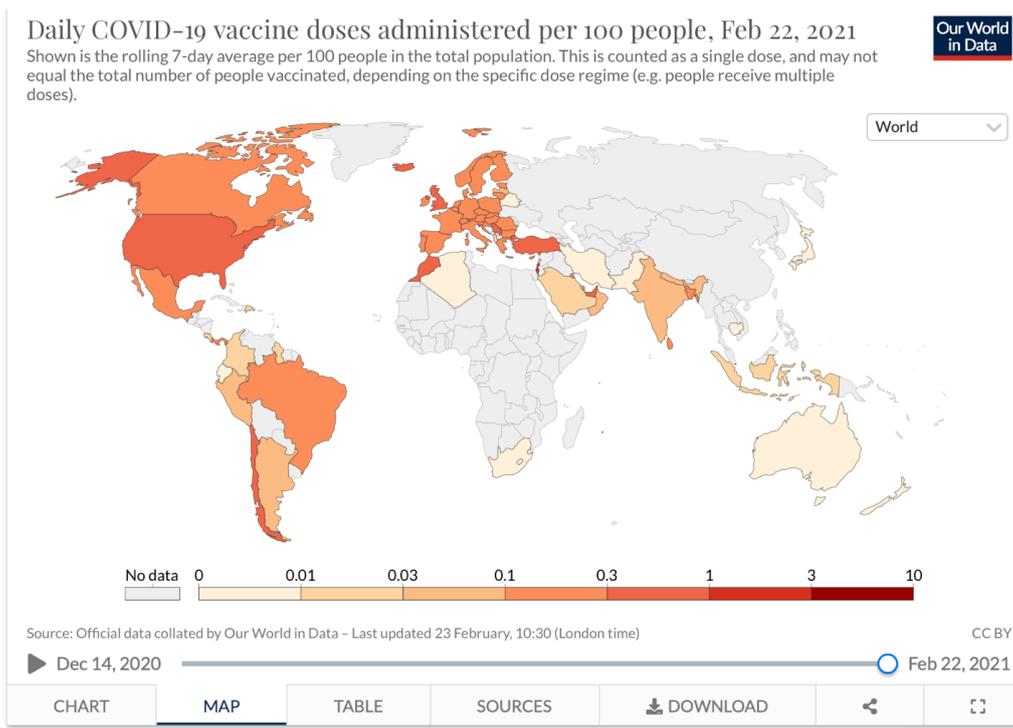
Figure 2. COVID-19 cases per 100 000 population reported in the last seven days by countries, territories and areas, 15 February through 21 February 2021**



**See Annex: Data, table and figure notes

Vacinas

A maior campanha de vacinação da história está em andamento. Mais de 213 milhões de doses foram administradas em 95 países, de acordo com dados coletados pela Bloomberg. A última taxa foi de cerca de 6,11 milhões de doses por dia. Nos EUA, mais americanos receberam pelo menos uma dose do que tiveram resultado de teste positivo para o coronavírus desde que a pandemia começou. Até agora, 65 milhões de doses foram dadas. Na última semana, foram administradas uma média de 1,28 milhão de doses por dia.



OPS

A situação nas Américas acompanha a tendência mundial em geral com exceções de países onde a epidemia ainda está em aumento.

Total cases, deaths & CFR (%) among PAHO countries/territories with ≥ 10,000 cumulative cases.

Country/Territory	Cases	Deaths	CFR (%)
United States of America	27,828,370	495,275	1.8%
Brazil	10,168,174	246,504	2.4%
Colombia	2,226,262	58,834	2.6%
Argentina	2,069,751	51,359	2.5%
Mexico	2,041,380	180,107	8.8%
Peru	1,283,309	45,097	3.5%
Canada	845,652	21,674	2.6%
Chile	803,009	20,126	2.5%
Panama	336,521	5,742	1.7%
Ecuador	274,968	15,547	5.7%
Bolivia	242,292	11,441	4.7%
Dominican Republic	235,882	3,048	1.3%
Costa Rica	202,466	2,777	1.4%
Guatemala	171,289	6,306	3.7%
Honduras	165,095	3,996	2.4%
Paraguay	151,718	3,065	2.0%
Venezuela	136,068	1,316	1.0%
Puerto Rico	99,257	1,983	2.0%
El Salvador	59,235	1,807	3.1%
Uruguay	52,815	574	1.1%

 Pan American Health Organization
 World Health Organization
 REGIONAL OFFICE FOR THE AMERICAS

COVID-19 situation reported by countries and territories in the Americas, as of 22 February 2021
 Updated as of 3 PM

Sub-Region	Country/Territory	Cases			Deaths			Recovered	Transmission Type
		7 Day MA* Trend	Cumulative	7day % change	7 Day MA* Trend	Cumulative	7day % change		
North America	Canada		845,652	-8%		21,674	-28%	792,603	Community transmission
	Mexico		2,041,380	-20%		180,107	-26%	1,595,320	Community transmission
	United States of America (the)		27,828,370	-17%		495,275	-38%	11,926,446	Community transmission
	Subtotal		30,715,402			697,056		14,314,369	
Central America	Belize		12,244	-8%		314	-86%	11,749	Community transmission
	Costa Rica		202,466	0%		2,777	50%	171,776	Community transmission
	El Salvador		59,235	-12%		1,807	-2%	54,324	Community transmission
	Guatemala		171,289	-6%		6,306	-32%	158,501	Community transmission
	Honduras		165,095	-12%		3,996	-10%	64,678	Community transmission
	Nicaragua		5,106	14%		172	0%	4,883	Community transmission
	Panama		336,521	-15%		5,742	-32%	320,668	Community transmission
Subtotal		951,956			21,114		786,579		
South America	Argentina		2,069,751	-3%		51,359	5%	1,872,213	Community transmission
	Bolivia (the Plurinational State of)		242,292	-37%		11,441	-41%	185,155	Community transmission
	Brazil		10,168,174	8%		246,504	-6%	9,095,483	Community transmission
	Chile		803,009	-3%		20,126	-12%	760,577	Community transmission
	Colombia		2,226,262	-17%		58,834	-24%	2,120,366	Community transmission
	Ecuador		274,968	-20%		15,547	-44%	238,817	Community transmission
	Paraguay		151,718	30%		3,065	17%	126,919	Community transmission
	Peru		1,283,309	-1%		45,097	0%	1,183,238	Community transmission
	Uruguay		52,815	9%		574	-13%	46,265	Community transmission
	Venezuela (Bolivarian Republic of)		136,068	-8%		1,316	-20%	128,088	Community transmission
	Subtotal		17,408,366			453,863		15,757,121	

Pan American Health Organization / World Health Organization. Washington, D.C.: PAHO/WHO, 2021
www.paho.org | © PAHO/WHO, 2021

More information available at: <https://paho-covid19-response-who.hub.arcgis.com/>



OEA na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Luana Bermudez

No dia 17 de fevereiro o Conselho Permanente da OEA se reuniu com a participação de 29 países membros e aprovou a resolução denominada “Distribuição equitativa de vacinas contra a Covid-19” (CP/doc.5673/21 rev. 2), que foi proposta pela missão permanente de Trinidad e Tobago como coordenadora do Caricom. A necessidade da resolução surgiu a partir da apresentação do Dr. Jarbas Barbosa, vice diretor da OPAS, na reunião do Conselho Permanente do dia 27 de janeiro de 2021 e passou por 9 revisões dos países membros em um período de 12 dias.

A resolução destaca a preocupação dos países membros em relação às medidas que tenham como resultado a inequidade no acesso e distribuição de vacinas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; insta aos fabricantes de vacinas que aumentem suas produções e cooperem na concessão voluntária de patentes a empresas locais e regionais; encoraja as instituições financeiras a proporcionarem financiamento de baixo custo aos países em desenvolvimento; solicita aos estados membros e observadores permanentes que tenham condições que tomem medidas para facilitar a distribuição equitativa de vacinas; e por fim pede que a OPAS continue apoiando os países membros para superar as diversas barreiras na introdução de vacinas contra a Covid-19 nos países.

Durante a apresentação da resolução, o embaixador Ronald Sanders, da missão permanente de Antigua e Barbuda, ressaltou que a região possui aproximadamente metade dos casos e metade dos óbitos de Covid-19 do mundo inteiro e que de acordo com a Diretora da OPAS, Carissa, Etienne, 70-80% da população da região precisa ser vacinada para atingir a tal “imunidade de rebanho”, o que significa mais de 800 milhões de pessoas. Sanders lembrou que a pandemia não é somente uma emergência de saúde pública, mas também um problema político com várias dimensões urgentes - declínio econômico global, desemprego maciço, expansão da pobreza, incapacidade de pagamento de dívidas pré-existentes, degradação dos direitos humanos, ameaças à sustentabilidade da democracia, grande aumento de refugiados, colapso dos sistemas de saúde.

O embaixador também mencionou um estudo feito pela Duke University, nos EUA, que mostra que 15% da população do mundo garantiu 60% das doses disponíveis, o que deixa clara a inequidade no acesso e prolonga os efeitos devastadores da pandemia. Neste sentido, destacou que somente 5 dos 34 países membros da OEA já foram capazes de vacinar mais de 1% da população (EUA – 12% ; Chile – 10,2%; Peru – 3,5%; Canadá – 3,25%; Brasil 2,41%). Mencionou também um estudo do Escritório Nacional de Pesquisa Econômica dos Estados Unidos, que resalta que mesmo que os países desenvolvidos estejam totalmente vacinados até o meio do ano, se os países em desenvolvimento continuarem paralisados, a economia global poderá sofrer perdas superiores a 9 trilhões de dólares, valor maior do que a produção anual da Alemanha e do Japão juntos. Ou seja, o monopólio do fornecimento de vacinas de Covid-19 poderá levar a uma catástrofe humanitária sem precedentes.

Por fim, o embaixador lembrou que diversos dos países membros já estavam lutando com as consequências de desastres naturais quando foram acometidos pela pandemia, e defende a importância de vacinar a maior quantidade de pessoas possível antes do início da temporada de furacões.

O embaixador Anthony Phillips-Spencer, da missão permanente de Trinidad e Tobago, também recebeu a palavra e ressaltou que é necessário adotar ações coletivas, coordenadas e focadas para a recuperação da pandemia e que agora os países membros devem converter a vontade expressa na resolução em ação e trabalho nacional e regional.

Outros representantes dos países membros destacaram a importância do investimento nos ODS, do aumento da produção e rápida aceleração e distribuição equitativa de vacinas, o forte papel que a OMC pode desempenhar em trazer soluções, a necessidade de considerar as disparidades e iniquidades que existem entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento e a condição desigual das mulheres entre países e dentro das fronteiras nacionais na distribuição equitativa da vacina.

<https://fb.watch/3R4qONalj7/>

<https://fb.watch/3R53xjv7cC/>

http://www.oas.org/es/council/CP/documentation/var_documents/cpdoc/

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

Neste mesmo tema, a CIDH fez um chamado aos Estados membros para que ponham as políticas e medidas públicas relacionadas à vacinação contra Covid-19 tenham como foco a saúde pública e uma abordagem integral e interdependente dos direitos humanos e com base nas melhores evidências científicas disponíveis. Neste sentido a comissão destacou alguns temas principais que devem ser considerados:

- Garantir o acesso universal às vacinas com prioridades baseadas em critérios de saúde pública
- Garantir o acesso à informação e comunicação pública eficaz
- Garantir o cumprimento das obrigações em matéria de negócios e direitos humanos
- Fortalecer a Cooperação Internacional e os mecanismos existentes por meio de ações regionais

<http://www.oas.org/es/CIDH/jsForm/?File=/es/cidh/prensa/comunicados/2021/027.asp>

Instituições Financeiras Multilaterais, Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Isis Pillar Cazumbá e Miryam Minayo

Banco Mundial

BM e as vacinas da COVID-19

O Grupo está construindo sua resposta a COVID-19 com US \$ 12 bilhões para ajudar os países pobres a comprar e distribuir vacinas, testes e tratamentos e proteger as pessoas mais vulneráveis. Esse financiamento faz parte dos até US \$ 160 bilhões anunciados em maio de 2020.

O financiamento aumenta a assistência para ajudar países de baixa e média renda (AID e BIRD) a adquirir e se preparar para distribuir vacinas e fortalecer os sistemas nacionais de preparação para a saúde pública. Ele se baseia nos programas de resposta a emergências COVID-19 do WBG que está em funcionamento em mais de 100 países que estão progredindo rapidamente.

O objetivo é desembolsar a maior parte desse apoio nos próximos 12 a 24 meses. O financiamento será fornecido de acordo com a elegibilidade existente dos países para doações, créditos e empréstimos.

Este pacote de financiamento ajuda a sinalizar para a indústria farmacêutica e de pesquisa que os cidadãos dos países em desenvolvimento precisam de igual acesso a vacinas COVID-19 seguras e eficazes. Somente quando a pandemia for contida em todos os países, cada país estará a salvo de um ressurgimento.

Os países em desenvolvimento terão flexibilidade para escolher a melhor abordagem e usar o financiamento da forma que melhor os ajude, com base em seu contexto e necessidades específicas, tais como:

Avaliações de prontidão para vacinas: o BM está trabalhando com parceiros para avaliar a prontidão dos sistemas de saúde dos países para a implantação de vacinas e identificar lacunas e áreas para possível investimento. Isso permitirá que o financiamento do Banco atenda às necessidades prioritárias de cada país. As avaliações envolvem análises de políticas e capacidades regulatórias, sistemas de dados e rastreamento, infraestrutura de saúde, incluindo cadeias de frio e treinamento de profissionais de saúde. As avaliações já estão em andamento em mais de 70 países.

Acesso às vacinas: para facilitar o acesso às vacinas, o BM ajudará os países a adquirir vacinas por meio de várias abordagens (ou seja, mecanismos nacionais, mecanismos multilaterais atualmente liderados pela OMS e GAVI por meio da COVAX, aquisição facilitada pelo Banco e apoio à implementação).

Distribuição de vacinas: para ajudar os países a se prepararem para implantar vacinas e fortalecer seus sistemas de saúde, o financiamento do BM apoiará os países a estabelecer políticas para implantação segura e eficaz, expandir o armazenamento e construir cadeias de frio, desenvolver sistemas de dados e rastreamento, treinar profissionais de saúde e construir confiança nas imunizações por meio do envolvimento dos cidadãos e da comunidade.

O WBG ajudará os países clientes a desenvolverem critérios apropriados para disponibilizar a vacina selecionada a todos os seus cidadãos.

Os países elegíveis de baixa e média renda (países do BIRD / AID) poderão se inscrever para financiamento como parte de suas respostas ao coronavírus, inclusive para a compra e distribuição de vacinas sob a resposta rápida de emergência do Banco Mundial.

Outra parte importante da resposta do BM veio da IFC, braço de desenvolvimento do setor privado: a **Plataforma de Saúde Global** de US \$ 4 bilhões por meio do qual o BM apoiará empresas privadas na entrega de produtos e serviços de saúde - incluindo vacinas - aos países em desenvolvimento. Isso inclui:

- Investimentos em fabricantes de vacinas para promover a expansão da produção de vacinas COVID-19 em países de baixa e média renda, com produção reservada para mercados emergentes.
- Capacidade de investir na produção para resolver outros gargalos potenciais, incluindo frascos, agulhas e seringas e capacidade de armazenamento refrigerado.
- Suporte para mapeamento da capacidade de fabricação de vacinas COVID-19, com foco em potenciais gargalos nos processos de fabricação.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2020/10/15/world-bank-group-vaccine-announcement---key-facts>

Iniciativas por país

Armênia

No dia 04 de fevereiro de 2021, o BM aprovou em Financiamento Adicional para o projeto **Projeto de Prevenção e Controle de Doenças** ¹US \$ 7,4 milhões. O projeto se trata de fortalecer a resposta do sistema de saúde da Armênia ao COVID-19 e potenciais pandemias futuras, incluindo a capacidade dos hospitais para gerenciamento de casos e tratamento intensivo. Segundo o BM, mais de 137.000 pessoas serão beneficiadas em geral nas regiões de Gegharkunik e Vayots Dzor.

Os desafios enfrentados na prestação de cuidados hospitalares são agudos, especialmente na região de Vayots Dzor, que não recebeu investimentos para atualizar a infraestrutura hospitalar por várias décadas. Devido às limitações da capacidade hospitalar durante a pandemia para o manejo clínico de casos COVID-19 na região de Vayots Dzor, os casos que requerem cuidados intensivos foram transferidos para hospitais nas regiões vizinhas, introduzindo atrasos no acesso aos serviços e aumentando o risco de mortalidade.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/02/04/health-care-gets-investment-boost-in-two-regions-of-armenia>

Bangladesh

No dia 06 de fevereiro de 2021, o BM aprovou hoje US \$ 40 milhões para ajudar Bangladesh a aumentar a cobertura das compras governamentais eletrônicas (e-GP) com novos recursos para responder aos desafios do COVID 19.

Este financiamento adicional para o **Projeto de Monitoramento de Implementação de Digitalização e Aquisições Públicas (DIMAPPP)** ajudará a expandir o e-GP para todas as entidades de compras públicas. Para responder aos desafios da pandemia COVID-19 e quaisquer

¹ Disponível em: <https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/project-detail/P128442>

outras emergências futuras, o financiamento ajudará a adicionar recursos importantes ao sistema e-GP, incluindo licitação internacional, contratação direta, acordo-quadro, gestão e pagamento de contrato eletrônico, análise de dados de aquisição, geo-tagging e outros.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/02/06/world-bank-helps-bangladesh-expand-electronic-public-procurement>

Fiji

No dia 09 de fevereiro de 2021, o BM aprovou um crédito de US \$ 50 milhões (FJ \$ 102,7 milhões) para apoiar a recuperação de Fiji dos impactos da COVID-19 e dos severos ciclones tropicais Harold e Yasa. O projeto tem um enfoque especial nas mulheres que foram afetadas de forma desproporcional pela crise.

Nos últimos 12 meses, Fiji experimentou impactos extraordinários de choques externos. Os imensos impactos sociais e econômicos da COVID-19, que praticamente paralisaram o setor de turismo de Fiji, foram exacerbados por cinco ciclones tropicais surpreendentes nos últimos doze meses; incluindo dois ciclones severos de categoria cinco. Esses choques externos resultaram em uma contração econômica de 19% em 2020 e um aumento no desemprego para 27% - a contração mais severa na história de Fiji.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/02/09/us50-million-boost-to-fijis-social-protection-system-to-address-employment-impacts-of-covid-19>

Cabo Verde

No dia 11 de fevereiro de 2021, o BM aprovou um financiamento adicional de \$ 5 milhões da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) para fornecer à pequena nação insular de Cabo Verde acesso acessível e equitativo às vacinas COVID-19. Esta é a primeira operação financiada pelo Banco Mundial na África a apoiar o plano de imunização COVID-19 de um país e ajudar na compra e distribuição de vacina em alinhamento com a COVID-19 *Vaccines Global Access (COVAX) Facility*.

Esse financiamento adicional apoiará os esforços do país para comprar e distribuir mais de 400.000 doses da vacina COVID-19, bem como equipamentos de proteção individual, incluindo máscaras e outros suprimentos médicos para ajudar a garantir uma implementação de vacinação eficaz. O projeto também financiará equipamentos de rede de frio e transporte, bem como melhorará a infraestrutura de saúde para ajudar a reabrir o país para o turismo. Assenta no apoio de emergência fornecido através do **Projeto de Resposta a Emergências COVID-19 de Cabo Verde**.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/02/11/first-world-bank-support-for-covid-19-vaccine-rollout-in-africa>

Mongólia

No dia 11 de fevereiro de 2021, o BM aprovou um financiamento adicional no valor de \$ 50,7 milhões para o Projeto de Resposta de Emergência e Preparação do Sistema de Saúde COVID-19 da Mongólia para permitir o acesso equitativo e acessível às vacinas no país.

O financiamento foi aprovado em um momento crucial na resposta do governo ao COVID-19. A Mongólia tomou medidas vigorosas para prevenir e conter o surto de COVID-19 desde o início de 2020. Apesar do número relativamente baixo de casos na Mongólia, outros riscos de disseminação na comunidade permanecem altos. Para reduzir esse risco, outras medidas preventivas, apoiando as melhorias do sistema de saúde e fornecendo acesso às vacinas COVID-19 são essenciais.

Para apoiar a estratégia do governo da Mongólia de vacinar pelo menos 60% de sua população, o financiamento adicional ajudará a pagar a compra e distribuição das vacinas COVID-19. Dada a necessidade urgente de expandir a capacidade de imunização, apoiará medidas abrangentes para a distribuição eficaz de vacinas, como atualização da rede de frio, logística, planos de implantação nacionais e locais, campanhas de informação ao público e treinamento de pessoal.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/02/11/world-bank-approves-507-million-for-affordable-and-equitable-covid-19-vaccine-access-in-mongolia>

Fundo Monetário Internacional

Documento: **Tourism in the Post-Pandemic World: Economic Challenges and Opportunities for Asia-Pacific and the Western Hemisphere**

No dia 19 de fevereiro de 2021 foi lançado o documento *Tourism in the Post-Pandemic World: Economic Challenges and Opportunities for Asia-Pacific and the Western Hemisphere*. Este documento departamental analisa o impacto da pandemia COVID-19 no turismo na região da Ásia-Pacífico, América Latina e países do Caribe.

Muitas economias dependentes do turismo nessas regiões, incluindo pequenos estados do Pacífico e do Caribe, entraram na pandemia com espaço fiscal limitado, amortecedores externos inadequados e receitas em moeda estrangeira extremamente concentradas no turismo. A análise empírica aproveita um modelo de gravidade aumentada para tirar lições de epidemias anteriores e descobre que o impacto das doenças infecciosas nos fluxos de turismo é muito maior nos países em desenvolvimento do que nas economias avançadas.



Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/Departmental-Papers-Policy-Papers/Issues/2021/02/19/Tourism-in-the-Post-Pandemic-World-Economic-Challenges-and-Opportunities-for-Asia-Pacific-49915>

Discurso de abertura da Diretora Geral do FMI, Kristalina Georgieva na Conferência Parlamentar da UE, em 22 de fevereiro de 2021

Solidariedade e cooperação: a resposta da Europa à crise

Em 2020, 90% dos países terminaram o ano com uma economia menor do que no início - o pior desempenho que o mundo já teve em tempos de paz. Mas poderia ter sido muito pior. Ações excepcionalmente fortes e coordenadas por bancos centrais e por autoridades financeiras têm desempenhado um papel crítico na mitigação dos impactos humanos e econômicos.

Kristalina prestou homenagem a Christine Lagarde e ao BCE por reagirem rapidamente com uma acomodação política extraordinária, e a todos os governos da UE por colocarem em prática um apoio fiscal maciço de mais de 3 trilhões de euros para empresas e famílias, incluindo esquemas de retenção de empregos que ajudou mais de 54 milhões de trabalhadores. E a iniciativa Next Generation UE é um feito notável na mobilização conjunta de fundos.

Essas ações - junto com avanços científicos sem precedentes em vacinas e tratamentos (muitos cultivados em casa na Europa) e o progresso na aplicação de máscaras, distanciamento social, testes e rastreamento de contato - ajudaram a estabilizar a economia e mover o mundo e a UE em direção à recuperação, observa a Diretora do FMI.

Atualmente, o FMI projeta um crescimento global de 5,5% e 4,2% na UE este ano. Mas o caminho para a recuperação é altamente incerto e, o mais importante, desigual. Incerto devido à corrida contínua entre o vírus e as vacinas. Desigual devido à diferença nas posições iniciais, estrutura econômica e capacidade de resposta - causando o aumento das desigualdades entre os países e dentro deles.

A mensagem “Gaste, mas guarde as receitas” era incomum para o Fundo, mas apropriada para esta crise. O FMI forneceu mais de US \$ 105 bilhões em novos financiamentos para 85 países - incluindo na Europa, Albânia, Bósnia e Herzegovina, Kosovo, Moldávia, Montenegro, Macedônia do Norte e Ucrânia. E reforçou o foco no crescimento inclusivo - especialmente com nossos parceiros europeus - em questões como tributação progressiva e gastos sociais.

Kristalina finaliza ressaltando que o FMI está trabalhando em estreita colaboração com a UE para fazer mais pelos países de baixa renda - eles enfrentam escolhas dolorosas entre enfrentar a crise da saúde, atender às necessidades básicas das pessoas e promover a estabilidade macroeconômica e impulsionar o investimento público, que são essenciais para o crescimento sustentável.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/02/22/sp022221-keynote-speech-EU-Parliamentary-Conference-KristalinaGeorgieva>

Banco Interamericano de Desenvolvimento

Presidente e CEOs do BID lançam parceria histórica para a recuperação da América Latina e do Caribe

No dia 16 de fevereiro de 2021, o presidente do BID, Mauricio Claver-Carone, patrocinou a primeira Mesa Redonda de Parceiros do Setor Privado sobre o Futuro da América Latina e do Caribe. Esta coalizão de 40 executivos corporativos globais se comprometeu a contribuir para a recuperação da região. Os principais executivos do setor privado discutiram os desafios históricos e as oportunidades únicas para impulsionar o crescimento e o investimento na região. A América Latina e o Caribe foram mais afetados pela pandemia do que qualquer outra região e merecem uma resposta robusta.

O presidente Claver-Carone apresentou a visão e as prioridades do BID. Isso inclui empoderamento econômico para mulheres, digitalização, integração e transferência de cadeias de valor para a região. Os líderes empresariais assinaram uma Declaração de Parceria e se comprometeram a trabalhar com o BID para mobilizar recursos nessas três áreas críticas. A reunião é o início de um esforço intensificado para fortalecer a colaboração entre o BID e as principais empresas do setor privado para promover o investimento e criar o tipo de empregos que ajudará a economia pós-pandemia da região a prosperar. Esta é a primeira de uma série de colaborações que o BID planeja patrocinar com o setor privado. O Grupo do BID está agora formando grupos de trabalho voltados para a ação com parceiros corporativos para solidificar oportunidades de parceria em cada uma das áreas prioritárias identificadas.

A mesa redonda contou com a participação de participantes das seguintes empresas: AB InBev, AES, Amazon, AT&T, Banco Santander, Bayer, BNP Paribas, Brookfield, Cabify, Cargill, Central America Bottling Corporation, Cintra, Citibank, Coca-Cola FEMSA, Copa Airlines, DOW, Engie, Google, Grupo Sura, IBM, Itaú Latam, JP Morgan, Mastercard, Mercado Libre, MetLife, Microsoft, Millicom, NEC Corp, NTT Data everis, PepsiCo, Pimco, Salesforce, Sacyr, Scotiabank, SoftBank, Softtek, Telefónica, Unilever, Visa e Walmart.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-president-ceos-launch-historic-partnership-latin-american-and-caribbean-recovery>

BID e Google fazem parceria para fortalecer pequenas empresas na América Latina e no Caribe

A atual crise da COVID-19 representa um desafio sem precedentes para a continuidade das instituições de microfinanças (IMFs), especialmente as de pequeno e médio porte, em um contexto em que os serviços financeiros são mais necessários do que nunca para as pequenas empresas. À medida que os efeitos da crise do COVID-19 impactam a economia da região da América Latina e do Caribe (LAC), as instituições de microfinanças pequenas e médias enfrentam sérios problemas de liquidez e descasamentos de moeda conforme a qualidade de sua carteira de empréstimos se deteriora, suas fontes de financiamento secam e moedas voláteis aumentam seus riscos cambiais (FX).

Para garantir que as instituições de microfinanças possam continuar a fornecer produtos e serviços financeiros essenciais no curto prazo, mas também para acelerar o processo de recuperação econômica pós-COVID-19 na América Latina e no Caribe, o Google está apoiando o Locfund Next - o primeiro veículo regional permanente administrado por gerentes locais, dedicado a fornecer financiamento em moeda local e apoiar a transformação digital para IMFs. Os US \$ 8 milhões em financiamento do Google, fornecidos por meio do laboratório de inovação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, IDB Lab, complementam US \$ 4,5 milhões fornecidos pelo IDB Lab.

Essa iniciativa está sendo lançada como parte de um anúncio feito por Sundar Pichai, CEO do Google, sobre a criação de um fundo de \$ 200 milhões que visa apoiar organizações não governamentais (ONGs) e instituições financeiras em todo o mundo para fortalecer seu acesso ao crédito iniciativas para as PME. É a única iniciativa do gênero para a região da América Latina e do Caribe.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-google-partner-strengthen-small-businesses-latin-america-and-caribbean>

A Espanha investe EUR € 13,74 milhões em Fundo Estratégico Gerenciado pelo BID

No dia 17 de fevereiro de 2021, o governo da Espanha, por meio do Ministério da Economia e Transformação Digital, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ampliaram sua parceria histórica com uma nova contribuição espanhola de EUR \$ 13,7 milhões (US \$ 16,7 milhões) para o Fundo Geral de Cooperação Espanhol.

O objetivo do Fundo, administrado pelo BID, é fortalecer a canalização de recursos para financiar projetos de desenvolvimento que contribuam para o desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe. Esta nova contribuição reforça o compromisso da Espanha com a região, gravemente afetada pela crise da COVID-19 e pelos recentes furacões na América Central e permitirá continuar apoiando projetos importantes.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/spain-invests-eureu1374-million-idb-managed-strategic-fund>

Paraguai fortalecerá seu Sistema Nacional de Estatística com apoio do BID

No dia 18 de fevereiro de 2021, o BID aprovou um empréstimo de US \$ 43 milhões para ajudar a melhorar a qualidade das estatísticas oficiais no Paraguai.

Aumentar a capacidade de produzir estatísticas oportunas, confiáveis e acessíveis é crucial para fornecer informações adequadas sobre as atividades do governo, do setor privado e de todos os cidadãos, especialmente no contexto atual da pandemia COVID-19. O Plano de

Desenvolvimento Nacional do Paraguai para 2030 ressalta a importância das estatísticas oficiais como ferramenta fundamental para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

O programa apoiará uma série de atividades principais, incluindo a realização do Censo Nacional de População e Habitação de 2022 (CNPV, após sua sigla em espanhol) e o Censo Indígena. Contribuirá também para a plena utilização dos arquivos administrativos para fins estatísticos e para o fortalecimento das capacidades técnicas, operacionais e organizacionais do Instituto Nacional de Estatística (INE, após sua sigla em espanhol). Isto ajudará o INE a melhorar a qualidade da informação estatística oficial, apoiará os seus esforços para monitorizar o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, produzir dados de alta qualidade e encorajar mais e melhor acesso à informação estatística tanto pelo sector público como pelo privado.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/paraguay-strengthen-its-national-statistics-system-idb-support>

G77 e MNA na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Regina Ungerer

Grupo do G77

O Grupo dos 77 (G77) foi criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento

Atualmente o G77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O Grupo dos 77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas.

Sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e assim aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

A República da Guiné assumiu a presidência do G77 em janeiro de 2021, por um período de um ano.

Atualização do G-77 e China em fevereiro de 2021

Processo de revisão da ECOSOC (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas) e do HLPF (*High level Political Forum*)

No dia 05 de fevereiro de 2021, o embaixador Boubacar Diallo representando a Missão Permanente da República da Guiné, junto às Nações Unidas declarou durante consultas virtuais informais da Assembleia Geral da ONU sobre o processo de revisão da ECOSOC (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas) e do HLPF (*High level Political Forum*) que:

O G77 e a China reiteraram sua posição de que a revisão atual do ECOSOC e do HLPF deve assegurar que as atuais estruturas intergovernamentais possam cumprir com mais eficácia seus papéis na aceleração da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e que esta revisão não deve ser usada para renegociar acordos substantivos sobre os ODS, mas sim para fortalecer a base para sua implementação.

Embora os processos de revisão do HLPF e do ECOSOC sejam semelhantes e se complementem, eles não são iguais já que cada um responde a mandatos diferentes e tem objetivos diferentes e, portanto, devem ser tratados separadamente, com a devida atenção à sua interconexão. As duas análises não devem ser fundidas, mas sim tratadas como processos separados.

Quanto ao HLPF, o G77 e a China acreditam que seus temas são transversais e que em 2022 e 2023, a revisão dos ODS deve considerar as interligações entre todos os Objetivos que devem ser fortalecidos e devem permitir a participação técnica dos Ministérios e outras agências, promovendo a aprendizagem entre pares e o trabalho em rede para enfrentar eficazmente os desafios do desenvolvimento global, regional e nacional. Destacando que o desenvolvimento sustentável diz respeito à interconexão entre os ODS. Assim, acredita-se que as revisões temáticas ganhariam em pertinência tanto na implementação quanto no acompanhamento dos ODS.

A reunião do HLPF em 2021 será realizada entre os dias 6 e 15 de julho de 2021, sob os auspícios do ECOSOC, incluindo a reunião ministerial de três dias do fórum entre os dias 13 e 15 de julho, como parte do segmento de alto nível do Conselho.

<https://sustainabledevelopment.un.org/hlpf/2021>

Reunião preparatória para a 5ª Conferência das Nações Unidas sobre os países menos desenvolvidos (PMD)

No dia 8 de fevereiro de 2021, o G77 e a China participaram da reunião da comissão preparatória para a 5ª Conferência das Nações Unidas sobre os países menos desenvolvidos (PMD) que será realizada em Doha/Qatar entre os dias 23 a 27 de janeiro de 2022.

O G77 e a China aproveitaram a oportunidade para prestar sua solidariedade à causa dos PMD e assegurar o seu apoio a este grupo de países em sua luta para o seu desenvolvimento sustentável.

Considerando que 2020 marcou o fim do Programa de Ação de Istambul (IPoA), deve-se destacar que os PMD alcançaram algum progresso na implementação do PoA.

Vale lembrar que o Programa de Ação de Istambul (IPoA) destacava a visão estratégica da comunidade internacional para o desenvolvimento sustentável dos PMD, com foco no desenvolvimento de suas capacidades produtivas durante a década 2011-2020. https://www.un.org/ohrlls/sites/www.un.org.ohrlls/files/ldc_facts_and_figures_2020.pdf

Desde então, 6 países deixaram a lista dos menos desenvolvidos. Samoa em 2014, Guiné Equatorial em 2017, Vanuatu em 2020. Butão deixará a lista dos menos desenvolvidos em 2023 e São Tomé e Príncipe e Ilhas Salomão em 2024. Outros 11 países encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento. (Butão, ST&P e Ilhas Salomão já foram aprovados, e por isso fazem parte deste grupo de 6 países).

Apesar dos progressos, muitos objetivos e metas do IPoA ainda não foram atingidos. A Pandemia do COVID-19 aumentou o desafio para o desenvolvimento enfrentado pelos PMD, além de terem revertido muitos anos de progresso conquistado com dificuldade. Teme-se que esta reversão ainda perdure por muitos anos.

A dificuldade em progredir em direção aos objetivos do IPoA torna claramente difícil para os PMD alcançarem seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030, e isso enfraquece a promessa global de não deixar ninguém para trás (*leave no one behind*).

A crise do COVID-19 não apenas revelou as fraquezas estruturais dos PMD, mas também as falhas de apoio internacional à sua disposição e destacou o papel central das capacidades produtivas.

O sucesso de um novo Programa de Ação dependerá muito da liderança e apropriação pelos próprios PMD em criar e implementar políticas de acordo com suas prioridades e estratégias nacionais. No entanto, os esforços nacionais devem ser complementados por programas globais de apoio e cooperação técnica.

A digitalização e a Quarta Revolução Industrial que estão modificando os métodos de produção e distribuição e remodelando os valores globais entre os países desenvolvidos, não atingem os PMD que ficam em desvantagem para desfrutarem plenamente destas tecnologias e inovações. O fortalecimento de suas capacidades produtivas é uma estratégia importante de recuperação e desenvolvimento sustentável que exigirá investimento em infraestrutura, fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação. A comunidade internacional deve estar pronta para apoiar os PMD com recursos financeiros adequados, espaço para discussão de políticas, tecnologia e transferência de conhecimento.

A 5ª Conferência das Nações Unidas sobre os países menos desenvolvidos será uma oportunidade de lançar um novo Programa de Ação que seja claro, com metas e cronogramas de implementação concretos e mensuráveis e que leve em consideração as lições aprendidas com o Programa de Ação de Istambul.

59ª sessão da comissão para o desenvolvimento social

No dia 9 de fevereiro de 2021, o G-77 e a China participaram da 59ª sessão da Comissão para o Desenvolvimento Social.

Na ocasião o representante da missão da República da Guiné junto às Nações Unidas destacou que o ano de 2021 testemunhará vários eventos importantes e desafiadores, tais como: os preparativos para a 5ª Conferência dos países menos desenvolvidos (*Least Developed Countries* – LDC) que será realizada de 23 a 27 de janeiro de 2022 em Doha no Qatar. A UNCTAD 15 a ser realizada em Barbados entre 3 e 8 de outubro de 2021; a Conferência das Nações Unidas para o Oceano, que seria realizada em 2020 e que foi adiada para 2022, será realizada em Lisboa; a Conferência sobre Mudanças Climáticas (COP 26) a ser realizada entre 1 e 12 de novembro de 2021 em Glasgow, na Escócia; a COP 15 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) a ser realizada entre 17 e 30 de maio de 2021 em Kunming, província de Yunnan, na China. E acima de tudo a realização da 3ª Cúpula do Sul, a ser realizada no continente Africano. Esta Cúpula havia sido programada para ocorrer em 2020 em Kampala, Uganda.

Considerando a pandemia de COVID-19 e as vacinas que desenvolvidas, que oferecem esperança de dias melhores, é certo que sua disponibilidade continua inacessível para um número significativo de países não desenvolvidos. O G-77 e a China enfatizam a importância de garantir o acesso global e equitativo às vacinas a preços acessíveis e reconhecem que elas devem se tornar bens públicos globais para ajudar a superar a pandemia mundial e recuperar o ímpeto para o desenvolvimento sustentável.

O G-77 e a China reafirmaram, mais uma vez, seu compromisso de lutar para a erradicação da pobreza, a promoção do emprego pleno e produtivo e a promoção da inclusão social.

A Agenda 2030 visa garantir, entre outros, o acesso à moradia e à serviços básicos, especialmente em áreas menos favorecidas. No entanto, é lamentável notar que, apesar dos esforços significativos feitos para esse fim, o número de sem-teto, de acordo com as estatísticas, aumentou progressivamente nos últimos anos. Os dados também confirmam que a falta de moradia é um dos sintomas mais flagrantes de falta de acesso à educação, saúde e emprego produtivo, pobreza, desigualdade e exclusão social. É importante abordar as múltiplas causas e consequências da falta de moradia, os desafios enfrentados pelas pessoas em situação de rua e seus efeitos sobre os indivíduos e as sociedades.

Consequentemente, todos temos a obrigação urgente de renovar o nosso compromisso com a cooperação multilateral e com o fortalecimento da cooperação entre nossos Estados, únicas garantias para assegurar o desenvolvimento sustentável, harmonioso e inclusivo de todas as camadas sociais.

Nesse sentido, o G-77 e a China reiteram a importância do papel da cooperação e parcerias, incluindo a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular, para apoiar os esforços nacionais para combater a desigualdade e erradicar a pobreza e para cumprir os compromissos da Agenda 2030.

Além disso, o G-77 e a China apoiam fortemente a Agenda Social da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) da União Africana e a sua Agenda 2063.

Finalmente, o G-77 e a China reforçam o seu compromisso de contribuir de forma eficaz e eficiente para a realização e implementação integral da Agenda 2030, como parte integrante da Assembleia Geral da ONU.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo.

11 de janeiro de 2021

A Coordenação do Movimento dos Não-Alinhados condenou veementemente a inclusão da República de Cuba na lista unilateral de Estados Patrocinadores do Terrorismo do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América.

O Escritório de Coordenação espera que o novo governo dos Estados Unidos tome as medidas necessárias para reverter essas medidas infundadas tomadas em relação a Cuba e para normalizar as relações entre os dois países.

12 de janeiro de 2021

Declaração da Delegação da República do Azerbaijão em nome do movimento dos países não alinhados (MNA) no debate Ministerial aberto do Conselho de Segurança das Nações Unidas intitulado **“20º Aniversário da Resolução 1373 (2001) do Conselho de Segurança e o estabelecimento do Comitê contra o terrorismo: Realizações na Cooperação Internacional, desafios e oportunidades”**.

O Movimento dos Não-Alinhados condena inequivocamente, como criminoso, e rejeita o terrorismo em todas as suas formas e manifestações. Expressa sua total solidariedade para com os países que sofreram atos de terrorismo, especialmente com todas as vítimas.

O MNA estão decididos a tomar todas as medidas necessárias para combater a propagação do terrorismo, tais como conflitos prolongados não resolvidos, desumanização das vítimas do terrorismo em todas as suas formas e manifestações, falta de Estado de direito e violações dos direitos humanos, discriminação étnica, nacional e religiosa, exclusão política, marginalização socioeconômica e falta de boa governança, embora se reconheça que nenhuma dessas condições pode desculpar ou justificar atos de terrorismo.

O MNA expressa sua determinação de enfrentar, com medidas rápidas e eficazes, a eliminação do terrorismo internacional. Nesse contexto, ressaltou que a cooperação multilateral sob os auspícios das Nações Unidas é o meio mais eficaz para prevenir e combater o terrorismo internacional e convocou os Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, a cumprir suas obrigações de acordo com o direito internacional e o direito internacional humanitário no combate ao terrorismo.

Dia 18 de janeiro de 2021

Declaração da Delegação da República do Azerbaijão em nome do Movimento dos Não Alinhados na **cerimônia formal de apresentação do novo presidente do G-77** da República da Guiné.

A parceria e a cooperação entre o MNA e o G-77 têm uma longa história. Ambas as organizações, embora compartilhem a maioria de seus Estados membros, também atendem a um objetivo comum, embora com enfoques diferentes. O objetivo é considerar questões de interesse mútuo e enfrentar desafios comuns ao Sul Global. O estabelecimento do Comitê de Coordenação Conjunta do MNA e do G-77 em 1994 certamente fortaleceu esta cooperação.

Hoje, o principal objetivo desta cooperação é promover os interesses coletivos dos países em desenvolvimento nos fóruns internacionais relevantes, especialmente no contexto da

reforma da ONU, para implementar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e para expandir e aprofundar a cooperação Sul-Sul.

Nesse sentido, os Estados Membros do MNA aguardam com expectativa a Terceira Cúpula do Sul do G-77, que estava programada para 2020, mas teve que ser adiada em meio à disseminação contínua do COVID-19. Estamos confiantes de que este futuro evento servirá como mais uma oportunidade para fortalecer ainda mais a Cooperação Sul-Sul entre estes dois fóruns e para ajudar a manter uma posição coerente, forte e coordenada entre os países em desenvolvimento em assuntos de interesse e preocupação mútuos.

O MNA reafirma sua posição em relação ao desenvolvimento econômico e progresso social e reitera seu total compromisso com o multilateralismo, bem como com os propósitos e princípios do G-77. Esperamos alcançar a paz, a prosperidade e ordem mundial equitativa, inclusive por meio da implementação total da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Dia 26 de janeiro de 2021

Declaração da Delegação da República do Azerbaijão em nome do Movimento dos Não Alinhados no debate aberto trimestral sobre **“A situação do Oriente Médio, incluindo a questão da Palestina”**.

O MNA continua a acreditar que a resolução 2334 (2016) do Conselho de Segurança é o caminho mais viável para a paz na região, estabelecendo os requisitos e parâmetros essenciais para alcançar a solução de dois Estados mantendo as fronteiras existentes pré-1967, no que diz respeito a os antigos termos de referência de paz endossados pela comunidade internacional, de acordo com as resoluções pertinentes das Nações Unidas, os princípios de Madri, incluindo o princípio da terra pela paz, a Iniciativa Árabe para a Paz e o Roteiro do Quarteto. Desta forma, apelamos pela sua implementação plena e eficaz.

O MNA enalteceu os esforços de Sua Majestade o Rei Mohammed VI, do Marrocos, como Presidente do Comitê Al-Quds da Organização para a Cooperação Islâmica e deu as boas-vindas ao “Call for Al Quds / Jerusalem” assinado em Rabat, em 30 de março de 2019, por Sua Majestade o Rei Mohammed VI e Sua Santidade o Papa Francisco enfatizando o importante papel de Al Quds / Jerusalém como uma cidade de tolerância e respeito mútuo entre os povos das três religiões monoteístas e enfatizou a necessidade de preservar suas especificidades e suas características como uma cidade de coexistência pacífica.

Na ausência de uma solução, os Estados Membros do MNA reiteraram seu apelo à continuidade da necessária assistência humanitária e socioeconômica ao povo palestino, incluindo os refugiados palestinos. O MNA expressou seu profundo apreço pelo trabalho inestimável realizado e pela assistência essencial fornecida pela UNRWA (Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo) aos refugiados da Palestina e saudou a extensão de seu mandato até 30 de junho de 2023, e postulou apoio financeiro necessário para a UNRWA neste momento crucial.

G20 e OCDE na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Luiz Eduardo Fonseca

G20

Atualização <https://www.g20.org/en/notizie.html>

29 de janeiro de 2021

Primeira reunião do Grupo de Trabalho em Saúde

<https://www.g20.org/en/first-health-working-group-meeting.html>

A Presidência apresentou a Nota Conceitual que norteará a discussão e lançou uma nova plataforma de treinamento para agentes de saúde pública.

A primeira reunião do Grupo de Trabalho em Saúde sob a Presidência italiana do G20, aberta pelo secretário-geral do Ministério da Saúde, Dr. Giuseppe Ruocco, foi realizada virtualmente no Palazzo Chigi, em Roma, nos dias 26 e 27 de janeiro. A reunião de dois dias contou com a presença de delegados de todos os parceiros do G20, bem como representantes de países-sede, das Nações Unidas e outros atores internacionais, todos ligados por videoconferência.

A reunião foi seguida de uma apresentação sobre o Impacto do Covid-19 nos Sistemas de Saúde pelo Professor Franco Locatelli, Presidente do Conselho Nacional de Serviços de Saúde da Itália (Consiglio Superiore di Sanità). Contribuições da OMS (Professora A. Buzyn) e da OCDE (Dr.M. Pearson) convergiram na apresentação de uma nota conceitual elaborada conjuntamente pelas duas organizações, juntamente com o Ministério da Saúde italiano.

O professor Enrico Giovannini (ASVIS - Aliança Italiana para o Desenvolvimento Sustentável) apresentou uma análise do impacto do Covid-19 nos ODS na Itália. No segundo dia, o Prof. Gualtiero Ricciardi (Università Cattolica Sacro Cuore, em Roma), presidiu uma sessão com representantes de várias organizações da sociedade civil, do Parlamento italiano e de vários grupos de engajamento do G20, que foram convidados a contribuir com suas recomendações. O professor Silvio Brusaferrò, presidente do Instituto Nacional de Saúde italiano (Istituto Superiore di Sanità, ISS) lançou uma Plataforma internacional de Treinamento para Profissionais de Saúde Pública que será apresentada em um webinar no dia 10 de março de 2021.

8 de Fevereiro

Conferência Inicial

Sessão de Abertura: As Pessoas, o Planeta e a Prosperidade

O impacto da pandemia Covid-19 destacou a urgência de encontrar soluções comuns e compartilhadas para muitos desafios globais sobrepostos: da emergência sanitária à dívida em alta, da mudança climática às barreiras ao comércio internacional, da transição digital ao aumento da pobreza e da desigualdade. A Presidência italiana do G20 resume efetivamente essas prioridades para o quadro multilateral em 2021 em "Povo, Planeta, Prosperidade" e estes são os temas no centro da Conferência Inicial do T20 nos dias 8 e 9 de fevereiro.

Entre muitos outros participantes: Paolo Gentiloni – Comissário Europeu para a Economia; Alicia Bárcena – Secretária Executiva ECLAC; Jeffrey Sachs – Diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Columbia; Emma Bonino – ex-comissária europeia e ex-ministra italiana das Relações Exteriores; Tetsushi Sonobe – Reitor do Instituto

Banco Asiático de Desenvolvimento; Virginia Gamba – Representante Especial do Secretário Geral da ONU para Crianças e Conflitos Armados.

Eventos

Acesso: <https://www.g20.org/en/calendario-eventi.html>

2 de fevereiro de 2021

G20 EMPOWER: avançando com a liderança feminina no Setor Privado

<https://www.g20.org/en/g20-empower.html>

Representantes do setor privado e público trabalham juntos para implementar políticas voltadas para o desenvolvimento dos ecossistemas das empresas que possam promover o empoderamento das mulheres.

3 de fevereiro de 2021

1º Encontro do Grupo de Trabalho em Educação

<https://www.g20.org/en/first-meeting-education-working-group.html>

Uma importante oportunidade de trocar opiniões sobre as principais medidas para garantir uma educação de qualidade para todos, em um contexto global afetado pela pandemia Covid-19.

4 de fevereiro de 2021

Oficina do Grupo de Trabalho em Infraestrutura

Recuperação econômica do G20 está em uma agenda de infraestrutura transformadora

<https://www.g20.org/en/g20-infrastructure-agenda.html>

A Presidência italiana do G20 visa tornar a infraestrutura mais resiliente e inclusiva, melhorar a manutenção dos ativos existentes e promover futuras infraestruturas digitais e sustentáveis.

5 de fevereiro de 2021

Planejando e trabalhando para dar uma nova cara ao mundo em que queremos viver

<https://www.g20.org/en/italian-g20-presidency-contest.html>

Este é o tema do concurso nacional lançado pelo Ministério da Educação por ocasião da Presidência italiana do G20 e aberto a estudantes do ensino fundamental e médio.

2ª reunião do Grupo de Trabalho em “Framework” do G20

<https://www.g20.org/en/g20-framework.html>

O encontro ofereceu a oportunidade de discutir como tornar a economia global mais resiliente por meio do financiamento de ativos intangíveis.

8 a 9 de fevereiro de 2021 - 1ª Reunião da Força Tarefa de Economia Digital

9 de fevereiro de 2021 - Trilha Financeira: 2ª Reunião do Grupo de Trabalho em Infraestrutura

10 de fevereiro de 2021 - Sherpa Track: 1º Encontro Acadêmico informal

15-17 de fevereiro de 2021 - Sherpa Track: 1ª Reunião do Grupo de Trabalho do Emprego

18-19 de fevereiro de 2021 - Trilha Financeira: 2ª Reunião do Grupo internacional de Trabalho em Arquitetura Financeira

Eventos que ocorrerão

25-26 de março de 2021

2o Encontro do Grupo de Trabalho em Saúde

T20 e seus Task Forces

8-9 de fevereiro de 2021 - Conferência de Início

<https://www.t20italy.org/2021/02/08/save-the-date-virtual-inception-conference/>

Think20: Ideias dos *Think Tanks* para os Líderes do G20

<https://www.g20.org/en/t20-ideas-for-g20-leaders.html>

Primeira reunião do grupo de engajamento que reúne os mais relevantes think tanks do mundo. Objetivo: oferecer ideias sobre como repensar o multilateralismo à luz das prioridades do G20.

A conferência - promovida pelo Instituto Italiano de Estudos Políticos Internacionais (ISPI), como Coordenador e Presidente Nacional, e pelo Instituto de Assuntos Internacionais (IAI) como copresidente do T20 Itália - teve como objetivo principal oferecer ideias sobre como repensar o multilateralismo à luz das prioridades definidas pela Presidência italiana do G20: Pessoas, Planeta, Prosperidade.

Durante o primeiro dia, os palestrantes focaram no papel do G20 no enfrentamento das crescentes desigualdades causadas pela pandemia. Como proteger os grupos populacionais mais vulneráveis deve ser um ponto-chave de discussão para o G20, como observou a vice-ministra das Relações Exteriores, Marina Sereni.

Na sessão 'Pessoas', Tito Boeri, professor de Economia da Universidade Bocconi e ex-presidente do Instituto Nacional italiano de Seguridade Social, ressaltou a importância de investir em educação. Este setor tem sido severamente afetado pela pandemia, restringindo o direito de estudar para mais de 500 milhões de jovens, devido ao fechamento de escolas ou dificuldades no acesso ao ensino a distância. Emma Bonino, senadora italiana e ex-ministra das Relações Exteriores, abordou a questão da migração, ressaltando a importância de governar esse fenômeno estrutural através de uma abordagem multilateral.

Na sessão 'Planeta', os palestrantes focaram principalmente nas questões energéticas e climáticas, mas também abordaram os impactos da erosão do solo e a sustentabilidade do sistema alimentar atual. Alicia Bárcena, secretária executiva da Comissão Econômica da ONU para a América Latina e o Caribe (CEPAL), indicou sete áreas prioritárias que são fundamentais para fomentar uma economia inclusiva e sustentável: a transição para fontes de energia renovável, a revolução digital, a mobilidade elétrica, a bioeconomia, a economia circular, o turismo sustentável, a saúde global. Fatih Birol, diretor executivo da Agência Internacional de Energia (AIE), expressou confiança no processo em curso e nos muitos países que investem para reduzir as emissões. No entanto, como observou Jeffrey Sachs, diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Columbia, o uso sustentável da terra e a conversão de sistemas alimentares também serão essenciais para alcançar metas relacionadas ao clima, desde que todos os países cooperem.

Na sessão "Prosperidade", a palavra de ordem foi "cooperação" - como sublinhado pelo comissário europeu para a Economia, Paolo Gentiloni. O cenário pós-pandemia também pode

criar oportunidades para as empresas, ressaltou Emma Marcegaglia, Presidente do Business20, e 2021 pode ser o ano do renascimento, mas apenas se os Estados cooperarem e se o setor privado fizer o melhor uso das ferramentas que a inovação pode oferecer, promovendo a sustentabilidade ambiental e, particularmente, apoiando as micro, pequenas e médias empresas.

Durante o segundo dia da conferência, mais de 350 analistas participaram da reunião de pontapé inicial das 11 Forças-Tarefa que formularão propostas políticas nos próximos meses sobre temas como: Saúde Global e Covid; Mudanças climáticas, energia e sustentabilidade; Comércio, investimento e crescimento; Transformação digital; Agenda 2030 e cooperação para o desenvolvimento; Coesão social e futuro dos sistemas de bem-estar social; Investimentos e financiamentos em infraestrutura; Multilateralismo e governança global; Finanças internacionais; Migrações; Reformando o T20.

Na sessão de encerramento, representantes de organizações internacionais, instituições e do “G20 Sherpas” da Arábia Saudita, Indonésia e OCDE discutiram como o T20 e o G20 poderiam ter um impacto real. Os líderes do G20 são chamados a responder aos exigentes desafios globais que enfrentamos. Um T20 inclusivo, eficaz e orientado a políticas pode ajudar o G20 a alcançar esse objetivo ambicioso.

Task Force 1

Saúde Global e Covid-19

<https://www.t20italy.org/2020/12/05/tf-1-global-health-and-covid-19/>

Coordenadora

Paola Testori Coggi

Assessora Especial do Cluster Tecnológico Nacional em Ciência da Vida – ALISEI

Coordenadores adjuntos

Pascale Allotey

Diretor do Instituto Internacional de Saúde Global da Universidade das Nações Unidas - UNU-IIGH

Agnes Binagwaho

Vice-Chanceler da Universidade de Equidade Global em Saúde – UGHE

Sandro Galea

Reitor da Escola de Saúde Pública da Universidade de Boston

John F. Ryan

Diretor de Saúde Pública, *DG Santé* – Comissão Europeia

Smita Srinivas

Fundadora do Laboratório de Mudanças Tecnológicas; Professora de Pesquisa da Universidade Aberta

Stefano Vella

Professor Adjunto de Saúde Global – Università Cattolica del Sacro Cuore

Secretariado executivo: Eleonora Poli (Senior Fellow (IAI))

5 de fevereiro de 2021

Não devemos falhar no maior teste da humanidade

Angel Gurría, Secretário-Geral

A falta de cooperação internacional corre o risco de falhar no teste mais crucial: o de vacinar amplamente o suficiente para erradicar o COVID-19 em todos os lugares. Esse fracasso pode levar a um desastre econômico e social absoluto. A vacinação está até agora restrita a um número limitado de países. No momento da redação, dez países representam cerca de 90% do total de doses de vacinação administradas. Pior, enquanto alguns desses países pediram doses suficientes para vacinar toda a sua população de 3 a 5 vezes mais, muitos países do mundo permanecem totalmente privados de vacinas neste momento. Além das razões humanitárias óbvias e convincentes, a economia mundial precisa muito de um esforço adicional para erradicar o vírus. Em dezembro de 2020, a Perspectiva Econômica da OCDE projetou que a economia global se recuperaria da pior crise em um século, desde que as vacinas fossem implantadas de forma rápida e global ao longo de 2021. Mesmo sob essas premissas favoráveis, o PIB global ainda seria US\$ 6 trilhões a menos no final de 2022 do que teria sido na ausência da pandemia. Os custos sociais ainda seriam muito altos, com muitos milhões de desempregados adicionais. As crianças teriam perdido meses de educação, potencialmente colocando em risco suas oportunidades futuras. Dezenas de milhões cairão em extrema pobreza. No entanto, se as vacinas não forem implantadas de forma rápida e global, a situação de saúde seria terrível, e os resultados econômicos e sociais seriam ainda piores. Em um cenário tão adverso, a receita global projetada seria mais USD 4 trilhões menor do que no cenário "favorável", para uma perda total de USD 10 trilhões. Isso afetaria todas as economias em 2021, mas com a Europa e a América do Norte mais atingidas do que a região Ásia-Pacífico. Os custos de implantação de vacinas de forma ampla e rápida são reduzidos pelos custos fiscais para apoiar as economias enquanto o vírus está circulando e as restrições à mobilidade permanecem apertadas. Globalmente, o apoio fiscal à economia somou impressionantes US\$ 12 trilhões em 2020. Em contrapartida, segundo estimativas da OMS, vacinar toda a população mundial com 15 anos ou mais custaria menos de US\$ 100 bilhões. Trata-se apenas de uma pequena fração do apoio fiscal anti-COVID-19 dos países do G7. Não devemos falhar no maior teste da humanidade.

Só podemos ficar perplexos ao ver que muitas economias avançadas não estão usando suas ajudas para acelerar os programas de vacinação das economias em desenvolvimento. A OCDE vem enfatizando a necessidade de manter o apoio financeiro a pessoas, empresas e países em desenvolvimento não só em 2021, mas até que a crise esteja para trás. Embora os países que podem pagar por isso tenham colocado em prática uma proteção sem precedentes para pessoas e empresas, muitos países emergentes e de baixa renda não podem fornecer um apoio tão extenso. As condições de vida e o bem-estar pioraram e continuarão a piorar na ausência de vacinação rápida para erradicar o vírus. Portanto, é mais urgente do que nunca agir decisivamente na frente vacinal. A fraca cooperação internacional e a coordenação que têm atormentado a economia global ameaçam milhões de vidas e colocam em risco a recuperação econômica. Enquanto o vírus não for suprimido globalmente e for deixado para "ferver" em algum lugar, o risco de mutações de vírus mais ameaçadoras é maior e as restrições atualmente para a mobilidade podem ter que permanecer no lugar. Estamos arriscando uma falha política de proporções maciças. Nenhum país está deixando esse desastre COVID-19 para trás a menos

que ajamos juntos e invistamos na implantação de vacinas mais rápido e globalmente do que estamos fazendo agora.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Crise Global, Problemas Desiguais: Se as vacinas e a recuperação continuarem sendo um país desenvolvido de luxo, continuaremos presos em crise

<https://www.oecd-forum.org/posts/global-crisis-unequal-problems-if-vaccines-and-recovery-remain-a-developed-country-luxury-we-will-remain-locked-in-crisis>

Jorge Moreira da Silva, Diretor de Desenvolvimento e Cooperação da OCDE

À medida que as economias avançadas implantam políticas ambiciosas de recuperação em trilhões de dólares e acumulam vacinas para suas populações, os países em desenvolvimento estão sendo abandonados no processo de uma recuperação global sustentável. Não existe uma recuperação parcial de uma pandemia, e as economias avançadas têm um imperativo de saúde, economia e moral para apoiar vacinas e recuperação para todos.

OCDE e o CORONAVIRUS

Foco em cuidados de saúde resilientes

<http://www.oecd.org/coronavirus/en/themes/resilient-healthcare>

A pandemia COVID-19 mostrou como as vulnerabilidades nos sistemas de saúde podem ter profundas implicações para a saúde, o progresso econômico, a confiança nos governos e a coesão social.

Conter e mitigar a taxa de propagação e infecção do vírus continuam sendo essenciais. Mas assim é o fortalecimento da capacidade dos sistemas de saúde de responder de forma rápida e eficaz. Isso inclui a administração de vacinas COVID-19. Depois de aliviar o desenvolvimento de velocidade e os testes, campanhas de vacinas estão sendo lançadas em muitos países. Mas as questões sobre produção, entrega e acesso equitativo permanecem, especialmente para os países de baixa e média renda.

Esta página apresenta o mais recente trabalho da OCDE sobre o impacto do COVID-19 nos sistemas de saúde e saúde, juntamente com recomendações da OCDE e conselhos políticos sobre como aumentar a resiliência dos sistemas de saúde. Também apresenta uma coleção com curadoria de conteúdos anteriores da OCDE para a saúde.

8 de fevereiro de 2021

Os que têm e os que não têm: O dilema geopolítico da equidade vacinal COVID

<https://www.oecd-forum.org/posts/the-haves-and-have-nots-the-geopolitical-dilemma-of-covid-vaccine-equity>

Dr. Ayoade Olatunbosun-Alakija, Membro da Africa Union Africa Vaccine Delivery Alliance; Membro do Conselho Consultivo Global para a Saúde da Elevação da Mulher; Estrategista-chefe, CONVENCER na África

À medida que o mundo corre contra o tempo em uma tentativa de superar o COVID-19, parece que a corrida está cambaleando em favor dos ricos — as nações ricas e as pessoas mais ricas dos países mais pobres do mundo. A mídia está repleta de imagens de líderes mundiais, trabalhadores da saúde e pessoas vulneráveis recebendo aquele tão esperado jab de vacina em seus braços, e campanhas de prova social como V para #Vaccinate encorajar as pessoas a sair correndo e se vacinar. No entanto, para muitas das pessoas mais pobres do mundo, não há

vacinas no futuro imediato, e imagens semelhantes de partes da África e do Sudeste Asiático podem estar a alguns anos de distância. **Vacinas para TODOS deve ser nosso mantra.**

WEBINAR

Equidade de vacinas e construção de resiliência: dois testes para solidariedade global

<http://www.oecd.org/dac/development-cooperation-report/vaccine-equity-and-resilience-building-two-tests-for-global-solidarity.htm>

PODCAST

Covid-19: Vacinas, confiança pública e cooperação internacional

<https://soundcloud.com/oecd/internationalcooperationvaccine>

Apresentador: Robin Allison Davis

A vacina Covid-19 finalmente chegou. Encontrar a vacina foi o primeiro passo, mas a pandemia Covid-19 coloca muitos desafios sobre a cooperação internacional e a distribuição de uma vacina, confiança pública, digitalização na saúde e muito mais. Como podemos produzir vacinas suficientes para causar impacto? Como garantir que a vacina seja acessível para todos? E uma vez acessível, o público em geral tem confiança suficiente na vacina para tomá-la?

15 de fevereiro de 2021

FORUM

Vacinas, Hesitação e Comunicações em Saúde Pública: Os obstáculos à frente

Rumo a 2021, a luz começou a aparecer no final do túnel COVID-19 à medida que as primeiras vacinas são aprovadas e implantadas. Mas o maior desafio de políticas públicas de todos talvez esteja por vir.

Anthony Gooch, Diretor da OECD e do Fórum OECD

Eventos

Publicação

Dinâmica de Desenvolvimento da África 2021 - Transformação Digital para Empregos de Qualidade

<http://www.oecd.org/development/africa-s-development-dynamics-2021-0a5c9314-en.htm>

A Africa's Development Dynamics utiliza lições aprendidas nas cinco regiões do continente – Centro, Leste, Norte, Sul e África Ocidental – para desenvolver recomendações políticas e compartilhar boas práticas. A partir das estatísticas mais recentes, esta análise da dinâmica do desenvolvimento tenta ajudar os líderes africanos a atingir as metas da Agenda 2063 da União Africana em todos os níveis: continental, regional, nacional e local. A edição de 2021, agora publicada no início do ano, explora como a digitalização pode criar empregos de qualidade e contribuir para alcançar a Agenda 2063, tornando as economias africanas mais resistentes à recessão global desencadeada pela pandemia COVID-19. O relatório tem como alvo quatro principais áreas políticas para a transformação digital da África: a ponte entre a divisão digital; apoiar a inovação local; capacitação de trabalhadores de conta própria; e harmonizar, implementar e monitorar estratégias digitais. Esta edição inclui um novo capítulo que examina como financiar o desenvolvimento da África, apesar da crise econômica global de 2020. A Dinâmica de Desenvolvimento da África alimenta um debate político entre governos, cidadãos, empresários e pesquisadores da União Africana. Pretende fazer parte de uma nova colaboração

entre países e regiões, que se concentra na aprendizagem mútua e na preservação de bens comuns. Este relatório é resultado de uma parceria entre a Comissão da União Africana e o Centro de Desenvolvimento da OCDE.

Relatório

Chile: foco na redução da desigualdade para fortalecer a recuperação social e econômica do COVID-19

<https://www.oecd.org/newsroom/chile-focus-on-reducing-inequality-to-strengthen-social-and-economic-recovery-from-covid-19.htm>

Outros eventos

Banco de Dados

<http://www.oecd.org/coronavirus/en/data-insights/>

Esta galeria de dados apresenta visualizações originais de dados relacionadas à crise do COVID-19, marcadas ao longo de 3 dimensões: economia global, saúde resiliente e desafios sociais. Ele permite que os usuários busquem tópicos específicos através de palavras-chave, joguem com pontos de dados ao longo do tempo e por país ou região, bem como compartilhem nas mídias sociais.

Gastos com saúde, uso de cuidados de saúde, internações hospitalares, taxas de vacinação, consultas médicas e muito mais. Encontre dados da OCDE para o seu país, com gráficos dinâmicos, mapas, tabelas e publicações relacionadas em data.oecd.org.

Habitação e a crise COVID-19

<http://www.oecd.org/housing/#COVID-19>

A crise do COVID-19 agravou as dificuldades que as pessoas em toda a OCDE podem enfrentar para encontrar e manter uma boa qualidade e moradia acessível. A situação tem sido especialmente aguda para famílias de baixa ou instável renda.

Participe da pesquisa

<https://futureofwork.oecd.org/en/the-survey#testimonial>

Se você tem entre 15 e 30 anos, compartilhe suas opiniões conosco e adicione sua voz à conversa.

Se você tem 31 anos ou mais, por favor, não faça a pesquisa. Em vez disso, saiba mais sobre as habilidades em demanda em seu país ou o futuro do seu trabalho.

BRICS escolhe 12 projetos para combater a Covid-19

A chamada CNPq/BRICS nº 19/2020 recebeu 85 propostas mas apenas 12 projetos foram escolhidos no Brasil perfazendo um total de 7,2 milhões. Os projetos terão até 2 anos de duração em linhas de pesquisa voltadas a novas tecnologias de diagnóstico; vacinas e medicamentos; sequenciamento genético do vírus; Inteligência Artificial aplicada a medicamentos, vacinas, tratamentos; e estudos para avaliar a sobreposição do SARS-CoV-2 e outras morbidades, como a TB. Essa chamada também teve como objetivo promover a mobilidade e desenvolvimento dos pesquisadores por meio dos projetos conjuntos de pesquisa envolvendo pelo menos 3 países do grupo.

Quatro projetos da Fiocruz foram contemplados pelo edital. Dentre eles, o estudo “Reposicionamento de fármacos e validação de compostos líderes contra a principal protease e a RNA polimerase dependente de RNA do SARS-CoV-2”, será realizado em parceria com instituições do Brasil, Rússia, Índia e África do Sul. As instituições parceiras da Fiocruz nesse projeto são: Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Amity University Uttar Pradesh, Noida e University of Delhi (India); South Ural State University (Rússia) e University of KwaZulu-Natal (África do Sul).

Banco dos Brics libera R\$ 5,4 bilhões ao Brasil para combate ao coronavírus

O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB ou banco Brics) desembolsou em fevereiro de 2021 US\$ 1 bilhão (cerca de R\$ 5,4 bilhões) ao governo brasileiro para apoiar o combate à Covid-19 e seus impactos socioeconômicos no país. O financiamento faz parte de um programa de US\$ 10 bilhões (cerca de R\$ 54 bilhões) da instituição focado na luta contra a pandemia de coronavírus e o Brasil deve receber no total 20% desse montante, o equivalente a US\$ 2 bilhões (cerca de R\$ 10,8 bilhões).

Terceira vacina russa

O MS russo registrou em fevereiro de 2021 uma nova vacina contra a covid-19, a CoviVac - 3ª desenvolvida no país. O país já produziu mais de 10 milhões de doses da vacina Sputnik V e cerca de 80 mil doses da EpiVacCorona e, em breve, avançarão com a terceira linha de produção da CoviVac. A Rússia pretende produzir 88 milhões de doses de vacinas durante o 1º semestre deste ano, sendo 83 milhões da Sputnik V.

Vacinas, Pantagruel e a Diplomacia da Saúde de BRICS²

Paulo Buss, Claudia Hoirisch e Santiago Alcazar

Há cinco anos, como se recordará, em setembro de 2015, os líderes do mundo se reuniram para por fim aos enormes desafios que permaneciam sem solução na agenda global: a fome, a pobreza extrema, a degradação do meio ambiente, doenças emergentes e re-emergentes, instabilidade econômica produzida por diversos choques, conflitos generalizados.

Certamente insatisfeitos com os resultados aquém do esperado quanto aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), alardeados na Declaração do Milênio, os Chefes de Estado e de Governo, voltaram a se reunir com os mesmos propósitos e ânimo renovado:

² Artigo publicado originalmente no *Le Monde Diplomatique Brasil*, online, em 18/02/2021. Acesso: <https://diplomatie.org.br/vacinas-pantagruel-e-a-diplomacia-da-saude-de-brics/>

melhorar o mundo. Para isso resolveram estabelecer Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sob a égide da chamada Agenda 2030.

À diferença da cúpula anterior, convidaram para o processo negociador amplo leque de partes interessadas, o que acabou conferindo ao processo todo um alto grau de legitimidade: o sistema das Nações Unidas e outras organizações internacionais, governos e parlamentos nacionais, autoridades locais, comunidades autóctones, sociedade civil, empresariado e o setor privado, comunidades científicas e acadêmicas, ademais de distintos setores de governo. A ideia e o espírito que alimentava a Agenda 2030 é que fosse um empreendimento do povo, pelo povo e para o povo, como se lê no parágrafo 52 da Declaração.

Havia, portanto, razão de sobra para extravasar otimismo. Talvez, desta vez, a coisa ande, pensariam alguns, sombrios e meditados, com passos cheios de volta. A Declaração garantia, afinal, em seu parágrafo 4º que nesta grande jornada coletiva ninguém seria deixado para trás. Com essa garantia, até os taciturnos tiveram vontade de dançar e encontrar, nos passos perdidos, uns passos de valsa. O ambiente era contagiante. Desta vez, a coisa vai, diriam pessimistas contumazes.

A traição raramente é pensada. Na mais das vezes ela é impensada. Ninguém sabia o que fazer quando, em uma manhã de março de 2020, a OMS declarou pandêmica a Covid-19. Muitos não sabiam o que é uma pandemia, nem o que ela pode desencadear e terão imaginado que seria um estorvo, mais um, com o qual teriam de contar no dia a dia. Outros terão procurado informar-se na grande enciclopédia moderna sobre vírus, pandemia, tormenta de citocinas. Outros, aborrecidos com o adiamento de planos, sem saber ainda que talvez o seriam indefinidamente, sine die, como haviam aprendido do velho latim, imaginaram que receitas caseiras, poções mágicas e estado de espírito destemido seriam a solução para o que pensavam ser uma histeria coletiva. Os mais despachados, diante da necessidade imperiosa de refazer agendas, recorreram às paradoxais plataformas que aproximam na distância. O mundo que conhecíamos havia deixado de existir, sem sobressaltos, e ninguém percebia que o que tínhamos pela frente era uma ameaça, avançando lenta e inflexivelmente, indiferente a tudo e a todos.

Alguns, mais lúcidos, alertaram para a seriedade da situação, que reclamava solução pela união de todos. O medo, e a incerteza que provoca, aproxima as pessoas. Em um primeiro momento, assistiu-se a atos de empatia e generosidade, como se todos se tivessem juntado em um abraço de músculos, tendões e ossos virtuais, que sofreria com a frequente queda da Internet.

Em abril de 2020, foram lançadas na OMS o Access to Covid-19 Tools Accelerator (ACT), o Covid-19 Technology Access Pool (C-TAP) e a Covax Facility. Tais iniciativas são a prova da solidariedade que se fazia necessária naquela primeira fase da pandemia. Por meio da Covax Facility, a OMS lideraria um processo conjunto com grandes stakeholders, para realizar encomendas ou compras antecipadas das melhores candidatas a vacinas, visando garantir ao menos 20% de imunização para as respectivas populações nacionais. Era a fórmula para garantir que todos, em qualquer lugar, poderiam ser imunizados. Calculou-se o montante necessário para disponibilizar 2 bilhões de doses. Uma quantia irrisória se comparada ao custo que representaria a alternativa de não imunizar a maior parte da humanidade.

Dizem que na catástrofe até os maus se redimem. Em maio, o Secretário-Geral das Nações Unidas fez um apelo ao Conselho de Segurança para que apoiasse uma resolução sobre Covid-19 e solicitar um cessar-fogo global. Nem uma coisa nem outra foram alcançadas, desfazendo aquela crença naif e dando a entender que espíritos elevados não devem ignorar os efeitos da gravidade, sob o risco de perder os dentes.

Ainda que as primeiras feridas estivessem aí, abertas, era preciso continuar. Trouxeram então à baila a memória de que ninguém seria deixado para trás, como haviam prometido. Sim,

claro, a promessa havia sido feita, era preciso continuar na mesma linha. Falavam de vacinas que estavam sendo experimentadas em estágios iniciais, sobre as quais nada ainda se sabia. Conheciam-se o poder das vacinas e os seus feitos quase milagrosos diante de doenças infecciosas. Apostava-se nelas, as vacinas, que sequer apareciam no horizonte. É curioso como algo tão distante pode trazer alívio, como se precisássemos deixar de lado todas as incertezas para admirar as estrelas e sonhar por um instante. As vacinas deveriam ser um bem público global, como disseram na única resolução da 74ª Assembleia Mundial da Saúde, em abril, de 2020; como reafirmaram depois, em dezembro, na resolução 'Saúde global e política exterior', da 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

O tempo de generosidades e solidariedades havia passado, no entanto. Pantagruel havia sido convidado para o festim das vacinas. Essa era a traição, inicialmente impensada, mas depois elevada a política de Estado, inapelável.

Antônio Guterres, o Secretário-Geral da ONU, dirigiu-se à Assembleia Geral em 28 de janeiro de 2021, para anunciar quais deveriam ser as prioridades para o ano. Para Guterres, a primeira prioridade é a resposta à Covid-19. As vacinas devem ser um bem público global, lembrou o SG. Frente ao açambarcamento grosseiro das vacinas por parte de alguns países está a alternativa humana e solidária de repassar os excedentes para o mecanismo Covax. O SG fez referência a estudos recentes segundo os quais a 'estratégia Pantagruel' teria um custo de US\$ 9.2 trilhões para a economia global, 350 vezes mais do que os US\$ 26 bilhões necessários para colocar em prática o Acelerador de Acesso às Ferramentas contra a Covid-19 (Acelerador ACT) da OMS e parceiros, que tem como um dos braços a iniciativa Covax. Não há como negar que esses números são mais eloquentes que as resoluções e as boas intenções manifestadas nos foros multilaterais. Registre-se, para conhecimento, que a Covax é a única opção verdadeiramente democrática em escala global para a distribuição de vacinas para Covid-19. Não há outra.

O quadro, entretanto, é assustador. Por um lado, empresas de países desenvolvidos produzem vacinas. Por outro, os governos daqueles países embarcaram na compra antecipada de vacinas para a Covid-19, bloqueando na prática a compra das mesmas por parte de outros países. Estima-se que no começo de dezembro de 2020, 3.8 bilhões de doses de vacinas haviam sido garantidas aos mais desenvolvidos pelas grandes empresas de biotecnologia. É talvez ilustrativo comparar aquela cifra com os 3.2 bilhões de doses, aí incluídas 700 milhões de doses previstas na Covax Facility, deixadas para o resto do mundo. Não deixa de ser exagerado que somente os EUA e o Reino Unido tenham reservado para si um pouco mais de cinco doses de vacina per capita. Segundo a Oxfam, EUA, Reino Unido, União Europeia, Japão e outros países ricos, que representam 13% da população mundial, bloquearam para si pouco mais da metade de todas as vacinas disponíveis. Por isso, América Latina, África, Sudeste Asiático e Pacífico Ocidental poderão imunizar apenas uma pequena porcentagem de suas respectivas populações em 2021.

O fato é que os BRICS são responsáveis por grande parte da produção de vacinas e seu ingrediente farmacêutico ativo (IFA) para a Covid-19. Metade das vinte vacinas para a enfermidade foram pesquisadas, desenvolvidas e produzidas nos BRICS. A China responde por seis, enquanto a Índia e a Rússia por duas, cada. Há enormes potencialidades nos BRICS. China ocupa hoje lugar central na inovação e produção de vacinas para diversas doenças contagiosas. A Índia abriga o Serum Institute, o maior complexo de produção de vacinas do mundo. A Rússia mantém intacta a sua invejável capacidade científica e tecnológica, com ênfase na área de biotecnologia. A África do Sul tem histórico de êxito reconhecido em seus programas de saúde pública e liderança continental, e o Brasil, com o Sistema Único de Saúde (SUS), Bio-Manguinhos/Fiocruz e o Instituto Butantan, está estrategicamente bem posicionado para fornecer com grande eficiência vacinas para suprir suas necessidades domésticas de dimensões continentais, bem como para os países do Mercosul e da América Latina.

Cabe fazer breve pausa e considerar o caso específico do Brasil. Há 20 anos, o Brasil produzia 50% de seus insumos para vacinas. Hoje aquele percentual é de apenas 5%. É evidente que não houve uma política de investimentos adequados para desenvolver esse setor crucial para um país de dimensões continentais e mais de 210 milhões de habitantes. É evidente que a ordem de prioridades políticas e econômicas, seja ela qual for, terá de ser alterada para garantir que não ocorra desabastecimento de insumos para a produção de medicamentos ou de vacinas. E para que as capacidades científicas e tecnológicas em pesquisa, desenvolvimento e produção dos mencionados institutos brasileiros e de dezenas de excelentes universidades e centros de ciência & tecnologia sejam ampliadas por meio de financiamento justo e adequado às necessidades do país.

Do mesmo modo, o SUS teria que receber recursos que lhe têm sido negados para atender as crescentes demandas já existentes e as que virão pela frente, sem desconsiderar a possibilidade de novas pandemias. É preciso impedir as barreiras e os cortes que podem mostrar-se cruelmente prejudiciais à população brasileira como um todo.

De outro lado, para que o papel e protagonismo do Brasil nos BRICS não seja prejudicado é imprescindível maiores investimentos em todas as áreas da saúde, buscando agregar nossos ativos àqueles dos BRICS. É importante que, com esses ativos, os BRICS tomem a dianteira e, por meio da convergência política de alto nível entre os seus líderes, busquem articulação, coordenação e cooperação para produção em larga escala de vacinas e outros suprimentos médicos necessários, bem como de sua distribuição equitativa, inclusive com o apoio decisivo de seu próprio banco de desenvolvimento, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD).

A esse respeito é proveitoso recordar a Declaração de Moscou, adotada por ocasião da XII Cúpula dos BRICS, em novembro de 2020, pela qual reconhece-se a imunização extensiva como um bem público global. É preciso ter presente que as notícias relativas aos BRICS são menos destacadas que aquelas que dizem respeito à OMS ou à ONU. Afinal, esses são os dois corpos multilaterais mais importantes e mais diretamente envolvidos com a pandemia da Covid-19. Talvez, por essa razão, tenha passado despercebido que os BRICS abraçavam, pela Declaração de novembro, o que a única resolução da 74ª Assembleia Mundial da Saúde havia acordado em maio; e que a 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas, viria a adotar, em dezembro, na resolução 'Saúde global e política exterior'. A ideia era a mesma. Não deixar ninguém para trás, logo a imunização extensiva terá que ser um bem público global. Extensivo, contudo, não é o mesmo que universal, como se imaginara no começo, quando ainda era possível elevar os espíritos sem medo de vê-los tropeçar e cair pelo efeito da gravidade. A Declaração de Moscou, no entanto, garante que os BRICS irão trabalhar em conjunto para assegurar que as vacinas para a Covid-19, quando disponíveis, serão distribuídas de maneira equitativa.

A questão a ser encarada é o que fazer imediatamente, aqui e agora. Sabe-se que não há vacinas suficientes para conter a pandemia da Covid-19 e que talvez as vacinas disponíveis talvez não se mostrem eficazes para as novas variantes do coronavírus. Por isso mesmo, é preciso explorar as enormes potencialidades dos BRICS.

Em 2018, por ocasião da X Cúpula dos BRICS, a Declaração de Johannesburgo, acordada pelos líderes, inclui a proposta de estabelecer um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas, tendo em conta a possibilidade de surtos que podem se tornar pandêmicos. Essa iniciativa tem que ser levada adiante, talvez não investindo em brics (tijolos), mas realizando intercâmbios colaborativos para potencializar complementaridades em projetos de interesse comum. A ideia de um 'centro físico' valia quando os recursos humanos e materiais eram escassos e era preciso concentrá-los em um lugar; hoje, esses recursos estão dispersos e o desafio é conectá-los em torno de algo que os mobilize. Os países BRICS têm tudo para fazê-lo, basta vontade política.

Da mesma forma, BRICS podem e devem implementar a coordenação e cooperação nos principais foros multilaterais, com destaque para a OMS e a ONU, com o propósito de dar concretude à necessidade de produzir e distribuir vacinas para Covid-19 para o mundo, vergonhosamente deixado de lado por um grupo de países desenvolvidos. Com a urgência necessária, por meio de cúpulas presidenciais e reuniões setoriais envolvendo as respectivas chancelarias, ministérios da saúde e da ciência e tecnologia poder-se-á levar em frente a mais do que nobre agenda da diplomacia em saúde, hoje mais necessária do que nunca.

Nos respectivos planos internos, os BRICS podem adotar políticas para redirecionar as exportações de vacinas, insumos e produtos de saúde para a Covax Facility e para os países mais necessitados.

No plano multilateral, os BRICS podem e devem aproveitar todos os nichos, de que são exemplo o Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde China e Rússia, membros permanentes, poderão contar com a Índia, que em janeiro de 2021 assumiu uma cadeira de membro não-permanente, com mandato de dois anos. É dever recordar que o Conselho de Segurança dedicou atenção as epidemias de HIV/AIDS e de Ebola, nenhuma das quais causou impacto semelhante ao meteorito Covid-19 que devastou vidas e evaporou o normal pelo qual todos se orientavam. Mais do que lógico, é imperioso que o Conselho de Segurança não cometa o mesmo erro de maio e assuma a responsabilidade de reconhecer que ameaças à saúde comprometem a estabilidade e a segurança dos países, como amplamente demonstrado por esta pandemia, que segundo alguns é apenas um prelúdio para outras que virão.

Ademais do Conselho de Segurança, os BRICS devem formar um front comum para atuar no Conselho Econômico e Social (ECOSOC), no Conselho de Direitos Humanos, na Organização Mundial de Comércio (OMC), no Fundo Monetário Internacional (FMI), no Banco Mundial, no G-20 e em outros corpos relevantes. Na OMC, por exemplo, África do Sul e Índia, dois membros dos BRICS, propuseram, em outubro, suspender os direitos de propriedade intelectual sobre vacinas e medicamentos contra a Covid-19, iniciativa que visava garantir o objetivo de tornar a imunização extensiva um bem público global. Pena que o Brasil se omitiu.

Não há que esquecer que as respectivas populações dos BRICS somam quase 42% da população mundial. É mais do que evidente que os BRICS podem ter um papel preponderante na redução das enormes desigualdades e inequidades que esta pandemia pôs a descoberto da forma mais cruel.

A desmontura sem-cerimônia demonstrada por Pantagrue no festim das vacinas desfez os laços com o resto do mundo que vinha, como sempre, a reboque. Agora, pelo visto, seríamos deixados para trás não obstante a promessa afirmada e reafirmada de não deixar ninguém para trás. Não há nada novo. Nem sequer a gula de Pantagrue pelas IFA e vacinas produzidas pelo BRICS.

Por tudo isso, os BRICS devem pôr de lado os conflitos conhecidos que existem entre eles, assim como a retórica, comum em declarações, e o *'business as usual'* da política internacional, para abraçar o papel que lhes cobra a história de promover a solidariedade e a equidade global na tarefa hercúlea contra a Covid-19.

Sem uma diplomacia da saúde eficaz para garantir acesso equitativo às vacinas não haverá recuperação econômica possível. Chegou a hora de BRICS mostrar sua força agregadora e solidária ao mundo. É mais que hora de pôr a diplomacia da saúde no topo das prioridades dos BRICS.

América Latina e Caribe na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger

Até o dia 22 de fevereiro de 2021, foram registrados 49,4 milhões de casos positivos e 1,17 milhões de óbitos nas Américas, que continuam sendo o epicentro da pandemia.

Durante a última semana, mais de 1,2 milhão de pessoas contraíram COVID-19 na Região das Américas e 39.000 morreram em decorrência do vírus. Embora esses números sejam alarmantes, eles representam uma redução de 10% em relação às semanas anteriores, sugerindo que as intervenções de saúde pública estão nos ajudando a reduzir a disseminação do vírus.

Na América do Norte, o número de novas infecções está diminuindo. Há também uma diminuição no número de casos em todos os países da América Central, exceto em Honduras, onde o número de novas infecções tem aumentado continuamente desde o início de 2021.

Na América do Sul, após um início de ano difícil, o Uruguai finalmente registra uma diminuição no número de casos. E, embora a maioria dos países esteja relatando tendências de queda, há alguns bolsões muito ativos, especialmente perto da fronteira entre Peru, Colômbia e Brasil.

No Caribe, as maiores e mais populosas ilhas, como a República Dominicana, continuam liderando o número de novas infecções na região. Enquanto ilhas menores como Aruba, Barbados, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas também registram um aumento no número de casos.

Dois meses após a administração da primeira vacina COVID-19, o número de pessoas imunizadas está aumentando diariamente, com quase 63 milhões de pessoas vacinadas na Região das Américas e do Caribe. A maioria das pessoas vacinadas está em países do norte.

Ainda que esses números possam ser encorajadores, eles são insuficientes. Para obter imunidade de rebanho, a cobertura vacinal deve ser muito alta. Por exemplo, para atingir uma cobertura de 70%, seria necessário vacinar contra COVID-19 a mais de 700 milhões de pessoas em toda a Região.

Quadro Nº 1: América Latina: Casos Confirmados e Falecimentos até 22 de fevereiro de 2021

	País	Casos Confirmados	Falecimentos	Recuperados	População em Milhares
Norte América	Canadá	843.301	21.630	789.841	37.742
	Estados Unidos	27.773.047	493.976	11.904.582	328.000
	México	2.038.276	179.797	1.590.582	128.933
Total Norte América		30.654.624	695.403	14.285.005	494.675
Sul América	Argentina	2.060.625	51.122	1.861.433	45.196
	Bolívia	241.771	11.417	184.717	11.501
	Brasil	10.139.148	245.977	9.067.939	212.559
	Chile	799.460	20.042	756.764	19.116
	Colômbia	2.222.018	58.685	2.115.470	50.883
	Equador	274.673	15.536	238.317	17.643
	Paraguai	150.731	3.045	125.967	7.183
	Peru	1.275.899	44.877	1.176.128	32.972
Uruguai	52.163	569	45.881	3.474	

	Venezuela	135.603	1.312	127.598	28.436
Total Sul América		17.352.091	452.582	15.700.214	691.644
Centro América	Belize	12.244	314	11.749	398
	Costa Rica	201.678	2.763	169.053	5.094
	El Salvador	58.546	1.799	53.385	6.486
	Guatemala	171.170	6.282	158.201	17.916
	Honduras	164.495	3.992	64.606	9.905
	Nicarágua	5.106	172	4.883	6625
	Panamá	336.037	5.727	319.821	4.315
Total Centro América		949.276	21.049	781.698	37.742
Caribe e Islãs do Oceano Atlântico	Cuba	44.523	296	39.125	11.327
	Haiti	12.309	247	9.529	11.403
	República Dominicana	235.462	3.038	185.156	11.630
	Resto dos Países do Caribe Islãs y Territórios	217.172	3.610	171.441	10.901
Total Caribe e Islãs do Oceano Atlântico		509.366	6.708	233.810	45.261
TOTAL DE LA REGION DAS AMERICAS		49.465.357	1.175.742	31.000.727	

Fuente: <https://ais.paho.org/phi/viz/COVID19Table.asp> . Acesso 22 de fevereiro de 2021

CEPAL

A Secretária Executiva da CEPAL , Alicia Bárcena proferiu uma conferência³ na qual afirmou que “As atuais crises de saúde e climáticas são fruto de um modelo de desenvolvimento insustentável. Ambos são males públicos globais. Elas surgem do abuso da natureza e requerem ação coletiva e simultânea e cooperação internacional ”.

O atual modelo de desenvolvimento, explicou Bárcena, está associado, entre outras coisas, a uma taxa decrescente de crescimento da produção e do comércio, bem como à dissociação do sistema financeiro; alta desigualdade e a persistência da cultura de privilégio; a grandes externalidades negativas, como as emissões de carbono; e a vulnerabilidades sistêmicas que foram evidenciadas pela pandemia COVID-19.

“A resposta à pandemia é uma oportunidade de avançar rumo a um grande impulso para a sustentabilidade”, reafirmou a máxima autoridade da CEPAL durante sua apresentação intitulada “*A emergência climática na América Latina e no Caribe: ameaças e oportunidades para o desenvolvimento sustentável*”

Como propostas, o Secretário Executivo da CEPAL propôs o último documento de posicionamento da instituição: “**Construindo um novo futuro: uma recuperação transformadora com igualdade**”⁴.

O documento apresenta um modelo de três lacunas que oferece uma perspectiva analítica que integra as questões da igualdade, do meio ambiente e do fechamento das brechas produtivas e tecnológicas. Com base nessa perspectiva, estima-se que a América Latina e o Caribe devem crescer a uma taxa de pelo menos 4% ao ano e realizar uma forte redistribuição

³ <https://www.cepal.org/es/noticias/alicia-barcena-actuales-crisis-sanitaria-climatica-son-resultado-un-modelo-desarrollo>

⁴ <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46227-construir-un-nuevo-futuro-recuperacion-transformadora-igualdad-sostenibilidad>

de renda (até 3% do PIB anual) para eliminar a pobreza até 2030. O trabalho também propõe que, se a região avançar para as energias renováveis, poderá reduzir 30% de suas emissões e criar cerca de 7 milhões de empregos a mais.

Bárcena, propõe focar a atenção em sete setores que podem impulsionar o grande impulso para a sustentabilidade. Estes estão ligados a:

1. Nova matriz energética
2. Eletromobilidade urbana
3. Revolução digital
4. Indústria de manufatura de saúde
5. Bioeconomia
6. Economia circular
7. Turismo sustentável

Resgata-se, assim, a tradição de um impulso ao desenvolvimento, assente na construção de um Estado de bem-estar, na proteção da natureza e na construção de capacidades para uma mudança estrutural sustentável.

A integração regional e o apoio internacional em bases multilaterais devem fazer parte da resposta para superar a crise e mudar o estilo de desenvolvimento, disse Bárcena.

Relatório Especial COVID-19 N°9: A autonomia econômica das mulheres em uma recuperação sustentável e com igualdade⁵

Este novo relatório lançado pela CEPAL assinala que *“a crise gerada pela pandemia COVID-19 teve um impacto negativo no emprego e nas condições de trabalho das mulheres na América Latina e no Caribe, gerando um retrocesso de mais de uma década nos avanços alcançados em termos de participação laboral”*.

De acordo com o documento, a taxa de participação laboral das mulheres era de 46% em 2020, enquanto a dos homens era de 69% (em 2019 eram 52% e 73,6%, respectivamente). Calcula-se também que a taxa de desemprego das mulheres atingiu 12% em 2020, percentual que sobe para 22,2% se for assumida a mesma taxa de participação no trabalho das mulheres em 2019. Em 2020, explica o estudo, houve uma saída retumbante de mulheres da força de trabalho, que, por ter que atender às demandas de cuidados em seus domicílios, não retomou a procura de emprego.

“As mulheres da região são uma parte crucial da primeira linha de resposta à pandemia. 73,2% das pessoas ocupadas no setor saúde são mulheres, que tiveram que enfrentar uma série de condições extremas de trabalho, como longas jornadas de trabalho, que se somam ao maior risco a que está exposto o pessoal do setor saúde. pegar o vírus. Tudo isso em um contexto regional em que persiste a discriminação salarial, uma vez que os rendimentos das mulheres que trabalham na área da saúde são 23,7% inferiores aos dos homens do mesmo setor”,

DIPLOMACIA REGIONAL DA SAÚDE

⁵ <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46633-la-autonomia-economica-mujeres-la-recuperacion-sostenible-igualdad>

A CELAC, representada pelo México, exige ante o Conselho de Segurança da ONU que se garanta o acesso universal às vacinas e evite seu acúmulo⁶

No dia 17 de fevereiro de 2021, o chanceler mexicano, Marcelo Ebrard, em representação da CELAC, reclamou ante o Conselho de Segurança sobre o acúmulo de doses das vacinas contra o covid-19 nos países ricos. Durante reunião virtual do Conselho, o chanceler citou dados “alarmantes” da Organização Mundial da Saúde (OMS) segundo os quais dez países que respondem por 60% do PIB global aplicaram três quartos do as primeiras doses de vacinas administradas. E, por outro lado, estima-se que haja mais de 100 países onde ninguém recebeu sequer uma dose.

Segundo Erbrard, o que está acontecendo abre um enorme fosso entre aquele pequeno grupo de países de dez e o resto do mundo, a maior parte da comunidade internacional, que não tem acesso suficiente às vacinas. Nunca vimos uma divisão tão profunda que afetou tantos em tão pouco tempo.

O chanceler afirmou ainda que o mecanismo Covax promovido pela OMS para alcançar o acesso universal às doses tem sido insuficiente até agora e, até o momento, nenhuma vacina foi distribuída por meio desse instrumento multilateral. E finalizou instando aos países que evitem o acúmulo de vacinas e acelerem as primeiras etapas das entregas de Covax, disse Ebrard em nome da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), cuja presidência pro tempore é exercida pelo México.

COMUNIDADE ANDINA DE NAÇÕES

Com a participação dos Ministérios da Saúde da Bolívia, Chile, Equador, Peru e Venezuela, foi realizada no dia 29 de janeiro a reunião de autoridades sanitárias da região andina⁷. Os participantes relataram o aumento do número de casos e óbitos por COVID-19, e as diversas estratégias de prevenção e controle como vigilância epidemiológica, busca ativa de casos, sistema de exames, rastreabilidade e isolamento, medidas de quarentena e cordões sanitários, as estratégias das residências sanitárias e o fortalecimento da rede de laboratórios e da rede de saúde. Por outro lado, foram fornecidas informações sobre as diretrizes de programação, diretrizes e planos de trabalho para início da vacinação: objetivos, população prioritária, compras realizadas e em negociação, mecanismos de importação, ingresso, controle, cadastro sanitário, pontos de ingresso, sanitários alfândega, armazenamento, cadeia de frio e distribuição. Da mesma forma, foram apresentadas as fases e calendários para a realização da vacinação e os avanços nos sistemas de informação e vigilância de eventos supostamente atribuídos à vacinação e imunização (ESAVI), bem como sistemas de descarte seguro, treinamento, monitoramento, supervisão e avaliação.

Na região andina, três países (Bolívia, Chile e Equador) já começaram a vacinação e outros países têm planos de começar em fevereiro.

Na Bolívia, o plano de vacinação teve início em 29 de janeiro, quanto aos critérios de priorização, inclui três fases. No primeiro, a vacina é considerada para ser aplicada a profissionais de saúde, trabalhadores de outros serviços essenciais e pessoas com maior risco de doenças graves. Também a adultos com mais de 60 anos, residentes em lares de longa permanência, adultos com doença básica, populações indígenas, privadas de liberdade e migrantes.

⁶ <https://www.nodal.am/2021/02/la-celac-exige-en-la-onu-garantizar-el-acceso-universal-a-las-vacunas-y-evitar-su-acaparamiento/>

⁷ <http://orasconhu.org/portal/sites/default/files/file/webfiles/doc/Boletin%2048%20Enero%202021.pdf>

No CHILE, dentro dos mecanismos regulatórios, foi autorizada a comercialização e uso provisório de produtos farmacêuticos sem registro sanitário (artigo 102 do Código Sanitário) “a autoridade sanitária pode autorizar provisoriamente a venda ou uso, sem registro prévio, de produtos farmacêuticos para uso medicinal urgente, para pesquisas científicas ou ensaios clínicos”. Esse critério facilitou a negociação antecipada e o início da vacinação em dezembro de 2020. Foi anunciado o calendário de vacinação para fevereiro neste país, com prioridade para pessoal de saúde, alunos em prática clínica, Serviço Nacional de Idoso, residências de saúde e estabelecimentos de longa permanência para o idoso.

No Equador, no dia 21 de janeiro, teve início a aplicação das primeiras doses das vacinas da Pfizer contra COVID-19. O plano de trabalho já havia sido realizado com os comitês intra-institucionais e interinstitucionais (academia, setor privado, entre outros) para gerenciar as doses com que a fase piloto de vacinação do pessoal de saúde que está na primeira linha, o idosos que estão em centros geriátricos e seus cuidadores.

MERCOSUR

O brasileiro Luiz Gonzaga Coelho Júnior assumiu a nova direção da Secretaria do MERCOSUL (SM).

MERCOSUL adota medidas comerciais no contexto da Covid-19⁸:

Argentina	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Suspensão temporária das medidas antidumping aplicadas à importação de seringas hipodérmicas, originárias da China, pelo período de vigência da emergência de saúde pública (Lei nº 27.541 e Decreto nº 260/2020, e alterações); ❖ Adiamento do pagamento dos direitos de exportação por 60 dias para as empresas inscritas no Cadastro da Micro, Pequena e Média Empresa (MiPyMEs - Lei nº 24.467, suas alterações e suplementos). A medida é solicitada mediante apresentação de “declaração juramentada do exportador”, nos termos do inciso II do Anexo II da Resolução Geral nº 3.885 e suas alterações.
Brasil	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Eliminação de procedimentos para licenças automáticas de importação de produtos relacionados ao combate à Covid-19; ❖ Revisão e consolidação das medidas de resposta à emergência de saúde pública relacionada ao transporte marítimo e instalações portuárias.
Paraguai	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Redução do imposto de importação, para 0%, aplicado a produtos médicos como: máscaras, aventais cirúrgicos e componente de hipoclorito de sódio (lixívia). A redução tarifária destes produtos é acompanhada pela redução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), à taxa fixa efetiva de 5%; ❖ Requisitos de implementação temporária Licenças de exportação (licença prévia de exportação) para não-tecidos e máscaras faciais, exceto não-tecidos, devido à pandemia COVID-19.
Uruguai	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Autorização para o ingresso, nos termos da Resolução Ministerial 81/020 de 24 de março de 2020, relativa ao regime aduaneiro especial de remessas de assistência e salvamento, pelos requerentes selecionados na Resolução 3.881 / 020 da ANII, de mercadorias que vierem a ser apuradas;

⁸ <https://www.mercosur.int/el-mercosur-adopta-medidas-comerciales-en-el-contexto-del-covid-19/>

	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Autorização de entrada ou saída temporária ou permanente, isenta de quaisquer impostos, e sujeita a um procedimento aduaneiro simplificado estabelecido para o efeito pela Direção Nacional das Alfândegas relativamente ao regime aduaneiro especial para expedições de assistência e salvamento
--	---

Acessar a: <https://www.mercosur.int/documento/medidas-covid-19/> para a lista completa de medidas comerciais.

PROSUL

Reunião de Ministros da Saúde do Fórum para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL) é encerrada com perspectivas de cooperação no tema vacinas⁹

A reunião virtual de Ministros da Saúde do Fórum PROSUR – espaço de diálogo de alto nível que se realiza para enfrentar conjuntamente os efeitos da pandemia provocada pela Covid-19 – concluiu com a possibilidade de cooperação em matéria de compra de vacinas; padrões para aprovação e sequenciamento genômico de novas variantes de vírus, entre os países participantes. O eixo principal da reunião foram as experiências do processo de imunização de vacinas contra o coronavírus na região. O diálogo tratou dos grandes desafios e oportunidades da região para conseguir a imunização da população. Além disso, foi apresentado um diagnóstico sobre as capacidades e necessidades de produção dessas vacinas que permitem à região avançar em direção à segurança sanitária e garantir o acesso oportuno às vacinas.

Da mesma forma, foram apresentadas estratégias de comunicação voltadas para campanhas de vacinação que destacam os benefícios e a segurança das doses na população. Da mesma forma, os Ministros da Saúde expressaram seu interesse em trabalhar para a criação de um observatório epidemiológico regional para fortalecer a vigilância nesta área.

Por sua vez, os coordenadores nacionais do Prosul concordaram em continuar trabalhando juntos, com vistas à próxima reunião presidencial, que se realizará no dia 25 de fevereiro deste ano. A reunião contou com a presença de ministros e representantes dos ministérios da saúde da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru.

Atualizações de contextos políticas nacionais relevantes

O acesso as vacinas estão gerando importantes casos de denúncias e questionamento a autoridade políticas e sanitárias, como no caso da Argentina e Peru.

Vacinação VIP na Argentina

Na Argentina está sendo veiculada a notícia que o Ministro da Saúde, Ginés González García facilitou o acesso a vacina da Covid-19 a pessoas importantes: políticos e jornalistas, revelando uma espécie de “vacinação VIP”.

O caso gerou a demissão do Ministro da Saúde. Tomou posse a sua Vice Ministra Carla Vizzotti¹⁰. Uma pesquisa de opinião realizada recentemente (Management & Fit¹¹) aponta que 71% dos entrevistados não acredita no Plano de Vacinação do Governo Argentino e opina que

⁹ <https://foroprosur.org/reunion-de-ministros-de-salud-del-foro-para-el-progreso-y-la-integracion-de-america-del-sur-prosur-concluye-con-perspectivas-de-cooperacion-en-el-tema-de-vacunas/>

¹⁰ <https://www.infobae.com/politica/2021/02/19/alberto-fernandez-le-pidio-la-renuncia-al-ministro-de-salud-gines-gonzalez-garcia-por-el-escandalo-de-la-vacunacion-vip/>

¹¹ <https://www.infobae.com/politica/2021/02/22/una-encuesta-revelo-que-la-mayoria-de-los-argentinos-desconfia-del-plan-de-vacunacion-y-pide-que-renuncien-todos-los-involucrados-en-el-escandalo/>

deveriam demitir a todos as autoridades do Ministério da Saúde. No dia 22 de fevereiro, surgiu um novo caso de um político vacinado como se fosse parte dos funcionários da saúde¹², o que deixa em dúvida se a situação vai se normalizar com a nova ministra ou continuará a tensão sobre o assunto.

Escândalo “vacina-gates” no Peru

O governo e o Ministério Público do Peru investigam a vacinação secreta de funcionários do alto escalão com “doses de cortesia” do laboratório chinês Sinopharm, em um escândalo que já causou a renúncia de dois ministros (Relações Exteriores e Saúde) e que pode afetar as compras de imunizantes para combater a pandemia de Covid-19. O governo anunciou que vai demitir quem aplicou a vacina antes do início da imunização da população.

O jornal La Republica publicou um documento com 12 páginas em que aparecem nomes de 487 pessoas que teriam recebido a vacina da Sinopharm à margem dos ensaios clínicos. A lista contém, entre outros, funcionários do Ministério da Saúde (e consultores), membros do Ministério de Relações Exteriores, reitores de universidades e outras autoridades do país.

O escândalo foi desencadeado após o ex-presidente Martín Vizcarra admitir, no dia 11 de fevereiro, que recebeu a vacina experimental com sua esposa em outubro, quando ainda ocupava o cargo, sem ser voluntários nos testes do imunizante.

Os ensaios clínicos da Sinopharm no Peru foram conduzidos entre setembro e o final do ano passado com cerca de 12.000 voluntários, mas os responsáveis locais pelo processo receberam doses adicionais para o número de participantes. O lote extra fora dos testes foi de 3.200 doses de “vacina experimental ativa” – não de placebo – a serem administradas voluntariamente ao pessoal relacionado à pesquisa, disse a Universidade Cayetano Heredia em um comunicado. No entanto, as investigações seguem para esclarecer os quase 500 nomes do alto escalão do governo – sem relação com a pesquisa – que possivelmente receberam a dose da vacina.

Os países da região tiveram uma performance de destaque em campanhas de imunizações anteriores, mas as dificuldades dos países da região para ter acesso a vacina nos faz suspeitar que possa fragilizar as campanhas desenvolvidas pelas autoridades sanitárias dos países.

¹² <https://www.infobae.com/politica/2021/02/22/carlos-zannini-otro-de-los-funcionarios-vacunados-contras-el-coronavirus-queda-registrado-como-personal-de-salud/>

UNIÃO AFRICANA

34ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo (6 e 7 de fevereiro)

A cimeira anual da UA decorreu em formato virtual, com uma agenda marcada pela luta contra a covid-19 e pelas questões ligadas às vacinas, a eleição da nova liderança executiva da organização para os próximos quatro anos e a passagem da presidência rotativa da organização para a República Democrática do Congo (RDC).

Nesta segunda vaga, a mortalidade está a crescer, tendo já ultrapassado a média mundial, e a generalidade dos países do continente está a ter dificuldades em aceder às vacinas.

Durante a cimeira, os Chefes de Estado e de Governo dos 55 Estados-Membros da organização abordaram ainda vários conflitos no continente, embora as questões de paz e segurança, que habitualmente ocupam grande parte das cimeiras, tenham este ano menos tempo na agenda.

A cimeira começou, como de praxe, com o discurso do Presidente sul-africano, **Cyril Ramaphosa**, sobre os atuais esforços do continente para lidar com a pandemia e com a passagem da presidência rotativa da organização para a República Democrática do Congo. Na sua alocução, ele destacou a unidade do continente no combate à pandemia de covid-19, frisando que contará com mesma unidade e com os parceiros da organização, para “*a gigantesca tarefa*” de vacinação.

O Presidente da África do Sul evocou o empenho global na “*luta sem precedentes*” contra a pandemia, que “*causou grande sofrimento e dificuldades*” no continente africano, “*aprofundou a desigualdade global*” e “*ameaça travar os progressos*” para o cumprimento dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**.

“*Apesar da convulsão causada por esta doença, a nossa resposta como continente tem sido de parceria, resiliência, inovação e partilha de estratégias e recursos. A população deste continente tem-se mostrado versátil e ágil*”, afirmou, num discurso divulgado pela presidência da África do Sul.

Para Cyril Ramaphosa, a pandemia demonstrou “*a importância e o valor*” da União Africana, cujas estruturas permitiram “*conduzir uma resposta coletiva*”, “*mobilizando recursos para benefício de todos*” e para que “*nenhum país seja deixado para trás*”.

“*Quando nos preparamos para a gigantesca tarefa de vacinar as nossas populações contra a covid-19, contamos com a UA e com os seus parceiros para a assistência e apoio de que precisamos*”, afirmou.

Cyril Ramaphosa apontou ainda que, apesar da “*luta monumental*” contra a Covid-19, foi possível lançar o acordo para a criação da **Zona de Comércio Livre Continental Africana** (*the African Continental Free Trade Area - AfCFTA*), que abre “*grandes oportunidades*” de “*crescimento, desenvolvimento e prosperidade*”.

O responsável sul-africano evocou ainda “*progressos para levar paz e estabilidade a partes do continente há muito assoladas por conflitos*”, mas admitiu que “*há ainda um longo caminho a percorrer para silenciar as armas*” em África, afirmando a “*determinação e capacidade*” da UA para o conseguir.

Apesar deste discurso, já no final de janeiro, em Davos, na Suíça, o presidente cessante da UA criticou os países ricos que "*monopolizam*" as vacinas contra o coronavírus. A África do Sul é o principal foco da pandemia no continente e representa 40% (1,5 milhões) dos casos detectados em África, mas enquanto Joanesburgo recebeu o seu primeiro carregamento de vacinas da AstraZeneca e espera vacinar pelo menos 67% dos sul-africanos até ao final do ano, as perspectivas para o continente como um todo são muito mais modestas.

A África precisará de 1,5 bilhões de doses para vacinar 60% dos seus cerca de 1,3 bilhões de habitantes para conseguir a imunidade de grupo.

E numa entrevista recente, o presidente da Comissão da UA, que também concorre para reeleição, Moussa Faki Mahamat, denunciou o "*nacionalismo das vacinas*" e os "*países ricos que se arrogam prioridade a si próprios, alguns até comprando mais do que precisam*".

À pandemia juntam-se outras preocupações, nomeadamente de segurança do continente: os conflitos em Tigray, na Etiópia, sede da UA, no Sahel, na República Centro Africana e na República Democrática do Congo são exemplos de crises que continuam a assolar o continente.

"Esperamos que a cimeira seja uma oportunidade para os líderes africanos se reorientarem para uma série de conflitos e crises que foram negligenciados devido à prioridade lógica dada à Covid-19 no ano passado", defendeu a investigadora do International Crisis Group (ICG), Imogen Hooper.

No entanto, o chadiano **Moussa Faki Mahamat** foi reeleito Presidente da Comissão da União Africana (UA), renovando assim o seu mandato por mais quatro anos com o apoio de 51 dos 55 Estados-Membros da organização. Moussa Faki Mahamat era o único candidato à sua própria sucessão à frente do órgão executivo da União Africana e precisava de pelo menos dois terços dos votos para ser reeleito. Pelos vistos, foram ultrapassadas as acusações que pendiam sobre ele e que sempre rejeitou, de "*uma cultura de assédio sexual, corrupção e intimidação dentro da comissão*", apontou o ICG num recente relatório¹³.

Ele destacou recentemente os esforços de prevenção de conflitos durante o seu primeiro mandato de quatro anos, afirmando estar "*satisfeito por ver que hoje em dia não há guerra entre países africanos*".

No entanto, o Conselho de Paz e Segurança da organização, por exemplo, nunca se pronunciou sobre o conflito entre o governo camaronês e os separatistas das zonas de língua inglesa, ou a ascensão de radicais islâmicos no norte de Moçambique.

Na Etiópia, Faki tinha apelado à cessação das hostilidades entre o governo de Adis Abeba e as autoridades dissidentes na região norte de Tigray pouco depois do início dos combates em novembro.

Mas o primeiro-ministro etíope e Prémio Nobel da Paz de 2019, Abiy Ahmed, recusou qualquer mediação da UA numa operação classificada de "*aplicação da lei*" abrangida pela soberania do país.

"Isto ilustra como é difícil para a UA influenciar o curso de certas crises. Cada vez que um Estado-membro insiste que um conflito é interno, a UA tem tido grande dificuldade em se envolver", acrescentou Imogen Hooper.

¹³ <https://www.lusa.pt/article/30611073/moussa-faki-mahamat-reeleito-presidente-da-comiss%C3%A3o-da-uni%C3%A3o-africana>

Mensagem de Joe Biden à cimeira da União Africana

Numa mensagem enviada à 34ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo africanos, que decorreu nos dias 6 e 7 de fevereiro em formato virtual, Joe Biden assegurou que a nova administração norte-americana "*está empenhada em reconstruir parcerias e em voltar a envolver-se com instituições internacionais como a União Africana*".

O Presidente norte-americano disse que os Estados Unidos querem ser um parceiro solidário dos países africanos, sublinhando a importância de trabalhar com a União Africana (UA) para fazer avançar "*a visão comum de um futuro melhor*".

"*Temos todos de trabalhar em conjunto para promover a nossa visão comum de um futuro melhor - um futuro de comércio e investimento crescente que promova a prosperidade para as nossas nações*", disse. Na mesma mensagem, sublinhou os "*sérios desafios*" que é preciso enfrentar para alcançar esse objetivo. Afirmou que "*isto inclui investir mais na saúde global, derrotar a covid-19, trabalhar para prevenir, detectar e responder a futuras crises de saúde, e estabelecer parcerias com o CDC África e outras instituições para fazer avançar a segurança sanitária*".

Joe Biden sublinhou ainda a urgência de aumentar as "*ambições climáticas*" e assegurar que as nações em desenvolvimento "*possam mitigar e adaptar-se aos impactos climáticos*".

Prometeu também envolver-se numa "*diplomacia sustentada*" em ligação com a União Africana "*para enfrentar conflitos que estão a custar vidas em todo o continente*".

"*Nada disto vai ser fácil, mas os Estados Unidos são agora um parceiro, em solidariedade, apoio e respeito mútuo. Acreditamos nas nações de África e no espírito empresarial e inovador de todo o continente*", disse.¹⁴

Para lembrar que a União Africana foi criada a 11 de julho de 2000 para substituir a Organização da Unidade Africana (OUA), fundada a 25 de maio de 1963, e reúne atualmente 55 Estados-Membros, incluindo os lusófonos Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe. A presidência da organização é rotativa entre países pelo período de um ano e a gestão executiva é assegurada por uma Comissão constituída por um Presidente, um Vice-presidente e seis Comissários e eleita para mandatos de quatro anos. Os Chefes de Estado e de Governo dos 55 Estados-membros reúnem-se anualmente em Assembleia na sede da organização, em Adis Abeba, na Etiópia.

Ações do CDC África

Surtos de Ébola na Guiné Conacri e República Democrática do Congo (RDC)

O novo surto do Ébola foi declarado a 7 de fevereiro na localidade de Butembo, província do Norte Kivu, República Democrática do Congo (RDC). Durante os 23 meses do anterior surto na RDC, em que foi declarado seu fim em junho de 2020, o CDC África tinha enviado 65 trabalhadores da linha de frente e 27 dos seus funcionários para apoiar a resposta. Alguns destes trabalhadores da linha de frente estão atualmente a apoiar a resposta à pandemia da COVID-19 no país e já estão a trabalhar em estreita colaboração com a coordenação nacional da resposta ao Ébola¹⁵. Já foram notificados 6 casos, 2 óbitos, 736 contatos monitorizados e 259 pessoas vacinadas.

¹⁴ <https://www.lusa.pt/article/30603970>

¹⁵ <https://africacdc.org/news-item/african-union-supports-response-to-12th-ebola-virus-disease-outbreak-in-democratic-republic-of-congo/>

Quase uma semana depois, o governo da Guiné-Conacri (país vizinho da Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Libéria, Serra Leoa e Senegal) também declarou novo surto de Ébola a 14 de fevereiro na subprefeitura de *Gouecke N'Zerekore*. Isto vem na sequência da deteção de casos suspeitos de Ebola em pessoas que assistiram a uma cerimónia de sepultamento de uma enfermeira que trabalhava no centro de saúde de Goueké. A enfermeira morreu a 28 de janeiro de 2021 e só foi sepultada a 1 de fevereiro. A partir de então foram registados um total de sete (7) casos (4 homens e 3 mulheres) com três (3) mortes (2 mulheres e um homem), três dos quais foram testados positivos para o vírus do Ébola e todos eles estiveram presentes na cerimónia fúnebre da enfermeira. Este é o primeiro ressurgimento do Ébola na Guiné-Conacri após o surto maciço de 2014- 2016, que custou a vida de mais de 11.300 pessoas, com mais de 28600 casos. Em resposta a este novo surto de Ébola, a União Africana prontificou-se a oferecer o apoio abrangente de todos os órgãos da UA. O CDC África trabalha com o Governo da Guiné-Conacri e OMS na resposta, tendo enviado uma equipa de resposta rápida. O CDC África monitoriza de perto a situação em colaboração com a Organização Oeste Africana de Saúde da Comunidade Económica da África Ocidental (OOAS/CEDEAO)¹⁶.

Um voo humanitário já levou para a Guiné-Conacri 700 quilos de equipamento médico doado pela OMS e outros parceiros. Também chegou uma remessa de mais de 11 000 doses de vacina contra o Ébola deverá. Além disso, mais de 8500 doses serão enviadas pelos Estados Unidos da América para um total de 20 000 doses. A OMS liberou 1,25 milhões de dólares para apoiar a resposta na Guiné Conacri e para fortalecer capacidades de nos países vizinhos: Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Senegal e Serra Leoa. Além disso, o Fundo Central de Resposta de Emergência das Nações Unidas desembolsou 15 milhões de dólares americanos para apoiar a resposta na Guiné e na RDC e a preparação nos países vizinhos¹⁷.

O CDC África reconhece o fardo de responder a estes novos surtos e ao mesmo tempo responder à pandemia COVID-19. A pandemia, por si só, tem colocado um pesado fardo sobre os países e já sobrecarregou os sistemas de saúde a continental.

Estão em curso esforços para intensificar a vigilância, rastreio de contatos, testes e tratamento, bem como a preparação para a vacinação.

A declaração do CDC África sobre a eficácia da vacina AstraZeneca COVID-19

Face a notícias provenientes da África do Sul e que deram conta da suspensão temporária de utilização da vacina de AstraZeneca para início de vacinação de grupos prioritários, o CDC África emitiu uma declaração sobre a situação, abordando o atual contexto de pandemia no continente, comentando o significado dos resultados preliminares do estudo sul-africano e finalizando com recomendações destinadas aos Estados-Membros da União Africana.

Ao contextualizar a situação de pandemia no continente, fez saber que muitos países africanos estão a gerir a segunda vaga da pandemia, com mais de 3,7 milhões de casos e cerca de 100.000 mortes registadas no continente desde que o primeiro caso foi notificado no continente a 14 de fevereiro de 2020, sendo a taxa de mortalidade de 2,6%, acima da média global que é de 2,2%. É esclarecida que a emergência dessa nova variante da África do Sul conhecida como N501Y.V2 (ou B.1.351) está associada ao aumento da taxa de transmissão do vírus e tem sido motivo de preocupação em todo o continente devido ao aumento de pressão que o elevado número de novas infecções irá colocar nos sistemas de saúde, muitas das quais

¹⁶ <https://africacdc.org/news-item/the-africa-centres-for-disease-control-and-prevention-supports-the-government-of-republic-of-guinea-in-the-fight-against-the-new-ebola-virus-disease-outbreak-in-nzerekore-prefecture/>

¹⁷ <https://www.afro.who.int/news/who-steps-efforts-curb-ebola-outbreaks-guinea-and-democratic-republic-congo>

já estão sobrecarregadas. A África do Sul registou o maior número de casos de COVID-19 no continente, com mais de 1,4 milhões de casos e mais de 45.000 mortes. Estima-se que a nova variante possa ser responsável por pelo menos 80% dos novos casos identificados nesta segunda vaga de pandemia no país.

A declaração esclarece sobre as características e especificidades da vacina da AstraZeneca (ChAdOx1 nCoV-19), informando que os ensaios clínicos da fase III da vacina candidata demonstraram uma eficácia global de 66,7% no grupo etário de 18-55 anos. Que os ensaios da fase I/II controlados por placebo foram conduzidas pela Universidade de *Witwatersrand* da África do Sul, em colaboração com a Universidade de Oxford, tendo o estudo recrutado 2000 voluntários relativamente saudáveis e jovens com uma idade média de 31 anos e com poucas comorbidades. Ela lembra que o objetivo dos ensaios clínicos era avaliar a segurança, imunogenicidade e eficácia da vacina AstraZeneca para a prevenção da COVID-19 causada pela nova variante predominantemente circulante da SRA-CoV-2 (N501Y.V2 ou B.1.351).

Com base nestas e outras constatações, a 9 de fevereiro, o CDC África convocou uma sessão especial para rever os dados e provas existentes, recomendando o seguinte:

- ❖ **Para os países que NÃO comunicarem a circulação da SARS-CoV-2 N501Y.V2 (ou B.1.351)**, recomenda-se que prossigam com o lançamento da vacina AstraZeneca.
- ❖ **Para os países que TENHAM reportado a circulação da SARS-CoV-2 N501Y.V2 (ou B.1.351)**, recomenda-se a aceleração da sua preparação para introduzir todas as vacinas que tenham recebido autorização ou aprovação de utilização de emergência pelas autoridades reguladoras. Deve ser considerada a eficácia da vacina contra a **SARS-CoV-2 N501Y.V2** ou qualquer outra variante em circulação no país.
- ❖ **Todos os países** devem expandir suas capacidades de testes de vigilância genômica, ou articular-se com a rede de laboratórios de sequenciamento do genoma criada conjuntamente pelo CDC África e OMS. A **Iniciativa “Africa CDC Pathogen Genomics” visa melhorar a vigilância de doenças** no continente.
- ❖ **Todos os países devem fortalecer a sua capacidade de pesquisa e realizar ensaios clínicos para gerar dados sobre a segurança e eficácia** de vacinas candidatas em populações africanas, tal como recomendado pelo Consórcio do CDC África para Ensaios Clínicos de Vacinas COVID-19 (CONCVACT).

A União Africana (UA) distribuirá as primeiras milhões de doses de vacinas COVID-19 na próxima semana, 26 de fevereiro

A União Africana espera começar a distribuir 1 milhão de doses da vacina Oxford-AstraZeneca COVID-19 a cerca de 20 Estados-Membros a partir de 26 de fevereiro, disse o Diretor do CDC África: "*Esperamos que antes da próxima sexta-feira (falava no dia 18) a entrega comece a ser feita nos Estados-Membros.* Estas vacinas foram doadas à UA através de uma parceria com o *MTN Group Ltd.*, uma das maiores redes móveis de África. A empresa doou 25 milhões de dólares, que serão utilizados no apoio à vacinação dos trabalhadores de saúde.

A doação do MTN pagará até 7 milhões de doses, mas começando com um 1 milhão de doses como lote inicial, sendo as vacinas produzidas pelo *Serum Institute of India*. Enquanto a União Africana tem trabalhado para obter doses para os seus Estados-Membros, esta será a primeira distribuição de vacinas COVID-19 pela organização continental. "*Esta será a primeira tentativa de tentar chegar a cerca de 20 países com vacinas, e depois isso permitir-nos-ia pelo menos começar a vacinar os nossos profissionais de saúde; são os primeiros 1 milhão como*

apenas o início, portanto, começamos a enviar e será um processo contínuo até atingirmos o objetivo de 7 milhões que o MTN tinha apoiado", disse o Diretor do CDC África.

Além disso, outros esforços da União Africana incluem também a aquisição de 670 milhões de doses de vacinas através da iniciativa privada *African Vaccine Acquisition Task Team*, que os países podem obter, utilizando **garantias de compromisso de aquisição prévia** através do Banco Africano de Exportação-Importação - **em vez de doações**. Donald Kaberuka, antigo Diretor do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e membro da *African Vaccine Acquisition Task Team*, informou que até agora 27 Estados-Membros já apresentaram pedidos de aquisição de vacinas através desta iniciativa. Assim que os países e o banco finalizarem os acordos de financiamento, as entregas terão início¹⁸.

Ações de OMS para a África (WHO/AFRO)

Nas habituais conferências de imprensa, a Diretora Regional da OMS para a África faz sempre um ponto de situação sobre um ano de pandemia no continente: agora com cerca de 3,7 milhões de casos da COVID-19 e infelizmente mais de 100.000 vidas foram perdidas, contribuindo com 3,5% de casos e de 4% de mortes a nível global. A segunda vaga, que parece ter atingido o pico em janeiro, tem sido muito mais letal do que a primeira. As mortes pela COVID-19 aumentaram 40%. Estas mortes são um aviso trágico de que os trabalhadores da saúde e os sistemas de saúde em muitos Estados-Membros estão perigosamente sobrecarregados. O marco de um ano acontece no momento em que o continente enfrenta a propagação de novas estirpes do vírus. A **variante B.1.351**, inicialmente detectada na África do Sul, foi agora detectada em 8 (oito) países africanos, enquanto a variante **B.1.1.7**, identificada no Reino Unido, foi detectada em 6 (seis) países do continente¹⁹.

A ação sustentada dos governos, outras autoridades e indivíduos para impedir a propagação da COVID-19, continua a ser vital. Continua sendo preocupante o aumento de casos em países como Zâmbia, Tanzânia, Togo, Senegal, Gana, Malawi, Moçambique, Sudão do Sul e Serra Leoa.

E relativamente à **vacina e vacinação**, as notícias mais aguardadas, a iniciativa COVAX informou os países africanos das primeiras distribuições de vacinas COVID-19. Quase 90 milhões de doses da vacina Oxford/AstraZeneca poderão começar a chegar ao continente no final do mês de fevereiro. Estas doses ajudariam os países a atingir 3% da sua população na primeira metade de 2021, visando os grupos de maior risco, especialmente os trabalhadores de saúde da linha de frente. À medida que as capacidades de produção aumentem, a iniciativa COVAX visa atingir pelo menos 20% dos africanos, o que exigirá a entrega de até 600 milhões de doses durante este ano. Além disso, cerca de 320.000 doses da vacina Pfizer-BioNTech foram distribuídas a 4 (quatro) países africanos: **Cabo Verde, Ruanda, África do Sul e Tunísia**. As entregas são também esperadas mais tarde, ainda em fevereiro. Para aceder a um volume inicial limitado da vacina Pfizer, os países foram convidados a apresentar propostas. Treze países africanos manifestaram interesse em participar na iniciativa, e as suas propostas foram avaliadas com base nas atuais taxas de mortalidade, novos casos e tendências e capacidades de entrega desta vacina, incluindo o seu armazenamento a menos 70 graus Celsius.

Mensagem da Diretora Regional sobre o Dia Mundial do Câncer²⁰

¹⁸ <https://www.devex.com/news/in-brief-african-union-to-distribute-first-million-doses-of-covid-19-vaccines-next-week-99197>

¹⁹ <https://www.afro.who.int/regional-director/speeches-messages/opening-statement-covid-19-press-conference-11-february-2021>

²⁰ <https://www.afro.who.int/pt/regional-director/speeches-messages/dia-mundial-do-cancro-4-de-fevereiro-de-2021>

A OMS para a África juntou-se à comunidade internacional para comemorar o Dia Mundial do Câncer sob o lema “**Eu sou e eu vou**” (*eu sou consciente e eu vou me informar para reduzir o impacto do câncer*) marcando assim o fim de uma campanha de três anos que tem procurado reduzir o medo em torno do câncer, melhorar a compreensão desta doença e mudar comportamentos e atitudes em relação à mesma.

Nos últimos 20 anos, o número de novos casos de câncer mais do que duplicou na Região Africana, passando de 338 000 casos notificados em 2002 para quase 846 000 casos em 2020. As formas mais comuns são o **câncer da mama**, o **câncer do colo do útero**, o **câncer da próstata**, o **câncer do intestino**, o **câncer do cólon**, o **câncer do reto** e o **câncer do fígado**. Os fatores de risco associados ao câncer incluem a idade avançada e história familiar; o consumo de tabaco e álcool; uma alimentação rica em açúcar, sal e gordura; a falta de atividade física; o excesso de peso; e a exposição a certos produtos químicos, entre outros.

A interferência da indústria, nomeadamente através da promoção e comercialização de produtos cancerígenos (como o tabaco), constitui um desafio cada vez maior; 44 países da Região ratificaram a Convenção-Quadro da OMS para a Luta Antitabágica com vista à redução do tabagismo, e 20 ratificaram o Protocolo da OMS para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco.

Na maioria dos países africanos, as comunidades têm acesso limitado aos serviços de rastreio, detecção precoce, diagnóstico e tratamento do câncer. Por exemplo, apenas cerca de 30% das crianças africanas diagnosticadas com câncer sobrevivem, em comparação com 80% das crianças em economias de rendimento elevado. Os desafios no acesso a cuidados oncológicos são ainda mais agravados em tempos de crise, como na atual pandemia de COVID-19.

A Região Africana também tem o fardo mais elevado de câncer do colo do útero entre as regiões da OMS. A adoção, em 2020, pela Assembleia Mundial da Saúde, da Estratégia Mundial para acelerar a eliminação do câncer do colo do útero enquanto problema de saúde pública foi, portanto, de grande relevância para os países africanos. Os primeiros países que implementaram esta estratégia, são o Essuatíni, a Guiné Conacri, o Maláui, o Uganda, o Ruanda e a Zâmbia, estando agora a expandir os seus programas de luta contra o câncer do colo do útero.

A introdução da vacina contra o vírus do papiloma humano (HPV) deve ser reforçada para a prevenção do câncer do colo do útero. Até à data, somente 17 países africanos alargaram a vacinação contra o HPV a todo o território nacional, incluindo o Ruanda e o Zimbabué, que estão ambos a alcançar uma elevada cobertura vacinal a nível nacional graças ao compromisso assumido pelos seus governos e parceiros.

No futuro, o crescente fardo do câncer exercerá pressões adicionais sobre os sistemas de saúde com recursos limitados e sobre os doentes e as suas famílias que deverão suportar custos catastróficos para acederem aos serviços.

E à medida que os países procuram atingir o acesso universal, a prestação de serviços para o câncer, incluindo os cuidados paliativos, deverá ser integrada em pacotes de prestações e regimes de segurança social. Para fortalecer os serviços de oncologia, é igualmente necessário o desenvolvimento das capacidades dos profissionais de saúde e a implementação de um sistema de vigilância abrangente com investimento em inovações que melhorem o acesso a cuidados oncológico.

Declaração do Diretor-Geral da OMS sobre a Tanzânia e a COVID-19

Apresentamos as nossas condolências às nossas irmãs e irmãos tanzanianos pelo recente falecimento de um líder superior tanzaniano, bem como ao Secretário-Chefe do Governo.

Em finais de janeiro, juntei-me à Dr.ª Matshidiso Moeti, Diretora da OMS para a Região Africana, para exortar a Tanzânia a elevar as medidas de saúde pública contra a COVID-19 e a preparar-se para a vacinação. Também encorajei a partilha de dados à luz dos relatórios de casos da COVID-19 entre os viajantes. Desde então, falei com várias autoridades na Tanzânia, mas a OMS ainda não recebeu qualquer informação sobre as medidas que a Tanzânia está a tomar para responder à pandemia. Esta situação continua a ser muito preocupante. Renovo o meu apelo para que a Tanzânia comece a notificar os casos da COVID-19 e a partilhar dados. Apelo também à Tanzânia para que implemente as medidas de saúde pública que sabemos que funcionam na quebra das cadeias de transmissão, e para que se prepare para a vacinação.

Vários tanzanianos que viajam para os países vizinhos e para além destes deram positivo para a COVID-19. Isto sublinha a necessidade de a Tanzânia tomar medidas robustas tanto para salvaguardar o seu próprio povo como para proteger as populações nestes países e para além deles.

A COVID-19 é uma doença grave que pode causar doenças graves e mesmo a morte. As autoridades nacionais em toda a parte devem fazer tudo o que estiver ao seu alcance para proteger as pessoas e salvar vidas e a OMS está pronta a apoiá-las na resposta contra este vírus mortal²¹.

Porque é que é importante? As declarações da OMS dirigidas a países específicos são muito raras. O Dr. Tedros deu assim um basta ao Presidente da Tanzânia! Isto segue-se a 10 meses de negação da COVID-19, desinformação e falta de transparência por parte deste Estado-Membro.

O governo tanzaniano deixou de notificar os casos de COVID-19 à OMS desde maio de 2020 e o Presidente **John Magufuli** negou a existência do vírus no país e advertiu contra a utilização de vacinas, sugerindo que os tanzanianos fossem utilizados como cobaias. Embora o país seja elegível para receber vacinas da COVAX, não tomou nenhuma medida para a receção das vacinas. E a falta de controlo da pandemia está a alastrar-se²².

Pela gravidade da situação, a **Embaixada dos EUA na Tanzânia** também se manifestou, afirmando que está ciente de um aumento significativo do número de casos da COVID-19 desde Janeiro de 2021 e que a prática das medidas de mitigação e prevenção da COVID-19 continua a ser muito limitada. Realça ainda que o governo tanzaniano não divulgou números agregados sobre casos ou mortes desde abril de 2020. Os estabelecimentos de saúde na Tanzânia podem ficar rapidamente sobrecarregados numa crise de cuidados de saúde. A capacidade hospitalar limitada em toda a Tanzânia pode resultar em atrasos que ponham em risco a vida das populações. Por isso, a posição do Departamento de Estado é esta: aplicação de restrições de viagem do **Nível 3** – (*Reconsiderar Viagens devido à COVID-19*) aos oriundos da Tanzânia para os EUA. O CDC/EUA também já alertou que devem ser evitadas todas as viagens à Tanzânia²³.

Na semana passada, **Maalim Seif Sharif Hamad**, Vice-Presidente das ilhas semi-autónomas de Zanzibar, morreu de COVID-19. O Ministro de Administração Pública, **John Kijazi**, também morreu no mesmo dia, mas a causa da morte não foi tornada pública. A 10 de fevereiro,

²¹ <https://www.who.int/news/item/20-02-2021-who-director-general-s-statement-on-tanzania-and-covid-19>

²² <https://www.devex.com/news/in-brief-who-calls-out-tanzania-for-its-lack-of-covid-19-response-99217>

²³ <https://tz.usembassy.gov/health-alert-increase-in-covid-19-cases-february-10-2021/>

a Embaixada dos EUA na Tanzânia alertou para um "*aumento significativo do número de casos da COVID-19*" no país.

Felizmente, na sequência da declaração do Dr. Tedros, o Presidente da Tanzânia começou a encorajar as pessoas a usarem máscaras, apesar das declarações anteriores que iam no sentido contrário ao seu uso. Enquanto anteriormente declarava a Tanzânia livre da COVID-19, agora começa admitindo que o vírus circula no país, mas como solução apelou à oração em vez do *lockdown*.

A CPLP e o novo Programa de Integração da Guiné Equatorial

O II Programa de apoio à integração da Guiné Equatorial na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) define dois novos eixos de ação – **desenvolvimento económico e comunicação social** – e deverá ser apreciado ainda este mês pelos Estados-Membros.

Os embaixadores dos 9 Estados-Membros deverão analisar a proposta final do documento em sede do Comité de Concertação Permanente (CCP), no dia 25 de fevereiro, altura em que deverão ficar definidos os custos do programa.

Vale lembrar que a CPLP desenvolveu um primeiro Programa para promover a integração da Guiné Equatorial (o país, o único falante de espanhol em África, aderiu à organização em 2014) e, após uma missão de observação realizada em 2019, ficou decidido que seria desenvolvido um novo plano de ação. O **desenvolvimento económico e comunicação social** juntam-se aos eixos previstos no primeiro Programa: **promoção da língua portuguesa, acervo** ou **educação institucional, património cultural, sociedade civil e direitos humanos**.

Um dos objetivos é promover um melhor conhecimento sobre a CPLP junto dos equato-guineenses, através de ações de divulgação e um ciclo de palestras dirigido ao meio académico.

Aquando da sua adesão, a Guiné Equatorial comprometeu-se a cumprir um **roteiro de integração** que previa, entre outros aspetos, a promoção do uso da língua portuguesa e a **abolição da pena de morte**.

No novo eixo da comunicação social, o embaixador de Cabo Verde (país que detém a presidência rotativa da Comunidade), disse que está prevista a "*produção de um encarte sobre a CPLP, a ser distribuído nos jornais impressos da Guiné Equatorial*", assim como "*a divulgação na televisão*" de notícias em língua portuguesa sobre a CPLP e os seus Estados-Membros.

Quanto ao **desenvolvimento económico**, deverá realizar-se uma cimeira de negócios e ações de formação para agentes empresariais do país.

Em relação à **sociedade civil**, a CPLP pretende organizar ações de formação para a capacitação das principais organizações existentes na Guiné Equatorial, fornecendo alguns instrumentos que são importantes para uma afirmação cada vez maior da sociedade civil.

No campo dos **direitos humanos**, o bloco lusófono pretende ajudar à capacitação da Comissão Nacional dos Direitos Humanos da Guiné Equatorial, bem como cooperar na área da Justiça Penal.

Ainda no campo dos direitos humanos, estão previstas ações de sensibilização junto da população em geral e também destinadas às forças de segurança pública equato-guineenses.

No domínio da **promoção da língua portuguesa**, pretende-se desenvolver um plano estratégico para inserção do português no sistema de ensino daquele país, envolvendo a formação de professores para o ensino da língua portuguesa, a reciclagem de professores de espanhol e o início da graduação em ensino da língua portuguesa.

Sobre a **educação institucional**, vai-se promover, com insistência, a aprovação de medidas legislativas pela Guiné Equatorial, para alinhamento do seu ordenamento interno com as resoluções sobre a adesão, entre elas a que tem a ver com a **abolição da pena de morte**.

Estão ainda previstas ações de formação para a capacitação técnica dos serviços jurídicos dos órgãos de soberania da Guiné Equatorial e há o objetivo do alinhamento da Guiné Equatorial com os diversos instrumentos multilaterais, nomeadamente da CPLP.

Já na área do **património cultural**, há ações propostas, fundamentalmente, para a formação dos técnicos da Guiné Equatorial para que estes façam o levantamento de toda a legislação vigente sobre o assunto, das convenções internacionais já ratificadas e para que estes instrumentos legislativos incluam os temas de roubo e tráfico ilícito dos bens culturais. Além disto, deve haver formação para inventariação e classificação dos bens do património cultural e natural.

Um dos aspetos que falta definir é o custo e financiamento deste programa, sendo certo que a Guiné Equatorial também assumirá a posição de comparticipar.

Numa altura em que os países enfrentam a pandemia de Covid-19, o financiamento poderá ser uma dificuldade.

Se os Estados-Membros disponibilizarem os seus quadros, seja da sociedade civil, seja da administração pública, pode haver uma economia de custos muito substancial na construção deste programa.

O embaixador de Cabo Verde ressaltou que este plano pretende ser um instrumento teoricamente eficaz para dar resposta à razão que a Guiné Equatorial evoca para não cumprir o programa de adesão à organização. E o que a Guiné Equatorial tem dito é que para efetivar o **programa de adesão** precisava de assistência dos Estados-Membros.

Após o parecer pelo CCP, o documento seguirá para aprovação pelo Conselho de Ministros, previsto para março, antes de ser submetido à Conferência de Chefes de Estado e de Governo, prevista para julho próximo, em Luanda²⁴.

²⁴ <https://www.lusa.pt/article/30724293/novo-programa-de-integra%C3%A7%C3%A3o-da-guin%C3%A9-equatorial-na-cplp-inclui-economia-e-media-c-%C3%A1udio>

Europa na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

A região da **OMS Europa** tem mais de 37 milhões de casos e quase 830.000 mortes. Em comunicado de 18/2, o diretor da OMS Europa, Hans Kluge, afirmou que a tendência na região europeia da OMS mostra diminuição dos casos pela quinta semana consecutiva; que pela primeira vez desde setembro, o número de novos casos notificados em uma semana foi inferior a um milhão na região; e que o número de novos óbitos também diminuiu pela terceira semana consecutiva, embora ainda alto²⁵. Para ele, essa **desaceleração** da propagação do vírus, é, em sua maior parte, **impulsionada por medidas sociais e de saúde pública**, ferramentas que estão à disposição dos indivíduos e que seguem sendo as mais eficazes, uma vez que a **oferta de vacinas é limitada**. Cerca de 40 países da região europeia começaram a vacinar contra a Covid-19, mas dos 30 países que forneceram dados, apenas 1,8% da população recebeu doses completas.

Na União Europeia, a **vacinação segue lenta e alvo de críticas**. Em resposta a algumas delas, em entrevista ao El País²⁶, o diretor da OMS Europa pondera não ser possível comparar a evolução de um país em relação a 27 Estados-Membros, com sistemas de saúde diferentes. Ele também considera que sem a UE, a maioria de seus países —principalmente os pequenos, isolados ou com pouco poder de barganha— apenas teria acesso vacinas via OMS ou órgãos multilaterais. Ele deixa claro que o **principal objetivo** da vacinação **não é a imunidade**, mas **proteger** as pessoas mais **expostas e vulneráveis**, **reduzindo a mortalidade e a sobrecarga** nos sistemas hospitalares.

Em relação aos manejos governamentais da pandemia, Kluge comenta que as medidas funcionaram onde a resposta política foi drástica e imediata e que não funcionaram onde as razões políticas prevaleceram. Diz que a Oms Europa descobriu que **medidas reativas têm desempenho pior do que medidas proativas**, seja no sentido da restrição ou do relaxamento e que movimentos brutais e rápidos em direção ao confinamento ou a abertura têm se mostrado menos eficazes do que abordagens gradativas.

Reconhecendo que a pandemia não é igualitária e que os mais vulneráveis são atingidos com mais força, Kluge sugere adoção de medidas para **enfrentar o impacto social e na saúde mental**, com medidas econômicas para apoiar os mais vulneráveis, **manutenção das escolas abertas o maior tempo possível** e monitoramento da **violência doméstica**. Para ele, **2021 será outro ano de covid-19**, mas mais administrável, mais previsível.

No tocante às novas variantes, outro comunicado da OMS Europa - este de 5/2 - esclarece que a variante dominante atualmente em circulação na região é o Sars-Cov-2 VOC 202012/01, chamada assim por ser a variante da preocupação (concern) e foi detectada em dezembro de 2020. Originalmente encontrada no Reino Unido, se espalhou para muitos países da região, onde investigações epidemiológicas e virológicas estão em curso para avaliar transmissibilidade, gravidade, risco de infecção e resposta de anticorpos. A OMS Europa espera que a circulação contínua do vírus resulte na detecção de mais variantes ao longo do tempo²⁷.

²⁵ <https://www.euro.who.int/en/health-topics/health-emergencies/coronavirus-covid-19/statements/statement-overcoming-covid-19-and-its-collateral-effects>

²⁶ <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-02-11/diretor-da-oms-as-variantes-do-virus-nao-sao-o-inicio-de-outra-pandemia.html>

²⁷ <https://www.euro.who.int/en/health-topics/health-emergencies/coronavirus-covid-19/news/news/2021/2/redoubling-public-health-measures-needed-due-to-covid-19-virus-variants>

A **União Europeia** comprou mais 300 milhões de doses da Moderna e agora conta com Portfólio de 2,6 bilhões de doses para cidadãos europeus e doações para vizinhos e parceiros²⁸. Vacinas chinesas e a russa Sputnik não tiveram solicitação de análise junto à Agência Europeia de Medicamentos, apesar de países como Hungria e Sérvia terem comprado vacinas russa e chinesa, respectivamente.²⁹

Enquanto isso, o **Reino Unido** atinge a marca de 15 milhões de pessoas vacinas, conferindo certa legitimidade ao **Brexit**, uma vez que o sucesso da campanha vem sendo atribuído ao fato de não estarem sujeitos às regulamentações da União Europeia, mas às suas próprias e à percepção de que o Reino Unido avançou mais do que a UE³⁰. O **governo britânico** pretende **vacinar** toda a população adulta até julho³¹ e na segunda-feira, 22/2, anunciou o **plano inglês de desconfinamento**, que privilegia o contato social e reabertura das escolas, prevista para 8 de março³². O plano tem quatro fases intervaladas em 5 semanas, tempo para se avaliar o impacto das medidas. Numa segunda etapa da primeira fase, prevista para 29 de março, as escolas suspendem as aulas para o feriado de Páscoa e pequenos encontros passam a ser permitidos. Na segunda e terceira etapa, previstas para final de abril e meados de maio, respectivamente, reabrem, hotéis, varejo não essencial, universidades e depois, bares, restaurantes e salões de beleza. Há intenção de permitir as férias de verão no Reino Unido, com suspensão das restrições ao turismo, mas férias no exterior provavelmente dependerão de ações governamentais e progresso de vacinação³³.

Já na **França**, frente à escassez de vacinas, a Alta Autoridade de Saúde afirmou **que uma dose** de vacina contra a Covid-19 é suficiente para criar uma resposta imunitária em **quem já teve** a doença e recomenda que estas pessoas sejam imunizadas de três a seis meses após a infecção. De acordo com o órgão sanitário, **uma dose em quem já foi contaminado pode dar imunidade maior ao vírus do que duas doses aplicadas em quem não teve contato** com o Sars-Cov-2³⁴. A França - que está entre os países que mais vacina no mundo, acompanhada, na Europa, por Reino Unido, Alemanha, Itália³⁵ - **propôs no G7**, por meio de seu presidente Emmanuel Macron, que os países ricos transferissem de **3% a 5%** de seus estoques de vacinas para **países da África**³⁶.

A EuroHealthNet lançou o **Health Inequalities Portal** (<https://health-inequalities.eu/>), um portal para **informações e recursos sobre as desigualdades em saúde na Europa**, uma plataforma de intercâmbio internacional que inclui informações, políticas, pesquisas e iniciativas sobre o tema. Destinado a troca de ideias e experiências entre profissionais de saúde, funcionários públicos, professores e outros envolvidos, sua base de dados fornece iniciativas, políticas, pesquisas e publicações, podendo servir de auxílio para formuladores de política.

²⁸ <https://pt.euronews.com/2021/02/17/ue-compra-300-milhoes-de-doses-da-vacina-moderna>

²⁹ <https://pt.euronews.com/2021/02/02/vacinas-russa-e-chinesa-nao-tentam-comissao-europeia>

³⁰ <https://www.poder360.com.br/coronavirus/reino-unido-avanca-na-vacinacao-apesar-de-disputa-por-vacinas-com-ue/>

³¹ <https://www.publico.pt/2021/02/20/mundo/noticia/covid19-reino-unido-pretende-vacinar-adultos-ate-final-julho-1951514>

³² <https://www.theguardian.com/world/2021/feb/21/johnsons-route-out-of-covid-lockdown-loved-ones-and-schools-first>

³³ <https://www.theguardian.com/politics/2021/feb/21/lockdown-easing-in-england-key-dates-and-phases-in-the-roadmap>

³⁴ <https://www.rfi.fr/br/fran%C3%A7a/20210212-autoridade-sanit%C3%A1ria-francesa-recomenda- apenas-uma-dose-de-vacina-em-quem-j%C3%A1-teve-covid-19>

³⁵ <https://www.rfi.fr/br/mundo/20210220-covid-19-quase-metade-dos-200-milh%C3%B5es-de-vacinas-foram-usadas-nos-pa%C3%ADses-ricos>

³⁶ <https://www.rfi.fr/br/mundo/20210218-macron-propor%C3%A1-ao-g7-transferir-3-a-5-das-vacinas-dos-pa%C3%ADses-ricos-para-a-%C3%A1frica>

Trabalhos podem ser enviados se estiverem de acordo com os critérios de elegibilidade. O portal oferece um **Guia eletrônico para o financiamento** de serviços de promoção da saúde, estudos de casos, abordagens e desenvolvimentos. Um mapa interativo permite comparar o nível de desigualdades em saúde na Europa e traz informações sobre organizações nacionais e da UE que trabalhem com redução de inequidades em saúde e suas ações. A EuroHealthNet é uma parceria sem fins lucrativos, que congrega organizações, agências e órgãos estatutários que trabalham com saúde pública, prevenção de doenças, promoção da saúde e redução das desigualdades, além de centros de pesquisa³⁷.

A **Comissão Europeia apresentou sua estratégia comercial** para os próximos anos, com uma **política comercial aberta, sustentável e assertiva**. Traz o conceito de autonomia estratégica aberta e se baseia na abertura comercial da UE para contribuir com a recuperação econômica através do apoio às transformações verdes e digitais, do fortalecimento do multilateralismo e na reforma das regras de comércio global. Nas palavras do Vice-Presidente Executivo e Comissário para o Comércio, Valdis Dombrovskis, a política comercial europeia deve apoiar as transformações verdes e digitais, liderar os esforços globais para reformar a OMC e fornecer ferramentas para enfrentar práticas desleais de comércio.

Ele diz que a União Europeia segue curso aberto, estratégico e assertivo, enfatizando sua capacidade de fazer **escolhas próprias e moldar o mundo por meio de liderança e engajamento**, refletindo seus **valores e interesses** estratégicos.³⁸ Um destes valores, é a promoção da **transição ecológica** à escala global: a União Europeia vai exigir que a **adesão ao Acordo de Paris** seja **condição essencial em negociações comerciais**. Na **OMC**, pretende trabalhar para criar uma iniciativa que **combine comércio e proteção climática**, como forma de facilitar o comércio de bens e serviços do setor ambiental, garantindo que não haja obstáculos a produtos ecologicamente sustentáveis.

Ao mesmo tempo em que busca reforçar o multilateralismo, a UE **mantém seus acordos** bilaterais de livre comércio, buscando fortalecer sua capacidade de **enforcement**, ao anunciar a intenção de desenvolver seu conjunto de regras para penalizar os casos de violação. O mesmo Valdis Dombrovskis, declarou em entrevista que a **UE atuará no âmbito multilateral sempre que for possível, mas poderá agir de forma autônoma, se necessário**³⁹.

Essa “autonomia estratégica aberta” constitui o pano de fundo para que a UE conduza negociações concomitantes com EUA e China, que já é seu maior parceiro comercial e com quem assinou Acordo de Investimentos. O governo norte-americano de Joe Biden traz cenário mais favorável ao multilateralismo e à reforma da OMC e, conseqüentemente, a interesses da Europa em temas como compras governamentais e subsídios.

³⁷ <https://health-inequalities.eu/>

³⁸ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_21_644

³⁹ <https://pt.euronews.com/2021/02/19/ue-penalizara-quem-viole-regras-do-comercio-internacional>

Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Lúcia Marques

As novas cepas do SARS CoV-2 e a questão se as vacinas são eficazes contra as mutações; a desigualdade na distribuição das vacinas; a Quarta Revolução Industrial (4IR)⁴⁰ e seu potencial para a recuperação pós pandemia e para estabelecimento do comércio digital global⁴¹ de um lado e, de outro, a ética e regulação para os usos das novas tecnologias digitais e para Inteligência Artificial; a preocupação de como frear a infodemia e as fake News e o apoio de líderes políticos a grupos de ódio e a movimentos radicais ocuparam as discussões em reuniões multilaterais, fóruns, blogs e estamparam as principais mídias das duas regiões.

Outros quatro assuntos disputam as atenções: o golpe militar em Myanmar, que põem em risco a prática da democracia; o futuro do Irã e do acordo Nuclear e o posicionamento dos EUA; o futuro das relações China e Estados Unidos e a volta oficial da América ao Acordo de Paris.

Mudanças Climáticas e Biodiversidade

À medida que países, instituições e empresas intensificam seus compromissos para combater as mudanças climáticas e deter a perda da natureza, uma abordagem integrada à economia será necessária, particularmente na recuperação pós-COVID-19. Que políticas, práticas e parcerias serão necessárias para acelerar o caminho e desencadear uma década de ação sustentável e equitativa para todos?

O tema “Como Salvar o Planeta?” foi amplamente discutido em Davos, no Fórum Econômico Mundial⁴², em 20 sessões que cobriram os vários aspectos e preocupações futuras: sistemas alimentares, oceanos, energia limpa, consumo sustentável, bioeconomia, cidades e mais.

O tema é preocupação dos países da Ásia Pacífico, que vivem tempestades e enchentes cada vez mais violentas ou pragas, como a de gafanhotos. E dos países do Oriente Médio, que vivem do Petróleo, sofrem com a desertificação de áreas antes produtivas, e são compradores de alimentos.

Uma mudança na administração dos EUA e as promessas históricas da China, Japão e Coreia do Sul são um bom começo. Eles devem estimular uma ação mais forte por parte de todas as nações na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2021 (COP26), que acontecerá em Glasgow, Escócia, de 1 a 12 de novembro, sob a presidência do Reino Unido. Antes disso, em 22 de abril, Dia da Terra, o presidente americano vai realizar a Cúpula dos Líderes sobre o Clima, uma espécie de prévia (e teste) para a COP26.

E neste 19 de fevereiro, o porta-voz da Casa Branca anunciou a volta oficial dos EUA ao Acordo de Paris.⁴³ O anúncio destacou que as mudanças climáticas serão incorporadas nas conversas bilaterais e multilaterais mais importantes. Que o clima e a diplomacia científica não serão tópicos adicionais da política interna e externa americana. A questão climática estará no cerne das discussões sobre segurança nacional, migração, esforços internacionais de saúde e diplomacia econômica e negociações comerciais.

⁴⁰ <https://blogs.adb.org/blog/southeast-asian-employers-fourth-industrial-revolution-chance-create-jobs>

⁴¹ <https://blogs.adb.org/blog/can-pandemic-help-end-paper-chase-hobbling-international-trade>

⁴² [How to Save the Planet > The Davos Agenda | World Economic Forum \(weforum.org\)](https://www.weforum.org/agenda/2021/02/how-to-save-the-planet-the-davos-agenda/)

⁴³ https://www.state.gov/the-united-states-officially-rejoins-the-paris-agreement/?utm_medium=email&utm_source=govdelivery

Esse movimento do Biden não vai ser só benéfico para o planeta, mas também para a geopolítica e para a governança global. Essa semana ele convocou um Grupo de Trabalho Interagências (IWC) para rever o Custo Social do Carbono (CCS)⁴⁴ e vai incluir vários aspectos amplos e com reflexos globais; probabilidades e impactos; os riscos climáticos atuais e suas consequências, como descongelamento do permafrost, mudanças na circulação oceânica, conflitos civis e migrações; impactos nas diferentes populações. E envolve mais estudos e pesquisas sobre os efeitos nos ecossistemas e biodiversidade. **E, muito importante, poderá ser seguido por outros países que não têm CCS ou trabalham com outros valores. Política baseada na Ciência.**

Claramente, não é só reverter as mudanças de Donald Trump. Outras etapas requerem muito mais deliberação, inclusive negociação política interna. Muitos julgamentos científicos e econômicos precisam ser feitos. Estes incluem como lidar com incertezas endêmicas, incluindo "pontos de inflexão" repentinos e irreversíveis, como colapsos de mantos de gelo. Questões éticas também devem ser consideradas, incluindo as consequências para as comunidades vulneráveis e as gerações futuras.

China X Estados Unidos

No quesito complexo da competição China X EUA, **mudanças climáticas serão uma veia positiva.** Também nessa semana, China divulgou a nova lista de espécies ameaçadas, que estarão sobre proteção do estado. Desatualizada há 32 anos, foram adicionadas 517 espécies, totalizando 980 espécies. O documento prevê muitas altíssimas e financiamento para pesquisas e estudos. Vai ter reflexos em mudanças de hábitos culturais e alimentares. E deve ser revisado a cada 5 anos.

Confirmando essa veia positiva, já sinalizada nos dois últimos informes do CRIS-Fiocruz, hoje (22 de fevereiro) o conselheiro do governo chinês e diplomata, Wang Yi, pediu um *reset* nas relações com os Estados Unidos - dias depois que o presidente dos EUA buscou uma frente comum com a Europa e com o FOIP (Free Open Indo-Pacific⁴⁵) para combater os desafios econômicos e de segurança da China e da Rússia, e desafios comuns como a pandemia. O diplomata chinês afirmou que China estava pronta para reabrir o diálogo com Washington e disse que os **dois países poderiam trabalhar juntos em questões como mudanças climáticas e lidar com a pandemia do coronavírus.**⁴⁶

O caminho será longo: incluindo comércio, taxações e sanções, acusações de crimes de direitos humanos contra as minorias muçulmanas uigures na região de Xinjiang e as reivindicações territoriais de Pequim no Mar do Meridional da China, rico em recursos.

Crise em Myanmar deixa de ser assunto doméstico

O golpe militar de 1º de fevereiro, em Myanmar⁴⁷ deixou de ser um assunto doméstico e se tornou um grande problema e risco na região da Ásia Pacífico. A tomada militar do poder é um ataque direto à transição do país para a democracia e o Estado de Direito.

⁴⁴ Custo Social do Carbono – métrica que coloca um valor monetário sobre os malefícios das mudanças climáticas, contabilizando as perdas crescentes por tempestades, incêndios florestais e outros impactos.

⁴⁵ Aliança conhecida como QUAD, o quadrilátero formado por Japão, Austrália, Índia e Estados Unidos

⁴⁶ [China calls for reset in Sino-US relations with Biden administration, East Asia News & Top Stories - The Straits Times](#)

⁴⁷ Nação do sudeste asiático com uma população de 53,71 milhões de pessoas, majoritariamente budista, mas tem mais de 100 grupos étnicos; faz fronteira com Índia, Bangladesh, China, Laos e Tailândia e é um dos dez estados membros da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático: Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia, desde 1967; Brunei, a partir de 1984; Vietnã desde 1985; Mianmar e Laos a partir de 1997 e Camboja desde 1999).

Alegando fraude nas eleições, os militares tomaram os poderes legislativo, executivo e judiciário, com a detenção da líder e conselheira do estado, Aung San Suu Kyi⁴⁸, vencedora do Nobel da Paz em 1991, do presidente do país, Win Myint, e de líderes políticos de Myanmar. Não é a primeira vez que um golpe acontece. O regime é acusado de perseguição brutal dos opositores, estudantes e minorias étnicas e violações dos direitos humanos.

Diante da repercussão internacional⁴⁹, os militares declararam estado de emergência de um ano e prometem novas eleições após esse período. Mas fechou o acesso à internet e suspendeu os voos ao país. Os protestos populares anti golpe vêm crescendo e o exército tem reagido com força letal.

A reação inicial dos países da **ASEAN** foi dividida: **Indonésia, Malásia e Singapura** expressaram preocupações sobre a tomada de poder; **Vietnã** pediu que a situação seja estabilizada; **Filipinas** inicialmente disseram que era um assunto interno, depois pediu restauração completa do status quo em Mianmar; para **Camboja e Tailândia** o golpe é uma questão interna; **Brunei**, atual presidente da ASEAN, pede diálogo, reconciliação e o retorno à normalidade. Embora um dos princípios da ASEAN seja não interferir nas questões internas dos Estados-membros, Indonésia e Malásia iniciaram movimento para reunir parceiros da ASEAN como Índia, Austrália, Japão e Grã-Bretanha, além de Estados Unidos e China para formular uma melhor resposta à turbulência política em Mianmar, considerando que o agrupamento poderia desempenhar um papel construtivo na facilitação do retorno à normalidade e à estabilidade em Myanmar. Os EUA pressionam a China por uma clara condenação ao golpe militar e para desempenhar um papel construtivo em seu vizinho. Pode ser uma oportunidade para China melhorar sua imagem no quesito Direitos Humanos.

Por que essa preocupação com o golpe militar em Myanmar? A democracia está em jogo. A pandemia trouxe à tona muitas fragilidades e problemas que estavam ocultos de baixo do tapete. E, simultaneamente, também foi usada por líderes autoritários para reforçar discursos populistas, protecionistas e antimultilateralistas, para consolidar seu poder político, principalmente na Ásia Pacífico, independente dessas ações contribuírem de fato para as respostas reais à COVID-19. Um estudo recente da Freedom House⁵⁰ mostra que a condição da democracia e dos direitos humanos se deteriorou em 80 países desde o início da pandemia. Já havia uma tendência à polarização política, ao populismo e influência dos militares na política. Mas a COVID-19 acelerou essa regressão, o que aumenta risco de conflitos. Especialistas acreditam que é possível reverter essa tendência. Na medida em que as repostas à COVID-19 ficaram aquém - sanitária e economicamente – os movimentos e as manifestações populares devem crescer.

A crise também desperta novamente o alerta para a situação dos refugiados das etnias perseguidas, principalmente para a minorias como os shan e os kokang (origem chinesa) e os mulçumanos Rohingya. Estes últimos, quase 3 milhões, são vítimas de múltiplas discriminações; expatriados⁵¹, fugiram da perseguição para países, como Bangladesh, Malásia, Indonésia, Arábia Saudita e Paquistão.

⁴⁸ Em 2017, Aung San Suu Kyi se tornou uma pessoa controversa ao se aliar com os militares e não impedir a perseguição cruel aos Rohingyas que, além das crueldades sofridas, não têm acesso à cidadania: são proibidos de se casar ou de viajar sem a permissão das autoridades e não têm o direito de possuir terra ou propriedade, o que impede o progresso social e econômico dessa etnia. Por essa, Suu Kyi perdeu alguns prêmios: Prêmio Sakharov para a Liberdade de Pensamento(1990) - retirado em 2020; Prêmio Liberdade de Edimburgo (2005) - prêmio retirado em 2018;

⁴⁹ [ONU preocupada com relatos de uso de força contra manifestantes em Mianmar | ONU News](#)

⁵⁰ [Freedom in the World 2020: A Leaderless Struggle for Democracy \(freedomhouse.org\)](#)

⁵¹ Uma lei nacional de Myanmar, da década de 1980, especifica que apenas grupos étnicos que podem demonstrar sua presença no território antes de 1823 podem obter a nacionalidade.

Entraves para segurança e paz no Oriente Médio

Irã

Momento decisivo para a Diplomacia quando o assunto é Irã e seu programa nuclear – ou melhor, e seu descumprimento do acordo nuclear assinado em 2015, entre o país persa e o chamado Grupo 5 + 1 (Estados Unidos, França, Alemanha, Reino Unido, Rússia e China). O Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA), assinado em Viena, visa impedir o Irã de se equipar com armas nucleares, em troca de um alívio gradual das sanções internacionais. Acordo esse que o ex-presidente americano, Donald Trump, abandonou em 2018, impondo sanções econômicas impostas, reimpostas ou renomeadas à República Islâmica. Desde então, o Irã tem descumprido os compromissos assumidos em 2015.

Sobre o desafio colocado pelo programa nuclear iraniano, Estados Unidos esteve reunido com França, Alemanha e Reino Unido na Conferência (virtual) de Segurança de Munique para conversar sobre o reengajamento diplomático da América para reviver o acordo com Irã. Especialistas recomendam que as políticas regionais dos EUA para o Irã estejam em alinhamento com aliados como Israel, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.⁵²

O Líder Supremo, aiatolá Ali Khamenei, espera mais do que palavras do líder americano e está prestes a proibir as inspeções pela Agência Internacional de Energia Atômica, da ONU – inspeções que fazem parte do acordo⁵³.

Quem dará o primeiro passo? Momento decisivo: Estados Unidos podem abrir caminho para uma transformação sustentada da República Islâmica e sua relação turbulenta com o mundo? Para Suzanne Maloney⁵⁴, “a teocracia revolucionária do Irã evoluiu, mas os aspectos mais problemáticos de sua ideologia e instituições perduram desde 1979” ; para ela o sucesso depende da possibilidade de um Irã que opte pela moderação

Síria

A Comissão Internacional de Inquérito sobre a Síria, da ONU, divulgou o relatório sobre os 10 anos de crimes de guerra, praticados pelas facções e com ajuda da negligência internacional. O relatório aponta que vários atos podem ser considerados crimes contra a humanidade e de guerra, incluindo genocídio (ataques contra civis, assassinatos sistemáticos, tortura, estupros e desaparecimento forçado).

O documento relata ações do governo sírio e do Estado Islâmico (EI ou ISIS). Falando à Rádio ONU, em Genebra⁵⁵, o presidente do painel, o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, falou sobre as ações do grupo extremista Estado Islâmico, na Síria, as quais considerou exemplos das consequências do extremismo de grupos armados.

O ISIS opera no Iraque e na Síria com enormes recursos financeiros, com imenso potencial bélico e com requinte de terror (decapitações, crucificação, amputações de membros), negação total dos direitos de mulheres e de meninas que são proibidas de irem à escola.

⁵² <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2021/02/19/biden-says-he-will-listen-to-experts-here-is-what-scholars-of-the-middle-east-think/>

⁵³ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2021/02/17/lider-supremo-do-ira-exige-acao-de-biden-para-retomar-acordo-nuclear.htm>

⁵⁴ Vice-presidente e diretora do programa de Política Externa do *Brookings Institution* e especialista na política dos EUA em relação ao Irã e ao Oriente Médio. Autora do livro *Irã reconsiderado: o acordo nuclear e a busca por uma nova moderação*, que examina se o Irã pode de fato estar no caminho da moderação (<https://www.brookings.edu/book/iran-reconsidered/>)

⁵⁵ [ONU alerta que guerra na Síria ameaça paz e segurança mundiais | ONU News](#)

Para Pinheiro, o conflito na Síria atingiu uma etapa extremamente preocupante. O fracasso em pôr um fim à crise na Síria deu força ao crescimento do grupo Estado Islâmico, cuja brutalidade ameaça tomar conta do Oriente Médio. O ISIS é uma força em expansão com adeptos em todo o mundo – os grupos de ódio são alvo fácil dos aliciadores. Para a Comissão de Inquérito, a guerra na Síria ameaça a paz e a segurança em todo o mundo.

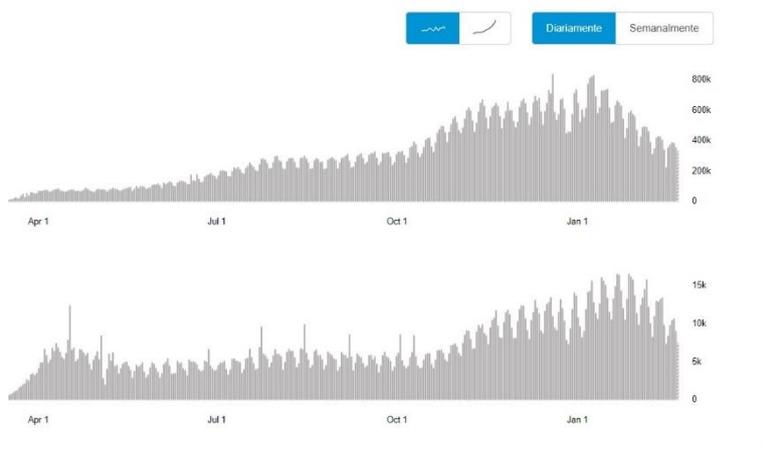
Segundo o relatório, a pior catástrofe humanitária do mundo já fez cerca de 11,5 milhões de deslocados. Cerca de 5 milhões de sírios estão refugiados (distribuídos principalmente na Turquia, Jordânia, Líbano, Egito e Irã) e 10,8 milhões de pessoas precisam de assistência humanitária urgente no país. Ainda segundo a ONU, o número de mortos passou de 191 mil.

Cenário da Covid-19

Apesar das novas cepas serem mais contagiosas, a pandemia vem reduzindo o ritmo em todo o mundo, embora alguns países da Ásia Pacífico ainda apresentem índice de mortalidade alto, segundo relatório semanal da OMS⁵⁶.

No entanto a redução de casos e mortes não é homogêneo. Das seis regiões examinadas pela OMS, uma apresentou alto índice de novos casos: o Mediterrâneo Oriental, que engloba países do Oriente Médio e Norte da África.

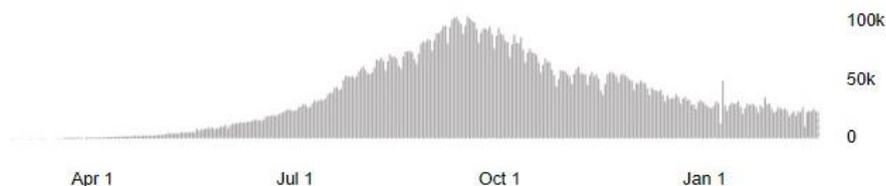
O mundo registrou (22/02) 111.633.620 milhões de casos registrados e 2.471.494 óbitos.⁵⁷



Fonte: Organização Mundial de Saúde 22/02

Sudeste da Ásia

13.368.276
casos confirmados



⁵⁶ <https://covid19.who.int/>

⁵⁷ [COVID-19 Map - Johns Hopkins Coronavirus Resource Center \(jhu.edu\)](https://www.jhu.edu/coronavirus/)

Fonte: Organização Mundial de Saúde 22/02

Mediterrâneo oriental

6.208.063

casos confirmados

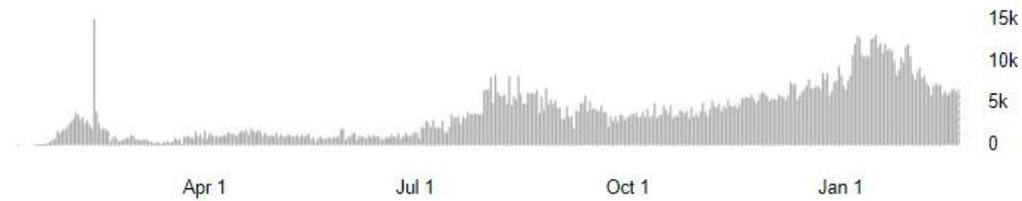


Fonte: Organização Mundial de Saúde 22/02

Pacífico Ocidental

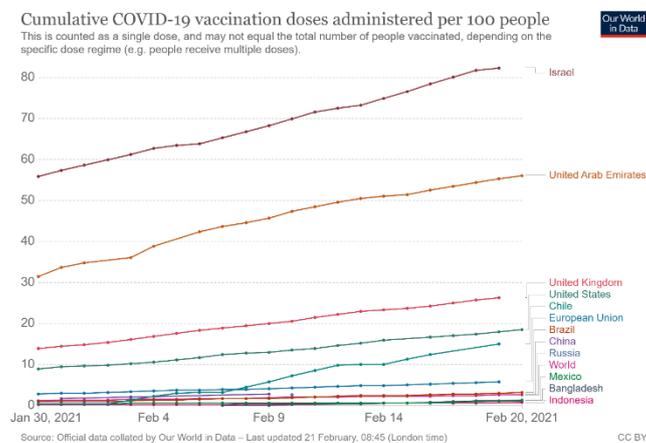
1.583.091

casos confirmados



Fonte: Organização Mundial de Saúde 22/02

Vacinação



Fonte: [Coronavirus \(COVID-19\) Vaccinations - Statistics and Research - Our World in Data](#), dados de 20 de fevereiro – os dados são atualizados diariamente




Laboratório produtor	Plataforma tecnológica	Países- vacina registrada e sendo aplicada
1- Pfizer/BioNTech	mRNA	EUA, RU, Canada, Arabia Saudita, Bahrain, México, Argentina
2- Moderna	mRNA	EUA, Canada, Israel, Suíça, Reino Unido, Comunidade Européia
3- Aztrazeneca/Oxford	Adenovirus – chimpaze Não replicativo	RU, Brasil, Paquistão, Argentina, Rep. Dominicana, El Salvador, Índia, México, Marroco
4- Gamaleya - Sputnik	Adenovirus humanos 2 vírus tipos 5 e 26	Russia, Algeria, Argentina, Bolivia, Hungria, Palestina, Paraguai, Sérvia, Turcomenistão, EAU, Venezuela, Belarius
5- CanSino Biologicals	Adenovirus não replicat	Autorizado uso militar na em Junho 2020
6- Res Inst Biol Safety Problems – Kazaquistão	Virus inativados	Uso emergencial em Kazaquistão– Set 2020
7- Wuhan Inst Biol Prod	Virus inativados	Uso emergencial China Agosto 2020; UEA Set 2020
8- SinoVac/IB/BioFarma	Virus inativados	Uso emergencial China Agosto 2020; no Brasil Jan 2021
9- Beijing Inst Biol Prod	Virus Inativados	China, Bahrain, Paquistão, EAU
10- Bharat Biotec	Virus inativados	Uso emergencial na India

Vacinas no mundo.

Fonte: slide do Dr. Akira Homma, Conselheiro Sênior de Biomanguinhos, Fiocruz, apresentado no seminário “Vacina e Vacinados: Desafios da Equidade – da Série Seminários Avançados CRIS em Saúde Global e Diplomacia da Saúde, em 18 de fevereiro (<https://www.youtube.com/watch?v=R8rhybaRyS0&feature=youtu.be>)

Em destaque, Índia e Israel

Por meio da iniciativa *Vaccine Maitri* (que significa amizade por vacina), a **Índia** doou mais de 6,27 milhões de doses de vacinas COVID-19 a mais de 13 países, incluindo os vizinhos Bangladesh, Afeganistão, Butão, Mianmar e países como Omã, Barbados e El Salvador⁵⁸. Também exportou comercialmente 10,5 milhões de doses de vacinas para 8 países.

O Primeiro-Ministro, Narendra Modi, sugeriu a criação de uma plataforma regional para preparação e emergências médicas com seus 10 países vizinhos para compilar e estudar dados sobre a eficácia de vacinas Covid-19 e uma rede para promover epidemiologia assistida por tecnologia para prevenir futuras pandemias. propôs ainda a criação de um de visto especial para médicos e enfermeiras para permitir viagens rápidas durante emergências de saúde, ambulâncias aéreas coordenadas, uma plataforma regional

Israel se tornou exemplo mundial no combate à pandemia, seja pela rapidez em adquirir vacinas, seja pelo desempenho e na distribuição das vacinas usando a logística do exército e o sistema digitalizado de saúde. Além de uma forte campanha publicitária sobre as vacinas e seus benefícios e uso da TV e rádios com médicos e especialistas para responder às dúvidas da população. Os bons resultados já são vistos na redução dos novos casos e na redução da hospitalização. Quase 95% dos idosos já foram imunizados com a 2ª dose da vacina. O governo enviou doses de vacina para a Faixa de Gaza e região de Jerusalém (Cisjordânia), locais de assentamentos de palestinos, através da Autoridade Nacional Palestina (ANP)⁵⁹, após apelos da ONU e organizações de ajuda humanitária.

Independentemente dos resultados, o país segue com as fronteiras fechadas, restrições rigorosas e recomendação do uso de máscaras. Os bairros ortodoxos seguem sendo os mais afetados, pois não respeitam o distanciamento e ignoram o uso de máscaras.

⁵⁸ <https://healthpolicy-watch.news/india-pandemic-platform/>

⁵⁹ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2021/02/17/israel-autoriza-envio-das-primeiras-vacinas-contra-covid-19-a-gaza.htm?cmpid=copiaecola>

O Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu agiu rápido, mas claro que seu forte empenho em ter toda a população vacinada rapidamente visa as eleições em 23 de março – a quarta em dois anos.

Rússia registrou sua 3ª vacina a CoviVac, que se somam às Sputnik V e EpiVac Corona.

País	03/11 (óbitos)	02/12 (óbitos)	28/01/2021	20/02/2021
Afganistão	41.728 (1.544)	46.980 (1.822)	54.891 (2.397)	55.557 (2.430)
Arábia Saudita	348.037 (5.437)	357.872 (5.919)	367.276 (6.366)	374.366 (6.454)
Austrália	27.610 (907)	27.924 (908)	28.794 (909)	28.918 (909)
Bangladesh	410.988 (5.966)	469.423 (6.713)	533.953 (8.087)	542.674 (8.337)
China	91.461 (4.739)	93.096 (4.744)	99.698 (4.813)	100.697 (4,833)
Coreia do Sul	26.807 (472)	35.163 (526)	76.926 (1.386)	86.128 (1.550)
Emirados Árabes	136.149 (503)	171.434 (580)	293.052 (819)	365.017 (1.093)
Filipinas	387.161 (7.318)	434.357 (8.436)	519.887 (10.552)	557.058 (11.829)
Faixa de Gaza			157.593 (1.812)	171.154 (1.956)
Hong Kong			9.797 (166)	10.833 (197)
Índia	8.267.623 (123.097)	9.499.413 (138.122)	10.701.193 (153.847)	10.963.394 (156.111)
Indonésia	418.375 (14.146)	549.508 (17.199)	1.037.993 (29.331)	1.263.299 (34.152)
Irã	637.598 (36.611)	989.572 (48.990)	1.398.841 (57.736)	1.558.159 (59.341)
Iraque	478.701 (11.017)	556.728 (12.340)	617.202 (13.024)	661.477 (13.232)
Israel	315.983 (2.580)	338.748 (2.883)	624.814 (4.612)	744.513 (5.526)
Japão	103.210 (1.793)	153.403 (2.137)	380.600 (5.500)	422.718 (7.360)
Jordânia			318.181 (4.207)	357.611 (4.528)
Kazaquistão				254.712 (3.145)
Kuwait	127.293 (789)	143.260 (882)	163.450 (958)	182.460 (1.034)
Líbano			293.157 (2.621)	348.810 (4.257)
Malásia			198.208 (717)	277.811 (1.043)
Nepal	176.500 (984)	236.246 (1.538)	270.375 (2.020)	273.263 (2.061)
Nova Zelândia	1.968 (25)	2.060 (25)	2.299 (25)	2.348 (26)
Omã			133.728 (1.527)	138.494 (1.548)
Paquistão	336.260 (6.847)	403.311 (8.166)	539.387 (11.514)	568.506 (12.527)
Qatar	133.143 (232)	139.256 (239)	150.280 (248)	159.518 (256)
Rússia	1.661.096 (28.611)	2.327.105 (40.630)	3.752.548 (70.533)	4.092.649 (81.048)
Singapura	58.029 (28)	58.230 (29)	59.425 (29)	59.846 (29)
Síria	5.843 (295)	8.059 (426)	13.832 (906)	15.045 (990)
Tailândia	3.797 (59)	4.026 (60)	16.221 (76)	25.241 (83)
Taiwan	567 (7)	685 (7)	875 (7)	941 (9)

Turquia	379.775 (10.402)	700.880 (14.129)	2.457.118 (25.605)	2.624.019 (27.903)
Vietnam	1.202 (35)	1.358 (35)	1.560 (35)	2.362 (35)
Yémen	2.063 (601)	2.217 (621)	2.120 (615)	2.154 (618)

Obs.: As regiões somam juntas mais de 65 países, mas, para análise, o recorte foca os países com maior número de casos ou com melhores resultados de ações tomadas pelas autoridades nacionais.

A China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

André Lobato

CSNU, G7 e Conferência de Munique

A China foi tema, como parceira ou rival, de três eventos internacionais na última semana: Reunião do G7, do Conselho de Segurança e da Conferência de Munique.

Na quarta-feira no [Conselho de Segurança](#), tanto Índia quanto China se posicionaram contra o "nacionalismo das vacinas" e a favor de Guterres, que tem falado em falha moral do processo de vacinação caso não avance um programa global de vacinação.

O chanceler Wang Yi disse que a China exporta para vários países e que a distribuição de vacinas, especialmente para países menos desenvolvidos, deve ser feita via mecanismos da OMS. Ele reforçou que os países do Conselho devem dar exemplo e liderar a implementação da Resolução [2532](#), que pede uma espécie de cessar fogo global, de pausa geral, para priorizar o enfrentamento sanitário.

Na sexta-feira, uma reunião para garantir a igual distribuição de vacinas do G7 resultou na China sendo explicitamente mencionada como um parceiro para a coordenação global de esforços.

“With the aim of supporting a fair and mutually beneficial global economic system for all people, we will engage with others, especially G20 countries including large economies such as China.”

<https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2021/02/19/g7-february-leaders-statement/>

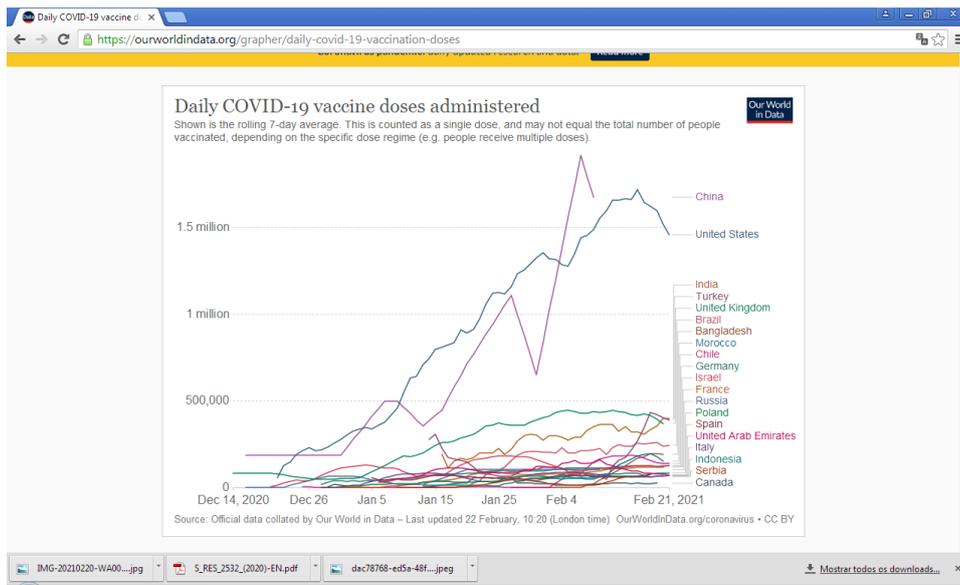
Mas Londres, e especialmente Washington, tem insistido na necessidade de que a China seja vista como um inimigo comum. Querem, por exemplo, comandar uma expedição a Hong Kong e a Xingjiang para verificar o cumprimento, por parte do Estado chinês, dos direitos humanos das populações chinesas que vivem nas fronteiras com Ásia e o Mar do Sul da China. Foi o caso da Conferência de Munique, logo após o encontro do G7. A disputa pelo controle da narrativa levou Londres a banir a CGTN (China Global Television Network) do Reino Unido, apenas para logo em seguida Pequim fazer o mesmo com a BBC World.

Enquanto as novas engrenagens na Casa Branca vão se alinhando, é válido notar que a polaridade democracia autoritarismo recolorida por Biden funciona interna e externamente na lógica democrata. Permite negar Trump internamente (a invasão do Capitólio) sem alterar muito o arsenal da política externa de formar alianças militares e comerciais contra a China. Trata-se, em parte e também, de problemas [internos na própria Otan](#).

Em relação à União Europeia, a China se tornou [o maior parceiro comercial do bloco](#), superando os EUA em algumas dezenas de bilhões de dólares. Única grande economia com crescimento positivo, a China importou, por exemplo, produtos de luxo europeus e exportou equipamentos médicos e eletrônicos.

Ano Novo de cautela e vacinação

As vacinas, que começaram a ser aplicadas numa espécie de mistura de fase três com uso emergencial ainda no primeiro semestre do ano passado, agora excedem a dose de um milhão de inoculações dia. Assim, hoje, a China está atrás apenas dos EUA em doses diárias aplicadas. Apenas a Sinopharm aplicou 43 milhões de doses fora do país e 34 milhões dentro da China.



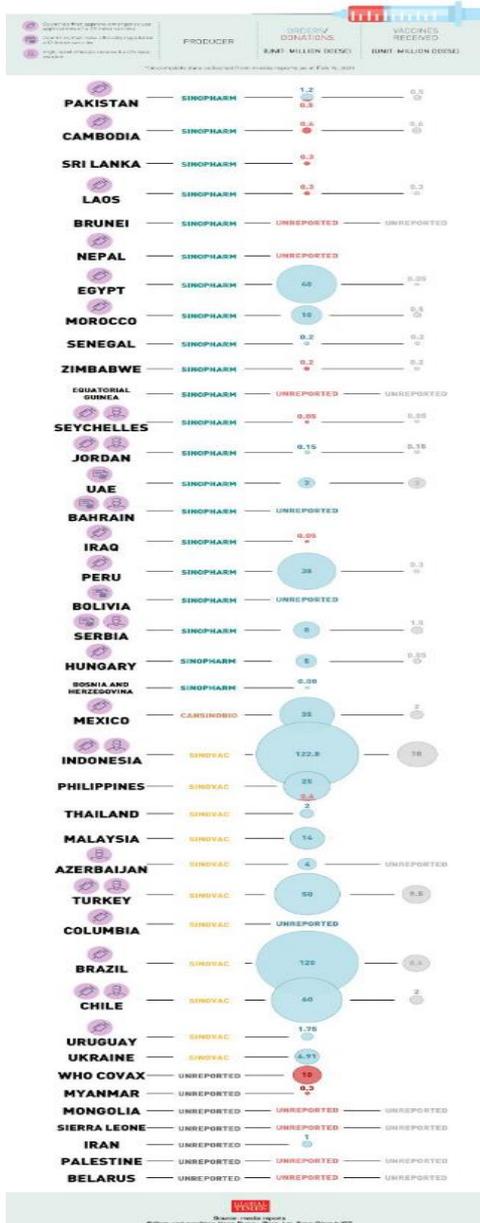
Os vários estímulos para que não houvesse uma grande migração de pessoas das grandes cidades para o interior do país na virada do ano surtiu efeitos: queda de 70% nas viagens de trem e menos de 3 mil casos confirmados entre 2 e 28 de janeiro, em apenas três províncias. Em 18 de fevereiro passado o país passou a ter zero áreas de alto risco para covid. O setor de serviços, que ainda não se recuperou como o industrial, foi novamente afetado pela queda de 61% no turismo de ano novo.

Nova Lei dos Seguros de Saúde sancionada pelo premier Le Keqiang trata da supervisão do sistema de seguros, das responsabilidades dos gestores, do sistema de gestão, e das punições aos violadores. A coordenação é feita também pela regulação financeira dos fundos.

Tonghua, uma cidade de 3,4 milhões de habitantes, testou amostras de 360 mil pessoas no fim de janeiro, identificou 88 casos ativos e que uma única pessoa foi responsável pela transmissão para 141 outras, metade do total.

O Brasil, através do Butantã, tem demonstrado grande valor para a legitimação da CoronaVac, tendo sido amplamente divulgado que os resultados [mostram a eficácia da CoronaVac](#) para novas variantes do sars-cov-2. Abaixo, uma lista das vacinas chinesas compilada pelo Global Times:

CHINA PROVIDES COVID-19 VACCINES TO THE WORLD





President Biden, first lady Jill Biden, Vice President Harris and second gentleman Doug Emhoff hold a moment of silence and candlelight ceremony in honor of those who have lost their lives to the coronavirus.
Saul Loeb/AFP via Getty Images

Essa semana um ato solene marcou com profunda tristeza a perda de meio milhão de americanos mortos pela COVID-19. O Presidente Biden emocionado falou por 10 minutos dirigindo-se diretamente àqueles que estão sofrendo com essa perda (<https://bit.ly/2Mpz9Qk>)

O Presidente emitiu uma “Proclamação para lembrar os 500.000 americanos perdidos para a COVID-19” No texto ele diz: “durante o inverno escuro da pandemia COVID-19, mais de 500.000 americanos já morreram do vírus. Isso é representa que morreram mais americanos em um único ano desta pandemia do que na Primeira Guerra Mundial, Segunda Guerra Mundial, e na Guerra do Vietnã juntos. Nesta ocasião solene, refletimos sobre sua perda e sobre seus entes queridos deixados para trás. Nós, como nação, devemos nos lembrar deles para que possamos começar a curar, unir e encontrar propósito como uma nação para derrotar esta pandemia.

Em sua memória, a Primeira-Dama e eu nos juntaremos ao Vice-Presidente e ao Segundo Cavalheiro para um momento de silêncio na Casa Branca esta noite. Peço a todos os americanos que se juntem a nós, se lembrarem dos mais de 500.000 dos nossos compatriotas americanos perdidos para o COVID-19 e que observem um momento de silêncio ao pôr do sol. Também ordeno, pela autoridade investida em mim pela Constituição e pelas leis dos Estados Unidos, que a bandeira dos Estados Unidos seja hasteada a meio-pessoal na Casa Branca e em todos os edifícios e terrenos públicos, em todos os postos militares e estações navais, e em todos os navios navais do Governo Federal no Distrito de Columbia e em todos os Estados Unidos e seus Territórios e posses até o pôr do sol de 26 de fevereiro de 2021.”

Essa proclamação traduz a tragédia que vive o país.

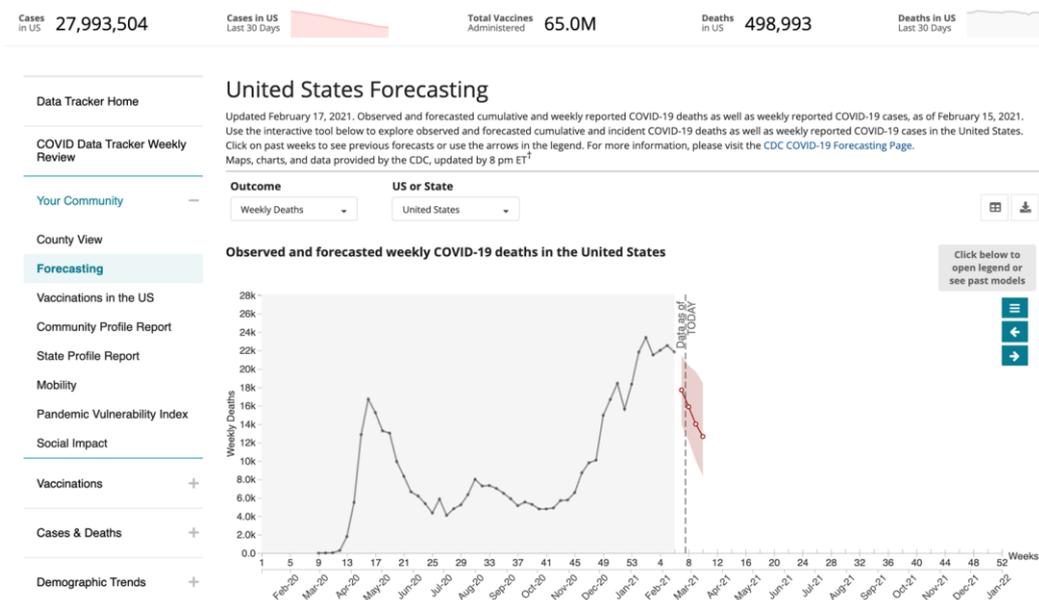
Para ultrapassar este momento a administração Biden estabeleceu a “Estratégia Nacional de Resposta à COVID-19 e de Preparação para Pandemias.”(<https://bit.ly/3qTDGta>) A estratégia é um roteiro para os EUA saírem da pior crise de saúde pública. Ela tem um plano de ação que abrange todo o governo federal, incluindo doze atos executivos emitidas pelo presidente Biden em seus dois primeiros dias no cargo. Ela está organizada em torno de sete objetivos:

1. Restaurar a confiança com o povo americano.
2. Montar uma campanha de vacinação segura, eficaz e abrangente.
3. Mitigar a disseminação do vírus através da expansão do uso das máscaras, testes, informação, tratamentos, mão-de-obra de saúde, e padrões claros de saúde pública.
4. Expandir imediatamente o ato de socorro de emergência e exercer a Lei de Produção de Defesa.
5. Reabrir com segurança e proteção dos trabalhadores: escolas, empresas e viagens.
6. Proteger as populações que se encontram em situação de maior risco e avançar a equidade, inclusive em termos raciais, étnicos e rurais/urbanas.
7. Restaurar a liderança dos EUA globalmente e construir uma melhor preparação para ameaças futuras.

Para executar a Estratégia Nacional, a Casa Branca estabeleceu um Escritório de Resposta a COVID-19 que é responsável por coordenar a resposta pandêmica em todos os departamentos federais e agências. Para monitorar os resultados, a Estratégia Nacional inclui a criação de dashboards de desempenho que são acessíveis ao público, estabelecendo uma abordagem baseada em dados e em evidências para avaliar o progresso na luta contra o COVID-19.

A Estratégia Nacional conta com a participação do povo americano e grupos em todo o país, como governos estaduais, locais, territoriais e tribais; prestadores de cuidados de saúde; empresas; fabricantes críticos para a cadeia de suprimentos, comunidades de cor e sindicatos.

A situação epidemiológica da COVID-19 continua a apresentar uma tendência a melhorar e os esforços de vacinação estão sendo intensificados como pode ser observado abaixo. O Index de vulnerabilidade à pandemia apresentado nas duas figuras ao final representa uma maneira muito prática e efetiva de seguir a pandemia com um olhar mais abrangente.



COVID Data Tracker



Data Tracker Home

COVID Data Tracker Weekly Review

Your Community

County View

Forecasting

Vaccinations in the US

Community Profile Report

COVID-19 Vaccinations in the United States

Overall US COVID-19 Vaccine | Deliveries and Administration; Maps, charts, and data provided by the CDC, updated daily by 8 pm ET[†]
 Represents all vaccine partners including jurisdictional partner clinics, retail pharmacies, long-term care facilities, Federal Emergency Management Agency and Health Resources and Services Administration partner sites, and federal entity facilities.

Total Vaccine Doses		People Vaccinated		Receiving 1 or More Doses	Receiving 2 Doses
Delivered	82,114,370	Total	44,544,969	19,882,544	
Administered	65,032,083	% of Total Population	13.4%	6%	
	Learn more about the distribution of vaccines.	Population ≥ 18 Years of Age	43,449,143	19,440,331	
		% of Population ≥ 18 Years of Age	17%	7.6%	
		Read more about how these data are reported.			

CDC | Data as of: Feb 23 2021 6:00am ET | Posted: Feb 23 2021 12:26PM ET

United States COVID-19 Pandemic Vulnerability Index by County

COVID-19 Pandemic Vulnerability Index (PVI)

Zoom to County:

PVI Model Layers

- COVID-19 Layers
- PVI Slice Legend
- PVI Slice Distributions

Clear Selection

District of Columbia

District of Columbia

New	3-day ave.	Declining Days*
Cases 115.7	8/14	
Deaths 1	8/14	

County Numbers (On 02/21/2021)

Cases	39,648
Deaths	995
Deaths/Cases	2.51%
Population	702,455
Cases (per 100k)	5644.2
Population Index	1.418

Timelines: Cases, Deaths, PVI, PVI Rank

Daily Change: Cases, Deaths

Are you at increased risk for COVID-19?

COVID-19 is an emerging, rapidly evolving situation.

Get the latest public health information from CDC: <https://www.cdc.gov/covid>
 Get the latest research information from NIH: <https://www.nih.gov/coronavirus>

NIH National Institute of Environmental Health Sciences
 Your Environment. Your Health.

Health & Education | Research | Funding Opportunities | Careers & Training | News & Events | About NIEHS

COVID-19 Pandemic Vulnerability Index (PVI)

Zoom to: District of Columbia, District of Columbia

PVI Score: 0.46 (1,503/3142)

Model: PVI Model (02/23/2021)

Slice	Category	Score
1	Infection Rate Transmissible Cases	0.49
2	Infection Rate Disease Spread	0.04
3	Pop Concentration Pop Mobility	0.84
4	Pop Concentration Residential Density	0.97

